



Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Vanda Maria da Cruz Esteves.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

Presidente da Mesa – Quero dar uma informação à Assembleia Municipal que mediante e-mail enviado a 27 de abril do corrente ano, veio o Deputado Municipal Ilídio Ferreira, eleito na lista do Partido Socialista, informar da sua renúncia à filiação partidária ao abrigo da Lei em vigor. Doravante o senhor Deputado passa a exercer as suas funções como Deputado Não Inscrito, mantendo todos os seus direitos, como é óbvio. É uma informação que é obrigatória dar à Assembleia Municipal no início e perante esta alteração tivemos de fazer também uma alteração regimental para acolher esta nova condição do Deputado Não Inscrito. O que quero pôr à consideração da Assembleia, muito antes de votarmos as alterações ao regimento, podermos aceitar a nova tabela de tempos para acolher a condição do Sr. Deputado Não Inscrito. Isto foi falado na Comissão Permanente e se ninguém se opor todas as tabelas de tempo do novo regimento vai ser utilizada sem prejuízo de discutirmos e votarmos as alterações do regimento mais à frente. Uma vez que ninguém se opõe, vamos passar à chamada e à verificação do quórum.

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Vanda Maria da Cruz Esteves e Tiago Manuel Rodrigues Pereira.

Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta – David da Fonseca Martins, José Manuel Albuquerque Portocarrero Canavarro, Helena Paula Mano de Almeida Coelho, Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha, Sofia de Jesus de Vidigal e Almada, Helena Guerreiro Murta, João Norberto Dias Conde e Vanda de Lurdes Nunes Rafael Pombo.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício, Sandra Sofia de Almeida Madeira, Bartolomeu Lança Pereira, Rui Fernando Martins Gabriel e Cláudia Sofia Santos Vicente.

Coligação Democrática Unitária – Miguel Tiago Crispim Rosado e João Manuel Martins da Silva.

LIVRE – Maria de Fátima Calado Pereira.

Independente/Deputado Não Inscrito – Ilídio Fernandes Ferreira.

Presidentes de Junta – Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Maria do Carmo Pato Tiago e os Srs. Vereadores: Paulo Manuel Maia da Silva, Joel Alexandre Neves Marques, Ana José Manita Vaz de Carvalho, António Carlos Almeida Cachaço, Edgar Alberto Cardim de Jesus e Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada do PS apresentou justificação de falta, Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, por motivo de doença, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 e na alínea j) do n.º 1, ambos do Artigo 29.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Joana Severino Vaz e Mário Gabriel Costa Pires Aranha, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 e 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta apresentaram pedidos de substituição, Jorge Miguel dos Santos Bico e Bruno Alexandre Ganhão Vigário, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 e 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CH apresentaram pedidos de substituição, Luís Filipe Aleluia Machado da Costa, Sílvia Maria Pereira Godinho, Rui Miguel Alberto da Costa Branco e Matilde Isabela, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Paulo Rodrigues Pires, Vanessa Alexandra Vilela da Silva e Ana Rira Curto de Mesquita Drouillet, conforme documentos registados sob os n.ºs 10 a 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da IL, apresentou pedido de substituição, Susana Paula Rosa Bicho, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Bruno Alexandre Marcos Frazão, tendo sido substituído pelo Vogal Vasco José Laranjo Valgrande e Patacas Gonçalves, o Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Tiago Miguel Dinis Cardoso, tendo sido substituído pelo Vogal Gil Aires Parreira Raposo, e o Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, tendo sido substituído pelo Vogal Luís Manuel Camilo da Costa, conforme documentos registado sob os n.ºs 14 a 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PS, Raquel Inês Mendes Assembleia, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do SET-V 25, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do SET-V 25, Cécile Etty Germaine, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, Cláudio Filipe Ribeiro da Cruz, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, Miguel Augusto de Oliveira Reis, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Simão Monteiro Calixto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Eusébio Manuel Candeias, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da IL, Flávio Miguel Matos Lança, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

Presidente da Mesa – Só passar mais uma informação, está a ser gravado tudo, mas não se está a conseguir transmitir em direto, o que quer dizer que a gravação da assembleia depois há de ficar no site da Câmara, para depois ser transmitida e ser pública. Está-se a tentar resolver, mas está a ser gravado, que é o que importa em termos de Ata e para ficar para memória futura.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Como é habitual a primeira fase é a do período da intervenção do público, para o qual temos 8 inscrições (conforme documentos registados sob os n.ºs 19 a 26, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Vou pedir ao Público que vai tomar da palavra para ser muito contido no tempo, não ultrapassar os 5 minutos, porque hoje temos uma assembleia muito participada de público, o que é bom sinal, mas também obriga a haver aqui uma maior disciplina do tempo.

Igor Pereira – Boa noite Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados, membros do executivo aqui presentes, público presente e quem nos acompanha de casa.

Senhor Presidente, foi por iniciativa da Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Meira, do Movimento Independente Setúbal de Volta, com o apoio dos vereadores do partido CHEGA que foi aprovado aquilo que considero ser um dos aumentos mais injustos e imorais alguma vez imposto aos setubalenses na tarifa de resíduos e saneamento.

Hoje, senhoras e senhores deputados, têm a oportunidade de iniciar uma discussão que pode ajudar a equilibrar a balança da justiça e, acima de tudo, transmitir uma mensagem clara aos setubalenses, “Vocês não estão sozinhos nessa luta.”

Acredito que é essa a mensagem que esta Assembleia Municipal deve enviar para quem está aqui presente e também para aqueles que nos acompanham de casa.

Faço esta intervenção com o objetivo de alertar para aquilo que considero ser a maior incongruência em torno desse aumento abusivo das tarifas de resíduos e de saneamento no nosso concelho. E sim, a nossa avaliação é que se trata de um aumento abusivo. É abusivo pelo seu impacto nas famílias e nas empresas, é abusivo pela falta de transparência com que foi conduzido e é abusivo porque o parecer técnico da ERSAR identifica incumprimentos legais e regulamentares que não podem ser ignorados.

Os senhores terão em suas mãos, hoje, não apenas a nossa petição pública, mas também o parecer técnico da ERSAR e nesse parecer encontram-se, pelo menos, três pontos que considero fundamentais.

O primeiro, é que a própria ERSAR afirma que a Câmara Municipal de Setúbal aprovou o tarifário antes mesmo de obter o parecer obrigatório das entidades.

O segundo, é que a ERSAR recomenda expressamente uma revisão extraordinária do tarifário aprovado, precisamente para conformar o mesmo com as suas conclusões e recomendações.

O terceiro, e talvez o mais grave, encontra-se na página 9 desse parecer, onde a ERSAR afirma que os Serviços Municipalizados mantêm para os utilizadores não domésticos um cálculo da tarifa de resíduos indexado ao consumo da água, acrescentando que isso constitui um incumprimento legal.

Perante esses factos, pergunto se a própria entidade reguladora identifica incumprimentos e recomenda uma revisão extraordinária do tarifário, por que razão continua este aumento a ser apresentado como se estivesse isento de problemas?

Hoje, senhoras e senhores deputados, têm a oportunidade de iniciar uma discussão séria, responsável e transparente para corrigir essa situação.

Não vos peço que votem pela cor política, peço-vos que votem pelos setubalenses, peço-vos que coloquem os interesses da população acima das divisões partidárias, peço-vos que façam aquilo para que foram eleitos que é defender os cidadãos de Setúbal.

Na qualidade de líder do Movimento Resgatar Setúbal, deixo também um apelo para que estas discussões sejam feitas no mais alto nível para que toda a verdade finalmente venha à tona. Os setubalenses merecem resposta, merecem saber por que motivo em 2014 a Câmara Municipal já acumulava uma dívida de 10,4 milhões de euros à AMARSUL, antes mesmo de os aumentos reclamados por Dores Meira.

Merecem saber como esta dívida evoluiu até aos valores atualmente conhecidos. Merecem, também, saber porque é que só agora são chamados a suportar o aumento resultante de uma incapacidade de gestão.

Termino dizendo que Setúbal merece transparência, merece justiça e merece decisões que coloquem sempre os cidadãos em primeiro lugar, porque Setúbal não se explica, Setúbal sente-se.

Enquanto o Movimento rejeita Setúbal, posso afirmar uma coisa, não será o tempo de existência que definirá a sua grandeza, mas sim o impacto que conseguimos ter na defesa do concelho de Setúbal. Muito obrigado.

Isabel Maldonado – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados, minhas senhoras, meus senhores, eu, como membro da Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado quero aqui abordar a questão dos acessos na área do Parque Natural da Arrábida.

E porque é que quero abordar? Não só pelos acessos à praia, aos acessos à população da Rasca que estão, neste momento, vedados, aos acessos ao Hospital do Outão que só podem ter através de transporte público para o público, não para os funcionários, e aos acessos ao Parque de Campismo para os campistas ou para alguém que vá visitar os campistas que não estão consagrados no regulamento aos acessos.

Nós, enquanto associação, pensamos que o maior problema não será os acessos às praias, mas os outros acessos que não permitem que as pessoas façam a sua vida normal, aliás, já foi abordado essa questão por alguns partidos aqui presentes, ou que haja caminhos vedados em que possa haver algum acidente como incêndios ou outra situação qualquer.

Tendo isto em conta, pensamos que nesta área há imensos corta-fogos que foram vedados na área que foi comprada pelos senhores da Herdade da Comenda e que não sabemos se há algum parecer da Proteção Civil e se houver se o mesmo parecer foi dado por escrito ou foi dado oralmente pelos senhores da Proteção Civil. Depois, relativamente a estes assuntos, queremos saber se a obra que era para ter sido feita a partir do momento em que houve os temporais do inverno de fevereiro de 2026, porque é que não foi feita?

Nós sabemos que é uma obra custosa, que a estrada deve ser mantida pela Câmara e pela IP, mas também sabemos que houve prejuízos muito maiores na parte central do país, cuja obra foi feita como na A1.

Ainda queremos saber se, relativamente aos transportes para eventos que se passam na Herdade da Comenda, se a Herdade licenciou alguma das funcionalidades para eventos, casamentos, etc., se está devidamente licenciada ou se não. E se não, porque é que todos os fins de semana há lá eventos e as pessoas não passam de autocarro, nem de Uber, passam de transporte próprio, transporte de ligeiros?

E perguntamos para quando a obra no Caminho Municipal e a utilização do mesmo que está vedado ao público?

O Caminho Municipal está vedado ao público, no entanto, está utilizável, eu sei que é uma maneira de as pessoas acederem, neste momento, às praias, mas ele está vedado ao público há mais tempo e já não sei desde quando. Queremos saber como é que pensam fazer e se pensam finalmente remover as vedações postas nas bermas do mesmo?

Finalmente, gostaríamos de saber, também, no que respeita à Herdade da Comenda e a outros caminhos que há nesta área do Parque Natural da Arrábida, eu sei que é o ICNF que tem uma maior jurisdição, mas a Câmara também tem jurisdição, quando será retirada a carga energética que se encontra nos caminhos e na mata? Muito obrigada pela atenção.

Fernanda Rodrigues – Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e através de si cumprimento todos os deputados municipais e o Executivo assim como os presentes e quem nos ouve lá em casa.

Meu nome é Fernanda Rodrigues, sou Presidente da Associação dos Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado, sou nascida e criada nesta cidade que é banhada por duas áreas ambientais muito importantes, o Parque Natural da Arrábida e a Reserva do Estuário do Sado e assim, também, como Luís Saldanha.

Esta associação nasceu no final dos anos 90, do século passado, com o Movimento de Cidadãos pela Arrábida e foi oficialmente criada como associação em 2006. É uma associação ambientalista, apartidária, independente com associados diversificados de todas as áreas políticas, que acredita na defesa da Arrábida e do nosso Estuário como património ambiental dos setubalenses e de todos aqueles que nos visitam.

Temos desenvolvido diversas lutas, a começar nos anos 90 contra as escórias da METALINEX, se bem se recordam na zona da Mitrena, e depois mais tarde contra a coincineração de resíduos tóxicos perigosos na cimenteira do Outão em pleno Parque Natural da Arrábida. Estas ações que desenvolvemos e as ações judiciais que desenvolvemos foram feitas, criadas por nós e pagas por esta associação.

Quando o Parque de Merendas foi vedado de uma forma ilegal e ilegalizável através de vedações que são do tipo militar, fomos apoiados pelo anterior executivo da CDU e pela União de Freguesias de Setúbal, assim como pela APA, ICNF e Ministério Público.

Esta luta permitiu ganhar o processo e devolver aos cidadãos o Parque de Merendas da Comenda, que foi sempre do público, dos cidadãos e dos municípios de Setúbal. Temos registo desde o século 16, através do Tombo de Mouguelas, que era o local onde está a Comenda, e outros documentos antigos, assim como fotos de Américo Ribeiro, a partir dos anos 20 da ocupação a banhos dos filhos dos trabalhadores das empresas de pesca e também das fábricas.

O outro processo jurídico em curso, que estamos a desenvolver, pretende registar o Parque de Merendas na Conservatória do Registo Predial como Património Público do Estado.

Perante esta tentativa da família Mirpuri de ocupar e roubar as praias da Arrábida, gostaríamos de saber de uma forma clara e objetiva qual é que é a posição deste executivo que temos hoje? Porque anteriormente a posição foi clara, objetiva e inequívoca.

Sabemos que existem 12 processos em curso, porém não basta tratar dos assuntos jurídicos e é muito importante para os setubalenses que seja clara a posição desta Câmara.

Além das praias, sabemos que pretendem desenvolver um projeto imobiliário junto da Ribeira da Comenda e estamos, de facto, muito preocupados com esta situação. Qualquer dia só temos as estradas para passar e estamos retidos na própria cidade de Setúbal.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Como sabem, todas as situações são ilegais e legalizáveis uma vez que são do tipo militar e nenhuma destas entidades, que há pouco citei, aprovou qualquer autorização para as mesmas. A prova disso é que os javalis vêm à cidade se alimentarem, porque escasseiam o alimento e a água e estão a ser circunscritos com falta de alimento.

Outros atentados se têm registado por esta entidade representada pela família Mirpuri, tem sido a mudança da água ligada à Ribeira da Comenda. as vedações corta-fogo, a colocação de pilaretes nas estradas e as vedações da Estrada Municipal da Rainha, Estrada Municipal 1056, que desconhecemos qual a razão, uma vez que eu já lá passei a pé e de carro e não há qualquer problema na sua passagem, exceto a existência de material combustível que os serviços da Câmara deverão recolher.

Após o exposto, é fundamental que esta Câmara manifeste claramente a sua posição pública sem estar à espera do resultado do processo jurídico em curso e que continue desta forma a defender os setubalenses.

Fomos recebidos recentemente pela Comissão de Ambiente da Assembleia Municipal e expusemos a nossa argumentação sobre esta matéria e pareceram interessados em lutar connosco contra esta situação.

A Arrábida é do povo e as praias são nossas. Continuaremos a lutar por esta questão, de ver esta luta ser unitária e apartidária. Muito obrigada.

Francisco Nogueira – Em primeiro lugar, gostava de cumprimentar a Sra. Presidente, os senhores vereadores, os senhores deputados municipais e os munícipes que estão a assistir a esta assembleia.

Eu sou o Francisco, um jovem setubalense de 19 anos que, como muitos, ama este concelho e é aqui que pretendo ficar, trabalhar e constituir família, mas é algo que parece complicado nos dias de hoje em Setúbal. É complicado, porque nos deparamos com preços absurdos de habitação.

É complicado, porque somos um dos concelhos com maior desemprego jovem neste país.

É complicado, porque muitos de nós somos obrigados a fazer horas em autocarros ou comboios a ir para Lisboa para conseguir seguir os nossos sonhos.

É complicado, porque temos uma criminalidade juvenil que cada vez mais sobe, uma educação com infraestruturas progressivamente deterioradas e cada vez há mais falta de professores.

Por isso, a minha pergunta é clara e direta para este executivo, o que é que a Divisão de Juventude e a Câmara Municipal andam a fazer para resolver os verdadeiros problemas dos jovens?

Infelizmente, tenho visto muito pouco, a não ser festas.

Mas nós não contamos com os nossos governantes locais para fazer festas, nós contamos com os nossos governantes locais para governarem, porque aquilo que se vê é que andam a esbanjar dinheiro em *Sunsets* e festas com *influencers* famosos como o *Quicksort*, enquanto temos jovens setubalenses desesperados que não têm emprego e que são obrigados a emigrar para o estrangeiro.

Por isso, repito a pergunta, qual é a visão que este executivo tem para resolver os problemas dos jovens na habitação, na educação, no desemprego e na violência juvenil?

Porque está na hora de termos uma Setúbal com oportunidades, uma cidade de futuro com dinamismo, com mais ação e com mais inovação, uma cidade que se quer de todos e para todos, uma cidade que quer aproveitar todo o seu potencial fantástico para ser uma das principais deste país. Mas essa cidade só será grande se tiver o contributo dos jovens a inovar, a participar, a fazer a diferença e para isso temos de cá ficar, para isso, temos de ser valorizados. Muito obrigado.

Carlos Figueiredo – Ora muito boa tarde a todos os que se encontram presentes nesta sala. Desejo as rápidas melhoras da Sra. Presidente da Câmara e quero agradecer à Sra. Presidente da Câmara e ao senhor vereador Bruno Russo pela confiança que tiveram em mim, sem me conhecerem autorizaram que eu fizesse a abertura do Mercado Abastecedor mais cedo para as descargas, visto não terem funcionários que cheguem. Um agradecimento muito especial ao senhor Luís Custódio, Presidente da Junta da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra pelo apoio que nos tem dado e pelo conhecimento que tem das nossas dificuldades, pois nunca pensei que a Câmara fosse fechar a segunda entrada do Mercado Abastecedor sem antes de ter resolvido o problema do estacionamento.

Ontem não se deu uma tragédia por pouco, quando um cliente não se apercebeu e passou por cima das patolas de uma porta-paletes, dada a confusão que estava no recinto por falta de estacionamento.

Mais uma vez apelo ao bom senso de todos, aos responsáveis para resolverem o estacionamento, pois continuamos com carros por arranjar, parados no mesmo sítio. Eu próprio já apelei ao bom senso do dono da oficina, mas entra por um ouvido e sai por outro ainda mais rápido.

Continuamos assim sem se resolver o problema e temos de nos mexer por outros meios, pois é dali que muitas famílias sobrevivem.

Com todas estas dificuldades de estacionamento estamos cada vez a perder mais clientes, a cidade não se mantém só com senhores doutores e com grandes hipermercados, também precisa dos pequenos comerciantes que dão apoio ao comércio local. Muito obrigado e boa tarde.

José Costa – Muito boa tarde a todos. O meu nome é José Luís Costa, moro em Azeitão e estou aqui para agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia e aos seus colaboradores o bom trabalho que têm feito.

Durante muito tempo ajudei as presidentes que tivemos aqui no concelho, presentemente estou com uma doença chamada Parkinson e tenho pena de não poder continuar, mas vou continuar, e gostava que tudo se modificasse um bocadinho para melhor.

Gostava apenas de dizer ao Sr. Ministro das Infraestruturas que a Estrada Nacional 10 da Quinta do Conde/Brejos de Azeitão e vice-versa, tem o asfalto destruído há muitos anos e há muito perigo. Portanto, gostava que as Infraestruturas de Portugal se dedicassem um bocadinho mais às populações. Este assunto que referi, embora não seja apresentado da melhor maneira, mas com a doença que tenho é complicado, e o Sr. Ministro podia fazer um jeitinho, desculpem lá a terminologia, para que tudo funcionasse um bocadinho melhor e que possamos a partir de hoje ou a partir de segunda-feira de ir por diante ajudar a população.

O meu Presidente e o Sr. Gil, que é o segundo, merecem todo o apoio e respeito, porque o trabalho que fizeram, especialmente na Várzea, está tudo modificado. Eu limpei muitas sarjetas que há 10 anos que não tinham sido limpas, isto há 3 ou 4 anos atrás.

Presentemente, a Junta de Freguesia de Azeitão em pouco tempo mostrou muito trabalho. Muito obrigado, Presidente Tiago, muito obrigado Sr. Gil.

Um bem-haja para todos por me ouvirem, tendo em conta a minha dificuldade, não consigo melhor, mas se não levarem a mal, eu vou vindo sempre que puder às Assembleias Municipais e às Assembleias de Freguesia.

Muito obrigado, Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, muito obrigado ao Sr. Gil, muito obrigado aos seus vereadores e muito obrigado a todos os deputados.

Há ainda uns assuntos para falar, mas isto já me chega, se o Sr. Ministro das Infraestruturas nos tirar do flagelo em que estamos colocados, pelo facto, de morarmos em Azeitão, Brejos de Azeitão, Sesimbra, Barreiro, Vila Amélia, porque todas essas localidades precisam urgentemente de obras no asfalto e especialmente na Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra e no concelho do Barreiro, mas para nós que moramos em Azeitão o que tem mais importância é realmente a Estrada Nacional 10, Casal do Marco e Casal do Marco/Setúbal.

Na Quinta do Alcube até ao Hotel Clube de Azeitão, a Manta Morta está muito perigosa e precisa de intervenção urgente. Tudo de bom para todos e um resto de boa tarde.

Mário Fonseca – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Venho falar de uma situação que é a Arrábida, que é a praia. Devo ter sido a pessoa que mais vezes fui à Figueirinha este mês. Sou sénior e adoro a Figueirinha, adoro a Arrábida e venho aqui, não para criticar, mas para ajudar a que o sistema que foi montado, tenha melhor efeito e que seja mais prático.

Primeiro, não se percebe porque é que há só uma carreira com começo no hipermercado, uma vez que as pessoas que estão na Luísa Todi não têm hipótese de ir para a Figueirinha de autocarro, porque os autocarros vêm cheios e não param. Deveria ser criada uma carreira só a sair da Luísa Todi para a Figueirinha.

O que é que aconteceu neste mês de junho? Autocarros de hora a hora. Toda a gente teve conhecimento de pessoas que ficarem 3 horas na Figueirinha para regressar a casa, porque os autocarros não tinham capacidade para trazer todas as pessoas, não tinham.

Depois, estou muito preocupado com uma situação, isto está a criar um grande problema à restauração em Setúbal. Porquê? As pessoas não vêm para Setúbal, porque não têm condições para ir para a Arrábida, para a praia. As pessoas não vêm! A Figueirinha só tem jovens e seniores e isto não é possível. Se vocês forem à restauração vejam o que é que está a acontecer, uma crise enorme. A Câmara tem de ajudar os comerciantes de Setúbal, porque está a haver grandes problemas.

O que é que está a acontecer? Troia é para os ricos, a Figueirinha agora é para os ricos, porque se quiserem têm direito a levar o carro, têm é que dizer ao senhor do restaurante que vão lá almoçar e aí já podem ir. Então, o pobre não pode ir.

Vê-se muitas pessoas com passes e digo que está a haver muita expertise por parte de muita gente. É natural, os portugueses são assim.

Vou dizer com certeza, outro problema Sra. Presidente substituta, foi a senhora que fez isto e vou-lhe dizer uma coisa, demora-se mais do fundo da Avenida Luísa Todi até à barreira, do que se demora da barreira até à Figueirinha. Sabia? Demora-se mais tempo, porque as pessoas vão todas para lá e ficam a falar com as pessoas a tentar convencê-las a deixarem passar.

Primeiro ponto, criar uma carreira na Luísa Todi, porque as pessoas da Luísa Todi não têm que ir para o centro comercial para apanharem o autocarro, não faz sentido nenhum. Senhora Presidente substituta, a senhora pode saber que os autocarros não param, porque vão completamente cheios. E vêm cheios porquê? Porque há pessoas que vêm fora de Setúbal, vêm no Fertagus, portanto, neste momento eles têm condições que os moradores de Setúbal não têm.

Uma outra coisa que também lhe vou dizer, acha que é correto terem fechado a Figueirinha? Quer dizer, impediu que a Figueirinha funcionasse, mas obrigou os comerciantes a pagar as taxas e ainda por cima, fizeram outra, aumentaram as taxas, isto não é normal. Isto é possível?

A senhora Presidente substituta sabe, e eu sei porque tenho amigos meus de Troia, que se quiserem vir a Setúbal jantar há esta situação linda, é que ao passarem de barco pagam quase 60 euros se vierem com a família.

Eu tive o cuidado e gostava de saber porque é que ontem a Figueirinha ficou livre? Toda a gente podia ir para a Figueirinha de carro, de cavalo, de mota, toda a gente podia ir. A Sra. Presidente tem conhecimento? Qual é a razão por que é que ontem estava aberto? Se é um perigo ir à Figueirinha.

Senhora Presidente, eu fui de carro para saber, ontem fui de carro, tenho aqui o passe e vou todos os dias de autocarro, cumpro a regra. Agora, não fechem a Arrábida às pessoas.

Presidente da Mesa – Senhor Mário tem de concluir.

Mário Fonseca – Senhor Presidente já vou acabar. Vou dizer isto com a maior sinceridade, estou preocupado com uma coisa, os espanhóis da raia espanhola, o sítio para onde vêm mais é para Setúbal, porque tem praia e é o melhor lugar para eles virem de férias, mas este ano não vão vir. Só acontece uma coisa, é que o parque de estacionamento está cheio e o parque na Luísa Todi nunca está cheio e agora está completamente cheio, só que depois as pessoas ficam ali à espera do autocarro que demora uma hora e meia.

Senhor Presidente agradeço e a todas as pessoas e só peço a alguns senhores que entraram “hoje” para a política, que não têm experiência nenhuma, que aprendam a estudar os processos e não levantem só assim e baixem assim e olhem primeiro para os outros para verem qual é a indicação de voto.

Muito boa tarde e viva Setúbal!

Eduardo Costa – Senhor Presidente apresento os meus cumprimentos, a Vossa Excelência, que é extensível a todos os presentes, à Sra. Presidente da Câmara, em funções, aos senhores vereadores, aos senhores deputados e restantes elementos presentes.

Senhor Presidente, é suposto que num Estado de Direito seja salvaguardado o primado do superior interesse dos cidadãos. Julgo que estamos todos de acordo.

Baixando um patamar, será também importante a nível autárquico salvaguardar o superior interesse dos municípios.

Ora o assunto que eu trago é uma coisa que demonstra a todos que isso não se está a passar em Setúbal. Antes de mostrar o tema do meu assunto, ao qual eu tenho aqui alguns documentos, e comprometi-me perante Vossa Excelência, como era o último, ser claro, preciso e conciso, portanto não vou ler o que tenho aqui, mas só uma síntese que tenho aqui.

Agora o que eu apelo a esta Assembleia é que fiscalize a Câmara e que fiscalize, nomeadamente os Serviços Municipalizados de Setúbal, pelo continuado qualificado incumprimento da legalidade do assunto que eu vou tratar. Qual é o assunto que vou tratar?

Para ser bem visível, porque palavras leva-as o vento, é exatamente este, em Setúbal comprovadamente os Serviços Municipalizados de Setúbal têm conhecimento que existem contadores ilegais sem certificação metrológica a fazerem contagens falaciosas. Mais grave, sabem disso e recusam-se a substituir os contadores.

Se os senhores deputados, se os senhores vereadores quando saírem daqui, saírem todos a 200 quilómetros à hora e se existir um radar, irá chegar uma notificação à nossa casa, sob pena de impugnação, tem de ter o número do radar, tem de ter o processo de certificação pelo Instituto Português da Qualidade e tem de ter a validade que é um ano.

Na mesma lei diz claramente que os contadores têm de ter uma certificação a cada 12 anos, no meu caso concreto tenho um contador de 1999 que foi colocado numa habitação nova em 2003, estamos em 2026. Eu não tenho problemas nenhuns em ter um contador ilegal, desde que as leituras que ele faça corresponda aos consumos.

Ora acontece, que se trata de um pequeno T2, de 2ª habitação, onde estou cá todas as semanas, aos fins de semana nomeadamente, gasta 4, 5, 6 metros cúbicos e em dezembro gastou-me 34 metros cúbicos. Depois voltou à normalidade em janeiro, fevereiro e março e em abril gastou-me 37 metros cúbicos. Eu sinto-me, desculpem-me a expressão, impassibilizado quando os Serviços Municipalizados de Setúbal me tentam ludibriar a dizer *"Se o senhor quiser, faça uma certificação metrológica extraordinário e pague 133 euros."* Tenho ali um dossier para os senhores deputados e para quem quiser ver o que estou a dizer, posso mostrar os documentos que eu tenho ali.

O que é que acontece? Eu não me importava de fazer isso, mas a certificação do Instituto Português da Qualidade vai estar durante meia hora, uma hora, duas horas a meter lá água e a água passa, o problema com este tempo todo é que as engrenagens plásticas dos contadores ao fim de 20 anos começam a saltar e eu tive sorte, porque deve ter saltado a das dezenas, porque se fosse das centenas em vez de ser 34, era 340 e se fosse a dos milhares seria 3.400. Em vez de pagar 100, estava a pagar mil ou teria a pagar 10 mil. E desculpem-me a expressão, a pouca-vergonha institucional dos Serviços Municipalizados de Setúbal chegou ao ponto de exigirem esse dinheiro. Portanto, meus caros senhores, era este o assunto que eu queria tratar.

Penso que no Estado de Direito, todos falamos muito no Estado de Direito, mas muitas vezes não o cultivamos. Eu acho que um cidadão, e não sou só eu, há mais casos como o meu, um cidadão tinha o direito a 4 coisas, um pedido de desculpas, a indicação que imediatamente iam substituir o contador e a anulação das faturas e dizer-lhe que serão substituídas pela média anual. Nada disso aconteceu.

Aquilo que costumo levar até agora é mera música celestial, ou que deixei a torneira aberta e aconteceu isto, ou que ficou a pingar o autoclismo e gastou 34 metros cúbicos que dá para uma piscina pequena, ou que tenho fugas no meu sistema e já lá estive logo em janeiro um canalizador da Câmara que verificou que o contador estava bem, estava parado e com as torneiras todas fechadas e neste momento, Sra. Presidente da Câmara em funções, passaram-se 6 meses, desculpem-me a expressão com todo o respeito por vocês, desta pouca vergonha institucional.

Muito obrigado. Só pedia mais uma coisa, porque palavras leva-as o vento, eu tenho aqui o processo para a Sra. Presidente da Câmara com os anexos e tenho também aqui para cada um dos senhores deputados, exceto o CHEGA por uma razão muito simples, eu apanhei-os ali na esplanada e deu-lhes logo.

Presidente da Mesa – Aqui os serviços vão ficar e depois fazem chegar a todas as bancadas e à Sra. Vice-Presidente.

Eduardo Costa – Muito obrigado pela sua atenção e disponibilidade.

Vice-Presidente da Câmara – Boa tarde a todos! Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, todos os senhores deputados, setubalenses, comunicação social e todos os que nos estão a ouvir.

Vou tentar responder ponto por ponto, tomei aqui os apontamentos.

Relativamente à primeira intervenção que é a propósito da petição, eu reservo a resposta para o ponto 3 do Período da Ordem do Dia, pois tenho um comunicado para ler e é um bocadinho extenso, portanto, no ponto 3 vou lê-lo.

Em relação às questões da Arrábida, elas são recorrentes e efetivamente, também, tenho aqui um texto que é a súmula do que tenho vindo a dizer publicamente e já foi falado na reunião de Câmara, foi falado nas redes sociais e nos órgãos de comunicação. Eu vou ler para não me esquecer de nada.

Sobre o acesso às praias, quero começar por referir que, desde o arranque da época balnear, a 4 de junho, de acordo com as estatísticas da Carris Metropolitana, foram transportadas mais de 43 mil pessoas pelas 4 linhas de autocarros disponíveis para as praias. Isto confirma que os transportes públicos são uma boa solução e segura para ir às praias na Arrábida.

Com a implementação do Programa “Arrábida Sem Carros” é possível aceder em segurança às praias de Albarquel, Figueirinha e Creiro, bem como ao Parque de Merendas da Comenda.

Quero sublinhar, porque algumas pessoas nos têm colocado esta dúvida, que os condicionalismos automóveis entre Setúbal e a Figueirinha não resultou do perigo da queda de pedras, que, aliás, existe desde que a estrada foi construída, mas sim, do facto, de termos dois estreitamentos da via, um antes de Albarquel e outro junto à Figueirinha. Há muitas viaturas autorizadas a circular, mas face à forte possibilidade de o trânsito não fluir, foi proposto pelas autoridades de segurança, que se privilegiasse os transportes coletivos, como autocarros, táxis, TVDE, veículos de duas rodas como bicicletas, de modo a garantir a circulação de autocarros e de viaturas de emergência.

Estamos em permanente articulação com as autoridades de segurança e proteção civil, os moradores e os concessionários monitorizando as medidas tomadas e a gestão de tudo o que melhore o acesso às praias em segurança. Iremos efetivamente ajustar o que for possível e seguro.

Posso informar, também, que já falámos com os moradores da Aldeia da Rasca e já resolvemos algumas situações e alguns condicionalismos.

Ultrapassaram-se algumas questões de segurança que existiam e está a ser implementada a circulação dos moradores.

Estamos, também, a avaliar outras opções, porque diariamente estamos a acompanhar e a monitorizar e a avaliar com todas as partes e entidades envolvidas.

Relativamente a um caminho, vou deixar esta parte das árvores e da falta de limpeza das árvores que caíram com a intempérie e do caminho 1056. Vou depois passar a palavra ao vereador Paulo Maia, que tem a Proteção Civil.

Dizer, ainda, quanto às praias e daquilo que aponte aqui que, como sabem, esta solução dos acessos às praias não foi uma solução que nós gostássemos e nem as atitudes foram com mais conhecimento político ou menos conhecimento político.

Os relatos que tenho do ano passado, e eu não estava cá, é que foi um caos, as pessoas não conseguiam circular e estacionavam nas bermas dos dois lados da estrada e os autocarros não conseguiam cumprir as carreiras, porque não passavam, não se conseguiam cruzar, não havia cruzamento. Ora, este ano agravou com o estreitamento das faixas, portanto, se já era complicado com o estreitamento das faixas ainda ficou mais complicado.

No entanto, também percebemos o que aqui foi dito relativamente aos operadores económicos, ou seja, à restauração, aos concessionários das praias, percebemos isso perfeitamente e, por isso, eu já disse que estamos a monitorizar e a tentar melhorar para que todos possamos viver as praias e as pessoas que têm lá os postos de trabalho possam continuar a ter os seus postos de trabalho e a usufruir das praias, que é isso que todos queremos, mas em segurança. Para além destas questões, temos todas as questões de segurança que quem está na governância tem que acautelar.

Porque aí é que é mais grave, há um incêndio não passa um carro dos bombeiros, há uma pessoa que se magoa, não passa uma ambulância e isso é que é o principal, é proteger as vidas humanas.

Entretanto, há exceções, porque nós temos de deixar passar, há livre trânsito para os operadores turísticos que vão trabalhar, para os concessionários que vão trabalhar e também para a restauração, porque também têm postos de trabalho e também precisam de governar a sua vida.

Estamos a monitorizar, estamos a ver o que é que conseguimos fazer. Vão ter algumas notícias em breve, porque vamos tentar mitigar a questão da insegurança e estamos a trabalhar nisso e ainda estivemos hoje lá. É verdade que ontem, como choveu, fizeram-me um telefonema e disseram-me assim, *"Como a esta hora está a chover, já não acreditamos que vai estacionar ninguém nas bermas da estrada, então provavelmente pedimos autorização para fechar a cancela cerca das 16 horas, em vez de ser às 19."*, e eu disse *"Bom, se não há trânsito e se a GNR já viu e não há carros estacionados nas bermas, então está bem, escusam de estar aí de castigo."* Foi o que aconteceu ontem.

Entretanto, também foi aí falado na Herdade da Comenda. Nós não estamos com a Herdade da Comenda, nós temos 12 ações judiciais. A do caminho 1056, é uma ação em que eles reivindicam a posse do caminho e nós contestámos e estamos em tribunal a contestar veementemente, porque aquele caminho é um caminho municipal, é um caminho florestal, é o caminho que faz falta para a segurança, portanto, nós estamos a zelar pelo interesse público, tal qual como nas praias.

Também já disse várias vezes em todo o lado que não há praias privadas, as praias são públicas e hão de continuar a ser sempre públicas e faremos tudo.

Estamos a litigar em tribunal para defender esta posição que sempre defendemos e estamos a verificar como é que as coisas correm. Agora, têm de entender que os tribunais são órgãos de soberania independentes e os processos estão em tribunal, nós o que fazemos é publicamente dizer que não estamos de acordo com as ações, não estamos de acordo nem sequer com os pedidos que estão a fazer.

As praias são públicas, são dos setubalenses, são quem cá vier às praias e ponto final, e é essa a nossa posição.

Se o Palácio da Comenda faz festas, digo-vos também que devem conhecer a lei e que essas atividades são licenciadas pela Direção Geral das Atividades Económicas, portanto, elas nem sequer passam pela Câmara, aquilo é feito pela Internet.

A questão dos proprietários, claro que se os proprietários provarem que são proprietários da Comenda passam e se for uma atividade económica passam como as outras desde que não estacionem nas bermas da estrada. Portanto, não podem é criar obstáculos ao trânsito normal das pessoas que querem ir para a praia, e para o Parque de Merendas. Portanto, não podem é estacionar nas bermas e a questão é essa, que possam desenvolver as atividades económicas, claro que sim, como toda a gente.

A questão dos autocarros virem cheios, acredito que sim, porque com o número de pessoas transportadas só podem vir cheios, agora, como eu também já expliquei, a partir do dia 1 de julho é que vai haver autocarros de 10 em 10 minutos, porque no mês de junho só aos fins de semana e feriados é que os autocarros são de 10 em 10 minutos, porque a Carris Metropolitana não tinha autocarros disponíveis suficientes para levar os meninos das escolas e dos infantários e então disseram-nos que a única coisa que conseguiam fazer era um desdobramento às 9 e outro ao fim da tarde, mas só um, porque também não tinham quilómetros, uma vez que também têm essa questão dos quilómetros.

Tenho ido a todas as reuniões na Área Metropolitana de Lisboa e nos Transportes Metropolitanos de Lisboa, tenho sempre pedido para nos arranjam mais quilómetros, porque precisamos de mais quilómetros.



Mais quilómetros, quer dizer mais horários e até pedi à Carris Metropolitana e vão vir no dia 8 de julho à reunião de Câmara, por acaso eram para terem vindo hoje, mas depois não houve disponibilidade porque já havia uma agenda muito cumprida nesta Assembleia, explicar, até porque têm mecanismos informáticos em que as pessoas conseguem perceber quais são os lugares vazios, se saem do Alegro cheios. Porquê o Alegro? Porque o Alegro tem lá uma bolsa de estacionamento. Porquê a Várzea? Porque tem lá uma bolsa de estacionamento gratuita. À Luísa Todi chegam cheios, e acredito que sim se o senhor está a dizer, porque em junho, de facto, eram poucos, mas vai-se resolver o problema em julho.

Relativamente às questões da carga energética nos caminhos e à questão do jovem, iria passar a palavra ao senhor vereador Paulo Maia, que irá explicar a questão.

Vereador Paulo Maia – Boa tarde a todos, boa tarde Sr. Presidente, boa tarde Sra. Presidente, em exercício, senhores vereadores, senhores deputados.

Quero aqui dar duas notas, uma tem a ver com a questão que foi também colocada, se me permite Sra. Vice-Presidente, tem a ver com o estacionamento no Mercado Abastecedor. Em relação ao Mercado Abastecedor a informação que temos é de que a ocupação do estacionamento está feita pelo homem da oficina, exatamente conforme referiu aí. E o proprietário do espaço já foi abordado pela Câmara Municipal e ele assumiu o compromisso de reduzir aquele estacionamento, só que não tem cumprido. Não tem cumprido e o condomínio que, também foi abordado pela Câmara Municipal, deu-nos uma informação de que não havia lugares específicos para cada pavilhão, eram os lugares que seriam distribuídos sem ser específicos para cada pavilhão.

Estamos ainda a tentar sensibilizar, novamente, o proprietário da oficina no sentido de, pelo menos nos horários que refere, e muito bem, que o estacionamento possa ser vocacionado para o Mercado Abastecedor.

Relativamente à gestão integrada de fogos rurais, a Câmara Municipal de Setúbal fez agora a contratação de uma engenheira florestal para um Gabinete Técnico Florestal que não existia e que era obrigatório existir na Proteção Civil.

Isto já foi falado aqui em reuniões de Câmara, estamos agora a transmitir aqui na Assembleia Municipal, era uma condição obrigatória para que a certificação da Proteção Civil continuasse. Chegou-se ao limite, tivemos de fazer uma constituição deste gabinete florestal, que veio à reunião de Câmara e que foi aprovado o mapa relativamente a esta constituição e foi aberto o concurso para a engenheira florestal.

Aqui há um contributo da União das Freguesias na captação de uma engenheira florestal que estava e que, desde logo, está a trabalhar com a nossa Câmara Municipal onde elaborou o Programa Municipal de Execução (PME) para o concelho de Setúbal, que não existia também. Este Programa Municipal de Execução para a gestão integrada de fogos rurais já foi analisado e validado pela Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, é mais um passo que temos para a gestão de combustíveis, para a gestão de fogos rurais.

Relativamente ao caso em concreto daquele espaço de acesso às praias, o limite para a limpeza dessa faixa é o dia 30 de junho, nós Câmara estamos atentos a isso, os passos que se seguem é a notificação aos proprietários, o que for propriedade da Câmara terá que ser logicamente limpo por nós e o que não for tem que haver este processo de notificação aos proprietários e depois consoante aquilo que for a ação dos proprietários tomaremos a ação seguinte que poderá chegar ao limite de nos substituímos aos próprios proprietários e depois fazer imputar esse custo.

Portanto, quanto à questão da gestão integrada de fogos rurais era o que eu tinha para dar nota.

Depois, relativamente ao Caminho Municipal 1056, o proprietário dos espaços adjacentes e das árvores que lá estão foi desde logo notificado nas intempéries e o caminho não está totalmente livre, ainda há árvores em cima do caminho e a impedir a transição normal nesse caminho.

A informação que temos, que veio via Proteção Civil, o que a torna fidedigna, os trabalhos do corte iniciaram-se no dia 16 de junho e também foram notificados sobre o porquê de demorarem este tempo para o corte das árvores.



Quero referenciar que são cerca de uma centena de árvores que estão ali a ter de ser cortadas e foi-nos dito que houve muitas intempéries em muitos lados e que não havia meios de empresas que fizessem o trabalho do corte. Contudo, foi já iniciado no dia 16, prevê-se que, brevemente, o caminho seja desimpedido e depois então tomaremos a devida nota após o desimpedimento com as medidas de segurança acauteladas e este será sempre o ponto, que os acessos rodoviários se possam voltar a fazer por aquele espaço.

Esta é a nota que nos apraz dar nesta altura sobre estes três pontos, estacionamento, gestão de fogos rurais e o Caminho Municipal 1056.

Em relação ao jovem que aqui esteve, muito agradecemos a participação jovem nesta Assembleia, muito obrigado.

As atividades que referiu, algumas delas não têm investimento municipal, mas nós acreditamos profundamente na juventude, por isso, trouxemos na última quarta-feira à reunião de Câmara, estão aqui os senhores vereadores que tiveram connosco nessa reunião de Câmara, o maior investimento que Setúbal já fez em requalificação de escolas do concelho, com IVA incluído, de cerca de 91 milhões de euros de reabilitação para transformar a Escola Secundária do Bocage, a Escola 2, 3 Barbosa do Bocage, a Escola 2, 3 de Aranjuez e a Escola 2, 3 de Azeitão.

Será uma transformação em que a Azeitão passará a ter um pavilhão e ensino secundário, coisa que tinham de vir sempre para a capital do concelho para poderem estudar, pelo menos nestas áreas do secundário e na área do desporto.

Também existe a pretensão do executivo na construção de nova habitação a custos controlados, nomeadamente para fixar os jovens, conforme foi dito e que nos transmitiu.

Estamos também a procurar canalizar investimento para este setor, para se criar mais emprego.

Sobre o Gabinete de Juventude da Câmara Municipal de Setúbal, este gabinete desenvolve muito trabalho em várias áreas, não só a festas, peço desculpa e aí não concordo consigo, desenvolve vários trabalhos na área social, na área de colocação de jovens em atividades culturais, muitas, muitas atividades que o nosso Gabinete de Juventude faz e depois temos todo o prazer em enviar-lhe um relatório.

Naturalmente que temos a sua identificação na inscrição e teremos também todo o gosto de lhe poder enviar esse relatório com as atividades do nosso Gabinete da Juventude.

Vice-Presidente da Câmara – Só quero acrescentar que, ao nível da criação de postos de trabalho também estamos a tentar atrair empresas para o concelho, aligeirando os procedimentos e criando condições para se instalarem.

Hoje mesmo atendi uma empresa que já se está a instalar em Setúbal e que me disse que vai criar 50 postos de trabalho, principalmente para jovens, porque disse que as faixas etárias eram até aos 30 anos.

Resolvi dizer isto, porque foi hoje mesmo e entre estas há outras.

Manuel Fernandes (PS) – Em primeiro lugar, quero agradecer a participação cidadã, quer dos presentes que aqui estiveram e aqueles que representam associações que aqui também se manifestaram, é uma força viva da sociedade setubalense, bem-vindos.

Pela primeira vez, ou pelo menos é muito escasso, a participação de jovens e um bem-vindo também ao jovem que aqui esteve. Peço desculpa, mas não aponte os nomes dos intervenientes, mas é sempre muito positivo ouvirmos vozes de jovens aqui e com espírito crítico e construtivo.

Não vou responder a todos, vou apenas, em nome da bancada do Partido Socialista, responder a alguns dos temas que aqui foram mencionados.

O primeiro interveniente foi o senhor Igor, que falou da dívida à AMARSUL, e devo recordar que há responsáveis e, na altura, quando se começou a falar nesta questão estávamos em 2011, em 2012 e o relatório da AMARSUL dizia que só a Câmara de Setúbal era 50% da dívida que existia referente à AMARSUL. A dívida total em 2012 era à volta de 14 milhões e só a Câmara de Setúbal era 7,2 milhões. Portanto, devo dizer que era uma preocupação que já há muito vem sido referida pela bancada do Partido Socialista e que nós, por muito que chamássemos à atenção, nunca este problema foi resolvido e hoje aqui temos o problema em cima dos contribuintes e dos cidadãos setubalenses e azeitonenses.

Relativamente aos outros assuntos, quer das acessibilidades, quer dos problemas da Arrábida no seu todo, são vários e são complexos, hoje, temos recomendações, temos moções e temos Período da Ordem do Dia, temos vários pontos onde este problema vai ser discutido, portanto, não me vou adiantar àquilo que vai ser a discussão em cada um destes pontos.

Houve aqui, também, uma intervenção do senhor Eduardo Costa que me deixou bastante preocupado, relativamente ao estado em que estão os contadores e é preciso saber se existe também responsabilidades individuais, obviamente que não esperarei outra coisa que o executivo esteja atento e que tomará todas as diligências.

A Sra. Vice-Presidente e o senhor vereador não responderam, mas acredito que tomarão todas as diligências para que averiguem esta situação, a qual é bastante preocupante, uma vez que já existe uma penalização dos consumidores, se existir também algum erro ou algum lapso relativamente à contagem, pois essa situação ainda se agrava.

O Partido Socialista vai, obviamente, querer acompanhar a resposta a este cidadão.

Relativamente ao jovem, acabo como comecei, o problema da habitação é efetivamente um problema que é transversal a toda a sociedade portuguesa, no entanto, em Setúbal, o problema agravou-se e agravou-se bastante nas duas últimas décadas, principalmente porque a Câmara tinha em seu poder alguns instrumentos que, em vez de os utilizar para o serviço que era dar habitação a quem precisa, à classe média, à juventude e tornar atrativo o concelho para quem cá mora e para quem cá trabalha, os executivos das últimas duas décadas decidiram alienar património que tinha sido deixado nos anos 70, 80 e 90 pelos executivos do Partido Socialista.

Nesse sentido, obviamente, o problema em Setúbal é muito maior do que aquele que é ao longo de todo o país, sendo ele transversal, obviamente, e que em Setúbal o problema é muito mais grave pela falta de resposta, pela dimensão que se foi avolumando ao longo do tempo. É um problema que está identificado e agradeço ao jovem tê-lo trazido, porque este tema já tem sido recorrente nesta Assembleia, o Partido Socialista não o largou, tem projetos, tem propostas, mas não é poder e nós estamos a acompanhar o caso. Muito obrigado.

Presidente da Mesa – Só para informar a Assembleia que o problema técnico já foi resolvido e esta sessão está a ser transmitida desde o início, portanto, agradecer aos funcionários da Câmara.

Luís Costa (Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Começo por cumprimentá-lo e na sua pessoa toda a Mesa da Assembleia Municipal e todos os eleitos aqui na Assembleia Municipal, bem como o executivo camarário e a Sra. Presidente em funções. Aproveito, também, para desejar as rápidas melhoras da Sra. Presidente.

Vou falar sobre a intervenção do público, começo pelo senhor Carlos, tive ontem com o Sr. Presidente da Junta no Mercado Abastecedor para acompanhar os problemas que se lá vivem e para ver a logística que ali se tenta fazer e que agora está mais dificultada pelo fecho de um dos portões laterais do Mercado Abastecedor.

De facto, a situação que ali se vive é muito preocupante do ponto de vista da segurança, porque temos automóveis dos compradores que se misturam com as portas paletes dos vendedores e vive-se ali, de facto, um problema e é uma questão de grande instabilidade e de falta de segurança, o que leva muitos dos vendedores e também dos compradores daquele Mercado Abastecedor a abandonar aquele mercado e dirigirem-se a outros.

É preocupante, como já disse, do ponto de vista da segurança, mas também do ponto de vista económico que, por esta vertente, o Mercado Abastecedor de Setúbal acaba por perder importância e acaba por prejudicar aqueles pequenos comerciantes que lá fazem as compras para o seu comércio local que deve ser tão valorizado.

Quando o Mercado Abastecedor passou para aquelas instalações falava-se em cerca de 650 lugares de estacionamento, o que se assiste ali à porta é uma realidade muito diferente daquilo que era prometido.

Tive a oportunidade de me deslocar lá com o Sr. Presidente da Junta e constatámos que dos cerca de 75 lugares que há à porta do mercado, cerca de 22 apenas estavam livres e não era dia de mercado. Esses lugares estavam ocupados, lá está, por um daqueles senhores que lá tem uma oficina e que ocupa todos os lugares. Podíamos pensar, são lugares ocupados de forma temporária, mas não, muitos dos carros que lá estão não têm condições para andar, dali só andam em cima de um reboque. Portanto, o senhor da oficina, em prejuízo de todos os outros condóminos daquele condomínio logístico, apropria-se daqueles lugares de forma permanente em prejuízo de todos os outros condóminos.

Acompanhei com atenção a intervenção do senhor vereador Paulo Maia e que já estão a ser tomadas medidas no sentido de se removerem dali os veículos, mas esta situação com as duas portas a funcionar já era gravosa, agora com uma porta fechada mais gravosa se torna, o que, no nosso entendimento e no entendimento da Junta de Freguesia, talvez a opção mais acertada seja a de, primeiro, tentar-se resolver a situação do estacionamento e só depois se fechar a outra porta, o outro espaço do armazém do Mercado Abastecedor e se fazer aquilo que a Câmara Municipal tem em mente.

Assim, agravou-se o problema da segurança de quem compra e de quem vende e coloca-se em causa a viabilidade do próprio Mercado Abastecedor no sentido em que cada vez são mais os vendedores a abandonar aquele mercado.

Eu proponha ao executivo camarário, aos senhores vereadores que têm responsabilidade nesse âmbito, que se deslocassem lá, falassem com os vendedores e que se chegasse a uma solução a breve trecho para aquele problema. Muito obrigado.

Fátima Pereira (LIVRE) – Boa noite a todos aqui presentes e aos que nos ouvem e veem lá em casa.

Umas breves palavras, eu quero agradecer a todos os intervenientes do público que vieram hoje aqui com coragem de partilhar os problemas aqui expostos, todos os munícipes merecem a nossa atenção e espero que estes sejam um incentivo a que outras pessoas exerçam o seu direito de se dirigir aqui à Assembleia Municipal.

Só uma nota mais pessoal, em relação às intervenções sobre a Arrábida, todos os problemas estão interligados, a Arrábida é o nosso maior ativo ecológico a par do Sado, precisa tanto de quem a defenda e que as cores partidárias devam ser deixadas de lado, porque somos todos os setubalenses.

Está na altura de parar de questionar o passado e arregaçar as mangas para resolver estes problemas de uma vez do futuro e contem comigo para isso e com o LIVRE. Obrigada.

Nuno Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e cumprimentar também quem nos acompanha em casa ou em qualquer parte do mundo.

Senhora Vice-Presidente, gostava de trazer aqui a questão relacionada com os acessos à Estrada Nacional 10-4, nomeadamente, à situação que se está a passar com a autorização de circulação dos moradores da Rasca.

Durante esse processo, penso que podia ter havido aqui um canal de comunicação mais relevante entre a Junta e a Câmara e agora que já temos lá as cancelas, também já não é o mais importante, mas nós fomos abordados por vários moradores da Rasca, já lá estivemos também, já conversámos com alguns e alguns já vieram ter connosco e há aqui uma situação que o executivo da Junta de Freguesia acha que o Município poderia ajudar e que, certamente, ia facilitar a vida dos moradores, que é a autorização de acesso a Setúbal por essa via.

Nós fizemos um levantamento, não são assim tantas viaturas, vai ser uma situação fácil de resolver certamente, e se for necessário a nossa ajuda ou o nosso apoio para fazer os cartões, para identificar as pessoas que necessitam, estamos cá para isso, mas, acima de tudo não nos podemos esquecer que hoje, provavelmente, as pessoas mais prejudicadas, além dos nossos fregueses de uma forma geral, certamente que são as pessoas da Rasca.

Quero também deixar aqui um pedido de reforço de fiscalização, por parte da Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente, no que concerne ao lixo que se vai encontrando nas ruas da nossa cidade junto aos caixotes do lixo.



Nós temos identificado muitas situações em que conseguimos, através de faturas, através de documentos, identificar os proprietários das pessoas que deixam lixo no chão e isto não pode continuar. Por muito que nós queiramos apostar e fazer investimentos na área da higiene urbana, se continuarmos a permitir que alguns munícipes e alguns fregueses, nomeadamente os da nossa freguesia, continuem a não respeitar as regras e a deixar lixo no chão, não vai haver dinheiro nenhum, nem da Câmara Municipal de Setúbal e nem da Junta de Freguesia que resolva o problema.

O que nós solicitamos é um reforço enorme e gostaríamos muito de ter fiscalização na Junta de Freguesia também, certamente que ainda ia reforçar mais, mas não temos capacidade financeira e por isso deixo aqui este apelo. Muito obrigado.

Vice-Presidente da Câmara – Começo por responder ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias, dizendo que a questão dos proprietários da Rasca foi um equívoco, porque o que foi dito às pessoas da Rasca é que a partir de determinada hora se houvesse filas na Avenida, porque há formação de filas nas barreiras, que eles teriam de ir pela Estrada Nacional 10.

Mas todas as pessoas que foram à barreira para passar, proprietários que até já são conhecidos das pessoas que estão nas cancelas todos passaram, mas, de facto, houve má informação, a informação não chegou corretamente. Já corrigimos isso e já falámos.

Depois há lá outra questão, que é saber quem são os proprietários e o número de carros por fogo, por casa. Já falámos, está resolvido e estamos agora a pedir alguns documentos por causa de algumas dúvidas que temos.

Relativamente à fiscalização e ao lixo, tem toda a razão, já cheguei à conclusão que tinha de ter um fiscal por cada cidadão que não põem o lixo dentro do contentor e que o deixa ao lado. Isto é um problema, de facto, e sabemos perfeitamente que ele existe.

Nós temos fiscalização, mas a fiscalização que temos e os meios que temos têm de tratar de tudo. Efetivamente é como lhe digo, ainda um dia destes fui eu que fiscalizei, porque passei ao pé dos contentores, daqueles verdes, e as pessoas para não mexerem na tampa põem os sacos ao lado e depois vem um bocadinho de vento e aquilo voa tudo.

Tem de haver aqui uma questão de educação cívica muito grande e, de facto, todos nós sermos fiscais, todos nós, mesmos os que não estão na fiscalização e tentarmos corrigir isso.

Passo a palavra ao senhor vereador Paulo Maia.

Vereador Paulo Maia – Muito obrigado, Sra. Vice-Presidente, Presidente em exercício.

Completando ainda, os próprios Serviços Municipalizados também têm fiscais e com levantamentos de vários autos numa tentativa de educação na área do civismo e quem nos está a ouvir e que ouviu o Sr. Presidente da Junta e a Sra. Vice-Presidente e quem nos ouve a todos, é uma questão de educação e de civismo.

Aproveitando aqui para dar duas notas, uma para dar resposta ao senhor deputado Luís Costa e lhe dizer que o executivo esteve lá presente no espaço com o senhor que ali está e com o Sr. Presidente da Junta de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. Estivemos lá no sítio, esteve lá a Sra. Presidente, o senhor vereador Bruno Russo e vimos isso e temos intervindo, mas não nos podemos esquecer que estamos a falar de um espaço privado, é um condomínio.

Temos esse problema, portanto, temos de ir por sensibilização e estamos em cima do acontecimento na tentativa de chegar a um bom entendimento.

Por último, mas não menos importante, pelo contrário, aproveitar para dar aqui resposta ao senhor Eduardo, que iremos, com certeza e com toda a lógica, entregar este dossier, que nos fez chegar, aos Serviços Municipalizados e que irão fazer o estudo concreto da situação, irão validar todos estes pontos que aqui coloca e também em resposta ao senhor deputado Manuel Fernandes iremos depois também fazê-lo chegar a esta Câmara para o acompanhamento ser feito por toda a Assembleia e para que todos tenham conhecimento de qual foi o resultado desta interpelação que muito nos preocupa a todos.

José Canavarro (SET-V 25) – Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os deputados municipais, cumprimento também a Sra. Presidente, em exercício, senhores vereadores aqui presentes e cumprimento o público.

São três notas muito breves, primeiro para agradecer a intervenção de todas as pessoas que aqui fizeram o favor e tiveram, enfim, o ato de cidadania de intervir nesta Assembleia e destacar muito rapidamente sem menosprezo pelos outros duas das intervenções.

A primeira, eu tive a feliz oportunidade de estar numa audição da Comissão de Ambiente e a oportunidade de ouvir a Associação dos Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado e transmitir-vos a ideia, que é seguramente partilhada por todos, mas é partilhada pelo nosso movimento e pelas pessoas que aqui estão e que o representam e nós também somos cidadãos pela Arrábida e pelo Estuário do Sado e poderão contar connosco, seguramente, na vossa luta que é seguramente a luta de todos nós. Portanto, agradecer-vos muito pela vossa intervenção.

Depois, acho que o jovem que falou se chama Francisco, e que já cá não está, pelo menos não o vejo, mas quanto à taxa de desemprego jovem dar aqui algumas notas e alguns esclarecimentos.

Elas podem ser apuradas pelo INE, pelo IEFP, de algum tempo a esta parte pela PORDATA, que também é um barómetro de qualidade a IMS que nos dá dados relevantes. Os dados concelhios são difíceis de obter, são normalmente a partir do desemprego registado no IEFP, que também não é fácil, mas dizer que, historicamente, a taxa de desemprego jovem em Setúbal é por regra 5% acima da taxa nacional e é uma regra que se tem mantido, eu cotutelei o Instituto de Emprego e Formação Profissional durante algum tempo, e infelizmente é uma taxa que se tem mantido e que é muito difícil de alterar.

As competências camarárias não são competências que estejam diretamente ligadas ao emprego, evidentemente que a Câmara pode e deve fazer promoção de emprego e faz, seguramente, mas há aqui um aspeto que é relevante e que vai ao encontro da intervenção do senhor deputado Manuel Fernandes, quando disse que *“nós não podemos fazer muito, porque não somos poder”* e não são poder nesta autarquia, corrija-me, desde 2001, mas foram poder neste país desde 2002 até 2026 durante vários anos e a promoção de emprego não é apenas, e é muito pouco a responsabilidade camarária, e é mais uma responsabilidade nacional e fala-lhe quem já teve essa responsabilidade e que também não fez grande trabalho. Portanto, nesse aspeto somos solidários, é muito difícil inverter.

Se estivesse nas mãos da Câmara, se calhar, estaríamos melhor, mas não estamos, ainda não foram delegadas essas competências para a Câmara, não sei se serão, não sei se correria bem, mas não é tão fácil assim como o senhor deputado pretendeu fazer crer. É bastante difícil, tem sido bastante difícil inverter essa tendência e, portanto, transmito a minha própria experiência e dificuldade que encontramos nisso e evidentemente que o período em que os senhores foram poder a nível nacional também não houve grande inversão desse aspeto.

Por último, eu creio que o Francisco disse que havia uma necessidade de os jovens se deslocarem a Lisboa para cumprirem os seus sonhos. Evidentemente que isto é uma verdade óbvia, depende dos jovens e depende do sonho, mas se nós estivermos a tentar que é provavelmente uma necessidade de prosseguir os estudos de ensino superior, eu acho que é de relevar que Setúbal está bem municiada a esse nível com o Instituto Politécnico que existe.

Não significa que o Instituto cumpra os sonhos de todos os jovens, que não seja necessário irem para Lisboa estudar, eu por acaso até fui para Coimbra, mas eu já não sou jovem há muitos anos, porque já tenho 61, mas a questão aqui é, enfim, compreendo, que pode haver um jovem que tenha um sonho que aqui não é satisfeito, mas não devemos deixar de realçar o papel do Instituto Politécnico de Setúbal como instituição meritória e que merece realce nesta ocasião.

Luís Costa (Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Aproveitando para responder ao senhor vereador Paulo Maia, de facto, estiveram no Mercado Abastecedor a visitar e a ver as condições em que o mercado laborava, ainda assim não se compreende a urgência ou pelo menos o fecho da porta lateral antes da resolução da questão do estacionamento.

Se houvesse antes a resolução da questão do estacionamento e a Câmara Municipal, como arrendatária, tem também responsabilidade de chegar ao pé do administrador do condomínio e ver resolvida e ver efetuada a sua pretensão.

Acredito que a Câmara Municipal e o seu executivo estejam a operar nesse sentido, mas o que é certo é que o problema tanto de vendedores como de compradores, e como referi na minha última intervenção, são vendedores e compradores aqui da região que geram valor acrescentado à região, que desenvolvem o comércio local e veem-se em grandes dificuldades para desenvolver a sua atividade.

É nesse sentido que a Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra vem demonstrar a sua preocupação e está inteiramente disponível e tem estado junto, tanto de compradores como vendedores, para ouvir as suas preocupações e ver a resolução do seu problema e até efetua limpeza naquela zona do Mercado Abastecedor duas vezes por semana antes dos principais mercados.

Portanto, a postura da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra é aqui de total colaboração na resolução do problema.

Elisabete Cavaleiro (PS) – Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Vice-Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, caros setubalenses e azeitonenses.

A minha intervenção, Sr. Presidente, é telegráfica e ouvi ali o senhor deputado e tinha de fazer esta correção. De facto, nos anos de 2015 e 2024 Portugal registou quase o pleno emprego, porque em 2015 partimos de uma taxa de desemprego de 13,5% e 2024 tínhamos 6%, portanto, estávamos a falar de quase pleno emprego. Por motivos óbvios, eu tinha de fazer esta correção.

José Canavarro (SET-V 25) – Eu não entendo a correção. Gostava de entender e até porque sou professor.

Presidente da Mesa – Não entendeu, depois vai ver a Ata ou pergunta lá fora, porque nós não podemos cair neste registo de resposta direta.

VOTAÇÃO DAS ATAS

• Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 20 de março de 2026

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

• Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de abril de 2026

Aprovada por unanimidade dos presentes da referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

David Martins (SET-V 25) – É apenas uma curta intervenção digníssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal, arquiteto Paulo Lopes, e gostaria de aproveitar este momento para expressar, em meu nome e em nome da bancada que represento, votos sinceros de rápida e plena recuperação à Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Dra. Maria das Dores Meira que se encontra em convalescença, após recente intervenção cirúrgica.

Neste momento, mais do que as naturais e legítimas diferenças de opinião e de visão política que caracterizam a vida democrática, importa sublinhar os valores de respeito institucional e de solidariedade humana, é nesse espírito e apenas nesse que desejamos à Sra. Presidente um rápido restabelecimento, tranquilo e completo, esperando vê-la em breve de regresso ao exercício das suas funções.

Se tivesse acontecido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal ou a algum dos deputados municipais, eu teria o mesmo comportamento e sensibilidade.

Presidente da Mesa – Muito obrigado pela preocupação em relação à minha pessoa.

Penso que, em nome da Assembleia, todos nós estimamos as rápidas melhoras da Sra. Presidente. É um assunto do foro pessoal e penso que, também, não deve ser estendido à discussão aqui internamente.

Flávio Lança (IL) – Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Mesa, o executivo municipal, os senhores deputados municipais, o público presente e todos os que nos acompanham online.

Quero deixar uma breve questão ao executivo relativamente aos episódios de doença que afetaram vários atletas participantes na recente Taça do Mundo de Águas Abertas realizada em Setúbal.

Independentemente da causa, trata-se de uma situação que pode afetar a confiança dos munícipes e a imagem de Setúbal enquanto destino balnear e de competições internacionais.

Pergunto ao executivo, se já está a acompanhar esta situação junto da Unidade Local de Saúde da Arrábida e das restantes entidades competentes para se apurar a origem deste episódio e esclarecer os setubalenses.

Aproveito para informar que dei hoje entrada, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de um requerimento ao executivo solicitando informação detalhada sobre esta matéria.

Elisabete Cavaleiro (PS) – A minha intervenção prende-se, mais uma vez, com uma questão que tem sido várias vezes trazida a esta Assembleia, nomeadamente na última Assembleia Municipal realizada em abril, o grupo parlamentar aqui do Partido Socialista voltou a questionar o executivo acerca da evolução da situação relacionada com a proliferação das barracas, construções precárias e ocupações irregulares na zona da Quinta do Garim, nas Manteigadas.

Até à presente data não foi prestada qualquer resposta às questões então colocadas, razão pela qual entender ser nosso dever voltar a trazer este assunto a debate dada a sua relevância social, urbanística e urbana.

A situação na Quinta do Garim tem vindo a agravar-se de forma preocupante, multiplicam-se as construções precárias, os depósitos de entulho e os sinais evidentes de degradação ambiental e de insalubridade num território onde tudo indica que existem pessoas a residir de forma permanente e em condições que não podem deixar indiferentes nenhum responsável político.

Reconhecemos que existem competências atribuídas ao IHRU, contudo, esta realidade exige uma atuação determinada e articulada por parte da autarquia enquanto entidade com responsabilidades diretas na salvaguarda da qualidade de vida, da saúde pública e da coesão social do concelho.

Assim, gostaríamos de saber se já foi efetuada algum levantamento ao diagnóstico da situação existente na Quinta do Garim?

Qual o conhecimento efetivo que a autarquia possui relativamente à ocupação das habitações não convencionais?

Estamos perante meros equipamentos de apoio à atividade agrícola e às hortas ali existentes ou estas estruturas estão ou não a ser utilizadas como respostas habitacionais?

Caso existam ocupações para agregados como habitação, se estes já foram identificadas?

Quem são estas pessoas e em que condições é que vivem?

Que acompanhamento tem sido realizado pelos Serviços Municipalizados, nomeadamente pela Divisão de Direitos Sociais?

Existe algum plano de intervenção, motorização ou apoio social em curso para responder a esta realidade?

Senhora Vice-Presidente não podemos ignorar situações de vulnerabilidade humana que podem estar a ocorrer no nosso concelho. Mais do que identificar competências, importa assumir responsabilidades e encontrar soluções.

Os munícipes esperam das instituições capacidade de diagnóstico, proximidade, articulação e ação, é por isso que reiteramos a necessidade de uma resposta clara, transparente e urgente por parte do executivo municipal sobre esta matéria.

Desejo também, de igual forma, como é óbvio, as rápidas melhoras da Sra. Presidente.

Fátima Pereira (LIVRE) – Eu tenho aqui umas questões e penso que com um bocadinho de paciência, eu chego lá rapidamente.

Sou uma pessoa otimista, prefiro dar o benefício da dúvida do que esperar o pior. Nestes 8 meses, optei por dar a este executivo a oportunidade de surpreender pela positiva e estive otimista.

Estive otimista a olhar para o orçamento para este ano, apesar de muitas dúvidas, estive otimista a olhar para a estrutura proposta pela Câmara para dar mais eficiência aos departamentos e funcionários, estive otimista a ler o relatório e contas do ano anterior a pensar que este ano poderíamos fazer melhor e em cada reunião olhei com esperança para os relatórios trimestrais de atividades apresentados pela Sra. Presidente Maria das Dores Meira.

Hoje, infelizmente, já não consigo manter esse otimismo, porque vejo um padrão a instalar-se nestes últimos meses. Um padrão de facilitismo, de tomar as medidas que dão menos trabalho sem pensar como podem penalizar o município e que consequências podem ter na vida das pessoas.

Poderia dar vários exemplos, mas vou me cingir apenas à área da educação, que é uma área que me preocupa muito e que, aliás, tem sido alvo desde o início das minhas propostas e daquilo que eu defendo.

A descentralização não pode servir de desculpa para a falta de rigor na gestão dos recursos humanos, ter obra feita não pode ser só a pensar nos tijolos e no cimento.

Ser apenas intermediário para o dinheiro transitar entre o Ministério da Educação e os funcionários que estão nas escolas é uma oportunidade desperdiçada. Se o argumento são os rácios, e esse tem sido o argumento que eu já ouvi e já sei de cor, parece uma cassete, nenhum Decreto-Lei proíbe esta Câmara de contratar mais assistentes operacionais. Existem mínimos, não existe limite máximo.

Nenhum Decreto-Lei proíbe de investir o seu próprio dinheiro onde ele faz falta e se faz falta na educação deve ser prioridade, não devemos estar a cumprir serviços mínimos com as nossas crianças, principalmente no ensino básico. A qualidade do ensino do nosso concelho devia ser uma prioridade.

Não entendo a falta de transparência na divulgação de dados reais e atualizados e principalmente hoje gostaria então de questionar sobre a escola a tempo inteiro, acredito que não tenham essas informações, podem enviá-las depois por escrito, já pedi no requerimento onde a resposta foi só 50% daquilo que eu pedi. E sobre a escola a tempo inteiro nada atualizado.

A escola a tempo inteiro inclui as AAAF, as CAF e as AEC que são conhecidas como as atividades de enriquecimento curricular e que abrangem mais de 3 mil crianças no concelho entre 6 e os 10 anos, portanto, são as idades basilares de adquirir competências em várias áreas.

Eu pergunto diretamente, onde estão os currículos de todos os técnicos que estiveram este ano nas AEC? Onde está o registo criminal de quem foi contratado?

Que qualificações são exigidas para ocupar estes cargos?

De quem é a responsabilidade pelas pessoas que asseguram as AAAF, as CAF e as AEC das nossas escolas?

São trabalhos que são precários e que tem uma rotatividade gigantesca. Não estou a exagerar.

Onde estão os relatórios das entidades a quem a Câmara delegou a gestão das AEC?

Entidades que recebem cada uma das mais de meio milhão de euros por ano para gerir as AEC no concelho de Setúbal.

Onde estão os relatórios apresentados à Câmara? Seja de quais Agrupamentos, das entidades, das Associações de Pais, enfim. Se não existirem relatórios de desempenho é grave, se existirem e não forem publicados e partilhados com transparência também é grave.

Será que este executivo me vai surpreender pela positiva e fazer uma auditoria imparcial antes de renovar os protocolos para o próximo ano letivo? Porque o executivo anterior não o fez, portanto, eu gostaria de ficar novamente otimista.

Os decretos de lei são omissos, mas isso não pode servir de desculpa para não se assumir responsabilidades, porque corremos o risco de termos escolas muito bonitas por fora, mas lá dentro as pessoas que fazem verdadeiramente a diferença numa escola se não tiverem qualidade e as competências para lá estar de nada serve.

Estas são algumas das perguntas que gostava de ver respondidas antes de iniciarmos um novo ano letivo ou de o planearem, que será já em julho.

Simão Calixto (CDU) – Muito boa tarde a todos, aos presentes e aos que nos acompanham em casa.

Tenho aqui algumas questões para o executivo, dado que este executivo também tem sido muito lesto em inaugurar obras deixadas do mandato anterior, algumas que ainda estão em curso, mas creio que a aproximar-se do fim, gostava de perguntar qual é o ponto de situação da obra de construção do novo Centro de Saúde da Bela Vista, se está pronto, se não está?

Se está pronto o que é que falta para a inauguração? Se é a contratação de médicos, se é de outros profissionais?

Em relação ao novo Auditório Cultural de Azeitão, também me parece que já só estarão a realizar as obras de arranjos exteriores e gostava de perguntar ao executivo, para quando está prevista a inauguração deste importante equipamento cultural deixado do mandato anterior para a população de Azeitão?

Também em relação ao novo Centro Escolar Barbosa do Bocage, nomeadamente a Escola de 1º ciclo e Jardim de Infância, que também está já muito avançada, qual é o ponto de situação e se estará em condições de abrir no próximo ano letivo, dando melhores condições aos estudantes aqui do nosso concelho?

E em relação às urgências do Hospital de Setúbal, nomeadamente as de ginecologia e obstetrícia, que passaram a funcionar em regime de urgência regional abrindo de vez em quando, se a Câmara também tem informações para dar relativamente às diligências feitas junto do Governo para que elas possam funcionar em pleno e não da forma como têm vindo a funcionar ao longo destes últimos meses.

Vasco Gonçalves (Junta de Freguesia de São Sebastião) – Senhor Presidente, senhores deputados, público que nos assiste aqui e em casa, Sra. Vice-Presidente, pela Junta de Freguesia de São Sebastião quero aqui levantar um tema que tem gerado bastante preocupação e para o qual temos vindo a alertar já desde praticamente o início do nosso mandato e que tem a ver com a questão da Educação e da segurança nas escolas.

Foi anunciado pela Câmara Municipal e ainda na última reunião de Câmara foi aprovado aqui um conjunto de investimentos de grande natureza e de grande volume para a requalificação do Parque Escolar que, de facto, as escolas estavam e estão num estado, infelizmente, muito degradado e precisam aqui de um grande investimento.

Ainda bem que este investimento foi aprovado, mas dizer que não é só de grandes investimentos que também as escolas precisam e há pequenos investimentos que fazem a diferença e um deles tem precisamente a ver com os sistemas de alarme das escolas. Existem cinco escolas na Freguesia de São Sebastião sem sistema de alarme ativo. Isto é uma situação muito preocupante, tendo em conta que uma escola já foi assaltada cinco vezes num espaço de um ano e dois meses e este ano letivo já é a terceira vez que foi assaltada.

Não é difícil perceber que quem o faz, já tem conhecimento da situação, já sabe como é que há de agir, a despesa que se faz, porque depois, a Junta de Freguesia tem a reparação dos equipamentos, neste caso dos danos materiais que são resultantes destes assaltos. As despesas depois começam a acumular-se e estamos a gastar recursos e não é só à segurança, mas sobretudo à segurança. São recursos que se gastam de forma desnecessária e que podiam ser evitados. O material informático que já foi refutado destas escolas já é provavelmente superior àquilo que seria o custo para um investimento no sistema de alarme.

Sabemos que isto era um problema que já vinha do executivo anterior, que não conseguiu acautelar também esta situação, sabemos que a ideia é lançar um concurso ou que já foi lançado um concurso pelo menos para adjudicar um sistema de alarme conjunto a todas as escolas, mas a verdade é que os meses vão passando e as escolas continuam sem alarme.

Por isso aquilo que nós apelamos, e estamos disponíveis também para colaborar nesse sentido, é para encontrarmos aqui uma solução mais imediata, ainda que provisória, para que garanta que as escolas fiquem com alarme, tendo em conta que vamos entrar num período de férias, há menos atividade nas escolas, há menos funcionários nas escolas e elas ficarão ainda mais suscetíveis a este tipo de assaltos, o que nos tem preocupado bastante e que resulta em graves prejuízos e põem em causa também a segurança de pessoas e de bens. Muito obrigado.

João Silva (CDU) – É muito rápida a minha pergunta. Em primeiro lugar, bom fim de tarde a todas as pessoas que estão aqui e em casa.

A minha pergunta tem que ver, essencialmente, com o facto de há bocado termos ouvido, pelo menos, quiseram fazer-nos crer que o aumento das tarifas de resíduos sólidos, saneamento e água tinham a ver com uma dívida que a Câmara tem à AMARSUL, eu gostava que o executivo precisasse se tem ou não tem.

Vice-Presidente da Câmara – Começo pelo assunto das nadadoras. De facto, nós tomámos conhecimento que 10, 12 nadadoras se sentiram mal do estômago, soubemos só no dia a seguir, quando elas já estavam nos seus países.

Estranhámos que se tenha dito que foi da água, porque nós temos as análises obrigatórias e até fizemos mais uma. Temos as análises dos 3 meses, dos 8 dias e das 48 horas antes no PUA. Na Praia da Saúde, temos análises mensais. Fizemos as análises, temos os resultados das análises e a água estava boa.

Portanto, não sabemos o que é que aconteceu, poderá ter sido também que aquele grupo tenha ido comer a qualquer lado e que tenha sido disso, mas isto nunca aconteceu, aliás, nos últimos 20 anos da Taça do Mundo sempre foi aqui e nunca houve nenhum problema.

No dia a seguir também temos relato de pessoas que tomaram banho, aliás, só aconteceu a 10 e tiveram lá muitas mais pessoas. Houve pessoas também daqui que andaram na competição e não lhes aconteceu nada e achamos estranho que tenha sido da água, mas temos efetivamente as análises que comprovam que a água estava com qualidade.

Relativamente ao Centro de Saúde da Bela Vista, ele está quase pronto e o Centro Escolar também está a ultimar.

O Auditório de Azeitão está pronto, foi feito pelo anterior executivo só que faltava todo o interior, faltava todos os equipamentos que foi necessário agora adquirir.

Estamos a fazer a aquisição desses equipamentos, concursos para adquirir os equipamentos e algumas alterações para melhorar as condições do espaço, porque o equipamento é muito limitado, portanto, estamos a tentar adaptar o seu interior com os equipamentos, porque só as quatro paredes não nos servem para nada.

Relativamente à questão da dívida à AMARSUL, eu acho que ninguém quis fazer crer essa situação, o executivo anterior deixou uma dívida de 20 milhões à AMARSUL, faturas não pagas entre 2023 e 2025, mas a atualização do tarifário não tem nenhuma relação com a dívida, até porque a dívida será paga pela Câmara e o serviço que a AMARSUL presta é pago pelos Serviços Municipalizados. Mas sobre isto, na minha comunicação no ponto 3, tenho aqui elementos e dados que depois irei partilhar convosco.

A questão dos terrenos do IHRU, nós também nos apercebemos dessa situação e claro que sendo o terreno do IHRU nós não vamos pôr antes de os notificar, de os pressionar para eles virem fazer, que é obrigação deles, não vamos gastar os nossos meios, temos de utilizar outras coisas, só em *in extremis*, como fizemos na Quinta da Parvoíce, é que nós temos de agir.

Entretanto, acompanhamos a situação, notificámos o IHRU para vir limpar aquele espaço, porque efetivamente as pessoas, era como falávamos há bocado, deitam tudo para lá, monos, colchões, sofás, é uma coisa horrorosa.

Já notificámos o IHRU, demos-lhe um prazo para eles virem retirar e estamos aqui a equacionar o que é que nós fazemos. Ou fazemos uma vala funda para os carros não passarem, mesmo assim não sei se não a tiram. Isto é uma coisa impressionante, mas estamos a tratar disso conjuntamente com o IHRU para ver se eles vêm fazer a obrigação deles.

Relativamente àquelas construções todas, a parte social do IHRU já veio ver e disse-nos que são só construções de apoio à agricultura. Eu não acredito, não acredito. Eu acho que não é nada disso, acho que temos ali outra Quinta da Parvoíce.

Portanto, estamos aqui a tratar com o IHRU, e como o IHRU está a construir aqueles fogos lá em cima, os que estão mais adiantados são do IHRU, para ver se conseguimos que seja o IHRU a realojar aquelas pessoas naqueles fogos que está a construir, que são fogos novos.

Depois temos o problema das listas de 2 mil pessoas que estão à espera de casa.

Isto é um problema que não é fácil gerir e temos, entretanto, os projetos para construir de mais habitação nova que vai acontecer.

A opção da Câmara no anterior executivo, e muito bem não contesto, foi reabilitar o património arrendado e tem sido um sucesso, aliás, termina agora o prazo para entrega ao Governo, porque há para recebermos as verbas do PRR, vamos até fazer uma receção, porque é obrigatória.

As obras estavam muito atrasadas, conseguimos recuperar alguma coisa, mas não conseguimos recuperar tudo o que gostaríamos, mas temos esta convicção de que vamos conseguir resolver aquela situação, a situação das barracas que lá estão.

Sobre os alarmes das escolas, vou passar ao vereador Paulo Maia, porque não estou muito por dentro do assunto.

Vereador Paulo Maia – Sobre os alarmes, efetivamente, como disse, é um processo que está neste momento no setor de compras da nossa Câmara Municipal, é um processo complicado e envolve muitas escolas, muitas tipologias de alarmes, não é uma coisa simples, mas está neste momento na fase de compra. Portanto, é um processo de contratação pública, é um processo que tem este tempo.

Com certeza absoluta que para esse em particular que falou, podemos estar disponíveis para estudar uma solução que possa obviar e que não seja uma escola apetecível para visitar.

Sobre a questão posta pela senhora deputada Fátima Calado, a questão da Educação, eu recorro que há um concurso aberto para assistentes operacionais, não é a questão dos rácios, é outra questão. A questão da Câmara Municipal dizer que não há nenhum Decreto-Lei que proíba, Decreto-Lei não, há um Mapa de Pessoal que para se poder alterar tem que vir a alteração à reunião de Câmara e depois terá de vir à Assembleia também. Tirando isso não há nada que impeça e se consultar, neste momento, a BEP está lá aberto um concurso para assistentes operacionais, especificamente na área educativa.

Depois, só dar nota ao senhor deputado Simão Calixto sobre as urgências obstétricas, sim, a Câmara Municipal esteve envolvida num processo que foi liderado pela CIM, onde estivemos todos no gabinete da Sra. Ministra da Saúde a dar nota das preocupações que temos com as urgências pediátricas e obstétricas, ainda que o nosso concelho tenha aqui uma adaptabilidade. Percebemos e queremos que seja aberta com total liberdade para quem quer poder usufruir do serviço.

Aquilo que temos hoje é que toda a parturiente que necessite de serviços obstétricos que vá por via do CODU que tem sempre acesso ao Hospital de Setúbal, o qual está disponível por essa via. Depois havia de procurar livremente, sem ser pela Saúde 24 ou outras, que não está disponível sempre e tem algumas restrições. Queremos que tenha essa valência, logicamente que sim e estamos a lutar para que isso assim seja.

b) Recomendações e Requerimentos

- 1. Recomendação “Por uma Mobilidade Inteligente e Fiscalização Eficaz em Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

X
7

Flávio Lança (IL) – Não vou ler, mas, se calhar, vou esclarecer o que é que se trata.

É uma recomendação sobre uma mobilidade inteligente e fiscalização eficaz, todos sabemos que a mobilidade influencia a qualidade de vida de todos os setubalenses, hoje continuamos a ter carros em cima dos passeios, autocarros com dificuldades em circular, alterações de trânsito que parecem nunca ter sido avaliadas e obras que se prolongam durante demasiado tempo como acontece na Avenida de Moçambique, causando transtornos diários a quem vive, trabalha ou circula na cidade.

A resposta não pode ser colocar pilaretes, a resposta tem que ser melhor planeamento, melhor fiscalização e decisões baseadas em resultados e é isso que a Iniciativa Liberal traz nesta recomendação.

Pretende-se que a Câmara avalie as medidas implementadas, identifique os principais problemas da mobilidade, reforce a articulação com a PSP para combater o estacionamento abusivo e preste contas sobre os custos e a eficácia das soluções adotadas. E é essa mobilidade inteligente que queremos para Setúbal.

Simão Calixto (CDU) – Em relação ao conteúdo das deliberações não temos nada a opor, mas não podia deixar de assinalar um facto interessante, verificar que para a IL, afinal, o mercado não resolve tudo, a oferta e a procura de estacionamento não se equilibraram, afinal, é preciso mais intervenção da Administração Pública, mais funcionários, mais regulação, mais fiscalização para que, de facto, as pessoas cumpram. Era só para deixar essa nota, de facto, é interessante este volte-face da IL.

João Conde (SET-V 25) – Senhor Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes.

A bancada do Movimento Setúbal de Volta votará favoravelmente esta recomendação, por entender que a avaliação de políticas é um procedimento normal e útil, assim como a transparência relativamente aos custos das medidas implementadas.

Esta recomendação vai no sentido de se perceber melhor se alguns problemas elencados, como o estacionamento abusivo, resulta, sobretudo da falta de fiscalização ou da necessidade de medidas físicas de condicionamento.

Ainda que a IL reconheça, no texto apresentado, estas medidas constituem instrumentos de prevenção de infrações, pelo que a questão não é a sua utilidade, mas sim a avaliação da necessidade e eficácia em cada contexto. Portanto, se concluir que uma fiscalização mais eficaz é suficiente para garantir o cumprimento das regras e que, por essa via é possível reduzir a necessidade de instalar barreiras físicas, tanto melhor, isso significará uma utilização mais eficiente dos recursos municipais sem prejuízo dos objetivos de segurança, acessibilidade e ordenamento do espaço público.

Aliás, a informação recolhida poderá ser, também, útil para futuras reflexões sobre os instrumentos de que o município dispõe para apoiar o ordenamento do espaço público, incluindo o eventual papel como a Polícia Municipal que poderá vir a desempenhar em matérias relacionadas com a fiscalização e o cumprimento das regras de utilização do espaço urbano.

Flávio Lança (IL) – Só quero fazer uma questão ao deputado Simão Calixto, não percebi sequer a intervenção de falar de mercado numa concessão só com um operador, mas pronto, fica para si essa reflexão.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, três Deputados Municipais, dois do PS e um do LIVRE.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Recomendação “Pela redução dos resíduos indiferenciados, valorização dos bio resíduos, melhoria da recolha seletiva e reforço da transparência na Gestão dos Resíduos Urbanos no concelho de Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Vou mesmo sintetizar, porque elas são grandes e não vou ler tudo.



Muito se tem falado do aumento das tarifas dos resíduos, mas há uma pergunta que importa fazer, estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para evitar que estes custos continuem a aumentar?

Nós entendemos que se pode fazer mais, por isso, apresentamos esta recomendação, recomendando à Câmara Municipal que adote uma estratégia para reduzir os resíduos indiferenciados, reforce a recolha seletiva dos biorresíduos, melhore os equipamentos de recolha, recorra a soluções mais eficientes e inteligentes e que prepare de forma gradual modelos mais justos como os sistemas em que cada um paga em função dos resíduos que produz e não em função da água que consome.

Propomos ainda mais transparência para que os cidadãos conheçam os resultados alcançados, os custos do sistema e o impacto das medidas implementadas, porque a melhor forma de proteger o ambiente e o bolso dos setubalenses não é aumentar tarifas, é produzir menos resíduos indiferenciados. Menos resíduos indiferenciados significa menos custos para todos, é esse o objetivo desta recomendação.

Helena Murta (SET-V 25) – Boa tarde a todos, boa tarde ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, senhores vereadores, Sra. Presidente em exercício, senhores deputados e cidadãos que nos estão a ouvir.

Nós, Movimento, vamos acompanhar esta recomendação, uma vez que ela representa uma resposta concreta e equilibrada aos desafios económicos e ecológicos que Setúbal enfrenta na gestão dos resíduos urbanos. Reduzir os resíduos indiferenciados e valorizar os biorresíduos são medidas fundamentais para controlar os custos do sistema, evitando que o aumento das tarifas recaia sobre os municípios e a atividade económica local.

Ao mesmo tempo, estas ações que contribuem para o cumprimento das metas nacionais e europeias da sustentabilidade, promovendo a reciclagem e a economia circular.

A recomendação propõe soluções práticas, como a expansão de recolha seletiva de biorresíduos, a simplificação dos processos de separação para os cidadãos, o reforço de compostagem doméstica e comunitária e a implementação de sistemas inteligentes de monitorização. Estas medidas não só melhoram a eficácia operacional e a transparência, como também incentivam a participação ativa da população tornando o sistema mais justo e sustentável.

Importa sublinhar que estas orientações vão ao encontro do trabalho que os Serviços Municipalizados de Setúbal têm vindo a desenvolver, nomeadamente na recolha seletiva, na sensibilização da população e na melhoria contínua dos serviços prestados.

Ao apoiar esta recomendação reforçamos o compromisso do município com a inovação, a responsabilidade ambiental e a defesa dos interesses económicos dos setubalenses, consolidando Setúbal como um exemplo de boas práticas na gestão dos resíduos urbanos.

Aliás, os Serviços Municipalizados receberam um prémio Internacional de Ambiente e Limpeza Urbana em junho deste ano, o prémio “Escova de Prata” atribuído em Madrid pela Associação Espanhola ATEGRUS (Associação Técnica para a Gestão de Resíduos e Meio Ambiente).

O galardão distinguiu o Programa Municipal “Setúbal com.posto Tem + Valor”, que foi reconhecido pela eficiência e adesão dos utilizadores à recolha seletiva de biorresíduos, assim, como pelo forte investimento na sensibilização da população, sendo que, entre 2021 e 2025, a iniciativa permitiu valorizar cerca de 1.300 toneladas de resíduos.

Por acaso amanhã vou fazer uma ação de formação sobre compostagem promovida pelos Serviços Municipalizados.

Simão Calixto (CDU) – Em relação a esta questão apresentada pela Iniciativa Liberal, nós entendemos que, de facto, os objetivos traduzidos no PERSU 2030 são, de facto, irrealistas e com investimentos incomportáveis no quadro em que eles se devem refletir na tarifa e, portanto, no consumidor.

Nós não entendemos que não deva ser esse o modelo de financiamento do sistema de tratamento e recolha de resíduos, entendemos que o problema não está centrado única e exclusivamente no cidadão, nem nas entidades encarregues da recolha, mas também a montante nas entidades e nas empresas que produzem os resíduos, na sobre embalagem, na obsolescência programada e para a qual a IL também não tem propriamente dado grandes sinais de querer acompanhar.

Em relação às questões enunciadas aqui pelo Movimento Setúbal de Volta e em relação à recolha no concelho, importa salientar que, também, estava em desenvolvimento o PAPERSU, a aplicação local do PERSU aqui em Setúbal. Não tenho ideia de que haja grandes registos de desenvolvimento desse programa e era importante que a Câmara, no caso, e os Serviços Municipalizados pudessem fazer chegar o desenvolvimento desses objetivos.

Em relação ao Programa “Setúbal com.posto”, de facto, ele foi galardoado e foi um projeto iniciado ainda nos mandatos da CDU e que permitiu o avançar da recolha seletiva de biorresíduos no concelho para um conjunto muito alargado de habitações, tendo, aliás, Setúbal o ano passado sido o 2º município da Península com maior recolha deste resíduo separado.

Depois em relação, também, à recolha, creio que no ano anterior foram feitos um conjunto muito significativo de investimentos, há zonas do concelho hoje que contam com recolha 3 vezes ao dia e se ela não é mais eficaz, também tem que se ponderar todas as outras questões que enunciei atrás e o próprio município também vê que medidas é que pode tomar para que não haja tanto lixo no chão, como tem havido, ultimamente. Mas votaremos contra esta recomendação.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, dois Deputados Municipais, um do PS e um do SET-V 25.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 10 do PS, 9 do Set-V 25, 1 da IL, 1 do LIVRE e 1 do DNI, e 6 votos contra da CDU.

3. Recomendação “Pela transparência, planeamento e avaliação do Programa Arrábida Sem Carros” (PS)
(conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Manuel Fernandes (PS) – Penso que todos já leram a recomendação.

A recomendação não pretende alterar as responsabilidades de ninguém, muito menos do executivo, nem alterar aquilo que é o status quo das entidades que já intervêm no Parque Natural da Arrábida e mais em concreto na circulação rodoviária da estrada.

É uma recomendação que apela, sobretudo, a uma maior transparência, algum planeamento, ou pelo menos o planeamento que é necessário fazer para a transitabilidade da estrada e fazer uma avaliação do Programa “Arrábida Sem Carros”.

Estamos na 9ª edição, portanto, desde 2018 que a própria Câmara Municipal chamou a si a responsabilidade da gestão desta estrada e ao chamá-la assumiu uma quantidade de responsabilidades em que era para manter a estrada transitável, com condições de segurança ou melhorias nas condições de segurança, independentemente de casuisticamente, como foi o caso deste ano, existir um comboio de tempestades que, obviamente, avançou com alguma degradação.

Mas o comboio de tempestades não pode justificar tudo e há aqui investimentos que precisam de ser clarificados e há trabalhos que devem de ser, não só clarificados, mas também feitos a montante para prevenir este tipo de questões.

Como vimos aqui nas intervenções do público, muitas das preocupações se devem ao facto da intransitabilidade desta estrada e dos acessos, quer às praias, quer às habitações e às zonas de lazer da Arrábida, dos vários sítios na Arrábida.

Estes problemas são trazidos aqui pela população justamente, porque há uma falta de clarificação, falta de transparência, uma falta de planeamento e 9 anos depois do “Arrábida Sem Carros”, nós temos cada vez mais um impedimento à saída de Setúbal. Logo a seguir ao restaurante “Mineiro” já se está com o entrave do “Arrábida Sem Carros”.

Isso quer dizer que alguma coisa não tem corrido bem, nós não estamos aqui, neste momento, a imputar responsabilidades a ninguém, precisamos sim, e esta recomendação visa-o, é pugnar pela transparência, pelo planeamento e pela avaliação do programa e na parte deliberativa, nos 4 pontos, nós somos bastante claros, onde entendemos que deve ser realizado um relatório detalhado com fundamentos técnicos, operacionais e

até financeiros sobre o programa e proceder a investimentos e a uma avaliação técnica e planeamento fora da época balnear.

Deve ser apresentada, também, antes da próxima época balnear um plano plurianual de mobilidade para a Arrábida que nunca foi feito e remeter à Assembleia Municipal todos os relatórios e uma monitorização periódica.

Não queremos, nem pretendemos responsabilizar, pretendemos sim, uma informação o mais detalhada possível para que a Assembleia se possa pronunciar.

Helena Murta (SET-V 25) – Depois de lermos toda esta recomendação, o Movimento não acompanha a mesma. Esta recomendação ignora a realidade técnica e os esforços contínuos do executivo para garantir o que é mais importante, a segurança de quem visita as nossas praias.

Não é só o facto, de haver um condicionamento às praias, como já havia antes, mas também o que aconteceu com as tempestades e o que é que delas resultou.

O PS fala em falta de planeamento, mas esquece-se que este programa está na sua 9ª edição, como disse muito bem, sendo um modelo de mobilidade segura e sustentável já consolidado, as medidas excecionais tomadas este ano não são fruto do acaso, mas sim, como já disse, de uma resposta necessária aos danos causados pela tempestade Kristin no início do ano.

Estes danos obrigaram à supressão de uma via nos acessos às praias de Albarquel e Figueirinha para reparações críticas, tornando-se impossível a coexistência segura entre viaturas individuais, como já foi aqui dito pela senhora vereadora, estacionamento nas bermas e o transporte público.

Ao contrário do que o PS afirma sobre a falta de investimento e apoio, este executivo tomou medidas concretas, reforçou significativamente o serviço de transportes públicos, especialmente na Praia do Creiro, foi aprovado um pacote de medidas extraordinárias que concede um desconto municipal de 10 euros nos passes navegante para as famílias de Setúbal, foi garantido a continuidade gratuito do passe navegante para jovens até aos 23 e antigos combatentes e disponibilizado o vaivém Arrábida de forma totalmente gratuita para todos os passageiros no acesso ao Creiro e Galapos.

Acusam de falta de transparência, mas toda a estratégia, o modelo de mobilidade e as regras detalhadas estão publicamente disponíveis na deliberação número 241/2026 no site do município.

Este executivo não governa com base no ruído político, como será demonstrado em breve pelo Presidente dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, o Dr. Carlos Humberto de Carvalho, que por proposta da Câmara virá apresentar-nos dados sobre a sua atividade, mas segundo a TML desde 4 de junho, tal como já foi aqui dito, já foram transportadas 42 mil pessoas para as praias em autocarros e em segurança. Portanto, estes dados são relevantes e provam que as praias não estão vazias e que a estratégia de mobilidade está a funcionar.

Votar a favor desta recomendação seria ignorar os riscos de segurança reais e o investimento feito para apoiar as famílias setubalenses, por este motivo, o nosso voto será contra.

Miguel Tiago (CDU) – Senhor Presidente, membros da Assembleia Municipal, boa noite.

Em nome da bancada da CDU saudamos a iniciativa da recomendação apresentada pelo Partido Socialista, apenas é importante que nos demarquemos da consideração preambular aqui colocada, de que é responsabilidade, enfim, acho que afirma mesmo diretamente que é responsabilidade da autarquia a estabilização daquelas vertentes, o saneamento daquela encosta, e não acompanhamos essa consideração. Continuamos, aliás, a considerar que é uma responsabilidade que podendo ser tripartida, podendo envolver a Câmara, mas é essencialmente uma responsabilidade da Infraestruturas de Portugal e do proprietário do terreno, até porque uma autarquia não tem nem os meios técnicos e muito provavelmente nem os meios financeiros para levar a cabo uma obra de Geotecnia, de Engenharia tão pesada e tão complexa.

Pedi a palavra, também, para relembrar as responsabilidades no seguimento do que disse dos sucessivos governos PS, PSD, que se vão revezando nas cadeiras do Governo e empurram o problema para a frente, o que certamente até favorece o proprietário do terreno, que assim também não se vê obrigado a participar na solução do problema.



Ílídio Ferreira (DNI) – Boa noite a todos, a quem aqui está e quem nos segue em casa.

A situação que foi encontrada, após a tempestade, era difícil e eu concordo que é difícil para o executivo encontrar outra solução que não aquela que foi encontrada.

Agora penso que terá havido, talvez até por indecisão, admito eu, alguma falta, e aí estou de acordo, alguma falta de planeamento ou pelo menos de relacionamento com quem deveria ter sido chamado a opinar e a encontrar soluções, nomeadamente no que diz respeito à salvaguarda da situação das pessoas que residem nas zonas que foram afetadas e pessoas que trabalham nas zonas que afetadas.

Tanto quanto sei, não houve contacto com as Juntas, com as Associações de Moradores e recordei que há o problema dos trabalhadores da Rasca que vai ser resolvido, mas não só, por exemplo, os moradores da Aldeia Grande havia muita gente que utilizava de manhã a estrada para fugir à fila que se forma na Estrada Nacional 10, que às vezes chega aos 3, 4 quilómetros e essa solução não foi prevista.

A questão das pessoas que utilizam o seu barco e que entram com o seu barco na Gávea também não foi previsto, não está autorizado e isso já foi aqui referido também pelas pessoas do público e outras situações que não teriam sido previstas.

Desse ponto de vista, eu acho que houve alguma falta de planeamento, mas também a verdade é que a situação não era fácil.

Eu vejo esta moção muito mais fora, para além das questões e de considerações que podemos estar mais ou menos de acordo, eu vejo-a mais numa perspetiva prospetiva, ou seja, de futuro que se aproveite esta experiência para no próximo ano planearmos com antecipação, com informação e com toda a gente que deve participar na decisão a fazê-lo.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas para clarificar um bocadinho mais aquilo que é uma recomendação, atenção que estamos a falar de uma recomendação para não alterar nada daquilo que está feito, nem os poderes das entidades competentes para intervir neste processo.

Nós falamos numa recomendação pela transparência, pelo planeamento e pela avaliação da “Arrábida Sem Carros”, como é que o Movimento Setúbal de Volta não está de acordo em que esta Assembleia tenha acesso a relatórios técnicos, operacionais e que se faça uma avaliação do programa?

Não estando de acordo, quer dizer, que isto apenas é o que propõe, propõe relatórios para esta Assembleia dominar este tipo de informação. Se não estão de acordo dá a entender que todas aquelas pessoas que falaram aqui antecipadamente, Vossas Excelências estão a ignorar as intervenções dos cidadãos que aqui tiveram. Porque eles próprios vieram aqui evidenciar a necessidade daquilo que é proposto nesta recomendação.

Relativamente ao senhor deputado Miguel Tiago, ninguém está a tirar responsabilidades a nenhuma das entidades competentes para intervir nesta matéria, agora, não pode é invocar a responsabilidade dos governos quando foi a própria Sra. Presidente, em 2018, a querer assumir a gestão da operacionalidade desta estrada, da transitabilidade, da operacionalidade e da conservação do asfalto. Portanto, não pode apenas evocar a responsabilidade dos governos e ignorando aquela responsabilidade que este executivo municipal quis assumir, isso é que não pode dizer.

Quanto ao resto, penso que está clarificado.

Helena Murta (SET-V 25) – Quando nós lemos a vossa recomendação, é claro que estamos do lado dos cidadãos, nós somos cidadãos e queremos também aceder às praias com segurança, mas, quando nós lemos a vossa recomendação dá a entender que não há transparência, não há investimento, não há o melhor que se consegue fazer e é por isso que nós estamos contra a mesma, não porque não acreditamos que tem que haver uma acessibilidade segura, que temos que aceder às praias.

Todos nós queremos aceder às praias, eu quero aceder às praias, aliás no domingo passado fui à Figueirinha e concordei com aquilo tudo que vi e senti que realmente o que foi feito e que tem estado a ser feito para uma cidadã que quer ir à praia e é o melhor que se consegue fazer, não tenha qualquer dúvida.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 10 do PS, 7 do CH, 6 da CDU, 1 da IL, 1 do LIVRE e 1 do DNI, 1 abstenção do PS e 10 votos contra do SET-V 25.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. Moção “Pela salvaguarda do acesso às praias da Arrábida, pela segurança jurídica e pelo respeito pelo Estado de Direito” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – As praias da Arrábida fazem parte da identidade de Setúbal, são património natural, gerações de setubalenses aprenderam a sentir como seu, é por isso natural a preocupação que este processo judicial gerou.

Todos queremos que estas praias continuem acessíveis às populações, mas essa preocupação não nos pode fazer esquecer um princípio essencial, numa democracia compete aos tribunais decidir litígios desta natureza, não aos partidos políticos, nem a Assembleia Municipal.

A posição da Iniciativa Liberal é clara, defendemos o Estado de Direito, a independência dos tribunais e a segurança jurídica, mas defendemos também que a Câmara Municipal deve acompanhar este processo e preparar todas as soluções legais que permitam salvaguardar o interesse público e o acesso às praias.

Esta moção não toma partido num processo judicial, toma partido por Setúbal, nós acreditamos que é possível compatibilizar o respeito pela propriedade privada, a proteção do ambiente e a utilização pública das praias.

Presidente da Mesa – Eu distraí-me aqui, mas quero propor à Assembleia o seguinte, a moção “Pela defesa intransigente de carácter público das Praias da Arrábida”, apresentada pelo Partido Socialista, que é a próxima moção, tem o mesmo conteúdo ou muito similar e se podia ser discutida em conjunto e votada em separado, naturalmente.

Se alguém se opor discutiremos em separado, é apenas por uma questão de tempo.

Nenhuma das bancadas se opõe, então vou passar a palavra ao Partido Socialista para apresentar a outra moção e serão discutidas, porque o argumentário há de ser muito similar.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos contra, 11 do PS, 10 do SET-V 25, 7 do CH, 1 da IL, 1 do LIVRE e 1 do DNI, e 6 votos contra da CDU.

2. Moção “Pela defesa intransigente do carácter público das Praias da Arrábida” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

M.ª João Palma (PS) – Também em relação a esta moção “Pela defesa intransigente do carácter público das Praias da Arrábida”, vamos abdicar da sua leitura integral, uma vez que foi distribuída a todos os membros desta assembleia.

Se há causas que ultrapassam as diferenças partidárias, a defesa do carácter público das praias da Arrábida é uma delas. Não estamos apenas a falar de praias, estamos a falar de um património natural único da nossa identidade coletiva e da memória de gerações de setubalenses que cresceram a viver, a desfrutar e a sentir aquelas praias como um bem de todos.

Por isso, o Partido Socialista entende que esta Assembleia deve afirmar, de forma clara e inequívoca, que as praias da Arrábida e os seus acessos devem permanecer públicos, livres e acessíveis a todos hoje e para as gerações futuras.



Porque há princípios que não podem ser negociados, a Arrábida não é uma propriedade, é uma herança e as heranças não se privatizam, é esse o sentido da moção do Partido Socialista que hoje submetemos à apreciação desta Assembleia.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos contra, 11 do PS, 7 do CH, 6 da CDU, 1 do LIVRE e 1 do DNI, e 11 abstenções, 10 do SET-V 25 e 1 da IL.

3. Moção “Pela defesa das Famílias, das Instituições Sociais e da Economia Local face ao aumento das Tarifas de Saneamento e Resíduos” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

M.ª João Palma (PS) – Vou também abdicar da leitura integral desta moção, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros desta Assembleia.

A moção do Partido Socialista, hoje apresentada, resulta da preocupação com o impacto que os recentes aumentos das tarifas de saneamento e resíduos estão a ter na vida das famílias, das instituições sociais e da economia local.

Com esta iniciativa, manifestamos esta preocupação e reafirmamos que a sustentabilidade financeira dos serviços públicos deve ser compatibilizada com a justiça social e a proteção dos consumidores, e defendemos, também, soluções que promovam uma maior eficiência do sistema.

Nesse sentido reafirmamos a necessidade de implementar um modelo *Pay As You Throw* cuja proposta apresentada pelo Partido Socialista foi recentemente aprovada em reunião de Câmara. Trata-se de um passo importante para um sistema mais justo, mais eficiente e ambientalmente mais sustentável e que adia tomadas de decisão a curto ou médio prazo por outras soluções muito mais robustas, é este o sentido desta moção que submetemos à apreciação da Assembleia.

Simão Calixto (CDU) – Em primeiro lugar, gostava de propor uma alteração ao 5.º considerando desta moção, porque não foi só o Partido Socialista que na reunião de Câmara manifestou a sua discordância, o vereador da CDU também o fez.

Em relação às outras questões de deliberações que estão propostas, só fazer uns reparos e que justificarão a nossa abstenção, nomeadamente em relação ao *Payt*, nós entendemos que é preciso estudar este conjunto de modelos, estas soluções e outras, até porque esta pode não ser a mais justa, mas também em relação à 5.ª, não podemos deixar de assinalar, que o PS quando esteve no Governo também teve oportunidade, aliás, comprometeu-se com um partido integrante desta coligação, os Verdes, em retomar o controlo público da AMARSUL e não foi capaz de o fazer, falhou a esse compromisso. Portanto, nós entendemos que não podemos acompanhar esta moção e optaremos pela abstenção.

Cláudia Vicente (CH) – Boa tarde a todos aqui presentes e lá em casa.

O CHEGA não acompanha, também, esta moção, tendo em conta que esta moção tem como principal objetivo censurar a atuação do executivo municipal não acautelando de forma consciente os pressupostos da mesma. No entanto, concordamos com alguns pontos referidos, nomeadamente com a implementação de programas mais justos para o consumidor, bem como a preocupação sócio económica sobre o Município de Setúbal.

Apesar de serem em pontos extremamente honrosos e merecedores da nossa total preocupação, a restante moção mascara um ataque deliberado à oposição do CHEGA em reunião de Câmara.

Helena Murta (SET-V 25) – Embora concordemos com algumas coisas, nomeadamente o sistema *Payt* e a proteção às famílias, o Movimento não acompanha esta moção, porque ao lermos a moção completa e não só este resumo, é fundamental que este debate se pautar pela verdade dos factos e pela responsabilidade que a gestão pública exige.



Gostaríamos de acrescentar os seguintes pontos cruciais à nossa declaração, primeiro, a atualização dos tarifários não foi uma escolha arbitrária, mas uma obrigação legal decorrente da obrigatoriedade de refletir na fatura de ambiente do consumidor o custo real do serviço. O preço por tonelada de lixo indiferenciado que a AMARSUL cobra aos municípios subiu drasticamente 22 para 77 euros por tonelada.

Ora a atualização do tarifário foi um imperativo legal, que decorre do imperativo de cumprir a lei e os Serviços Municipalizados e a Câmara têm de cumprir a lei e nós sabemos disto.

Todos os que são da Comissão de Ambiente, da qual eu também faço parte, tivemos bastantes reuniões em que os Serviços Municipalizados e a Câmara e outras entidades foram ouvidas.

A ERSAR, a entidade reguladora, alertou para o incumprimento da lei e recomendou que a lei fosse cumprida e as recomendações de uma entidade reguladora são para levar a sério. Apesar deste contexto difícil, a opção foi proteger as famílias.

Cerca de 87% dos consumidores têm aumentos mensais de poucos euros, as famílias com tarifa social que é aplicada automaticamente e as com menor consumo passaram em vários casos a pagar menos do que pagavam, o esforço maior recaiu sobre os grandes consumidores não domésticos, as grandes empresas e não foi sobre quem tem uma casa e uma família para sustentar.

Prova disso, e todos nós recebemos isso das Comissões de Ambiente e das Finanças, prova disso pelos dados que nos foram facultados pelos Serviços Municipalizados, e todos tivemos acesso aos mesmos, é que a maioria dos aumentos para os domésticos foi contida abaixo dos 2,63 euros mensais, segundo o que nos enviaram e todos lemos isso.

Também é preciso referir que este processo tem sido pautado pela transparência total, o método de cálculo da tarifa está descrita online em SMS-Setúbal.pt e é aplicado de forma igualitária, variando depois consoante o escalão de consumo, metros cúbicos e o tipo de consumidores, famílias numerosas, tarifas sociais, pequenos não domésticos, se é medida mensal ou bimensal, etc., etc.

Há, também, que deixar aqui bem explícito e percebemos mais uma vez nas reuniões das comissões que tivemos com os Serviços Municipalizados, que os mesmos estão a realizar um esforço para que este impacto seja o menor possível, tendo já promovido a revisão do regulamento, conforme ficou prometido logo em janeiro, para criar novos escalonamentos que reduzam o impacto junto dos pequenos consumidores não domésticos, que são, como sabem, o comércio, serviços, restauração e pequenos alojamentos.

Reconhecemos que muitos munícipes ainda desconhecem que podem usufruir das tarifas especiais e, para isso, os Serviços Municipalizados têm vindo a informar os mesmos com contactos diretos explicando que existem tarifas especiais para as entidades sem fins lucrativos, que incluem as IPSS, as associações e os clubes e para quem mais precisa como as famílias numerosas.

É óbvio que estamos todos preocupados com o custo de vida, ninguém quer pagar mais, mas também sabemos que os Serviços Municipalizados e a Câmara estão a agir com a sustentabilidade dos serviços em mente, garantindo que Setúbal continue a ter um sistema de águas e saneamento renovados, de qualidade, de resíduos, funcional e legalmente em conformidade.

Deixamos o repto dos partidos políticos, que têm representação na Assembleia da República, para que lá tenham uma intervenção que possibilite medidas que baixem o custo de vida, porque é lá que se decide o que mais pode impactar neste sentido, o IVA sobre os serviços essenciais, os diversos impostos, o valor dos salários, entre muitas outras decisões.

Aproveito este momento para refletir, também, porque eu também refleti nas várias reuniões que tivemos sobre a importância das nossas ações, das ações de cada um de nós cidadãos e munícipes deste concelho. Cada um de nós é uma peça importantíssima nesta engrenagem, porque se cada um de nós reduzir o consumo de água e a quantidade de lixo indiferenciado que produz, reduzindo, reutilizando e reciclando, diminuámos o consumo de água e as toneladas de lixo indiferenciado e por conseguinte diminuámos também a fatura.

Cada formiga faz o formigueiro, todos juntos por uma causa, não só económica, mas também ecológica para o bem da nossa saúde.



Ilídio Ferreira (DNI) – Senhor Presidente, não vou acompanhar esta moção por uma única razão, o assunto está a ser analisado em discussão numa Comissão, não está encerrado, embora hoje venha aí o Relatório Intercalar e, portanto, não me parece oportuno uma moção numa fase em que estamos em estudo da matéria.

Não havendo mais intervenções, foi a moção reprovada por maioria e em minuta, com 17 votos contra, 10 do SET-V 25 e 7 do CH, 12 votos a favor, 11 do PS e 1 do LIVRE, e 8 abstenções, 6 da CDU, 1 da IL e 1 do DNI.

4. Moção “Regionalização, um imperativo democrático” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Bartolomeu Pereira (CH) – Senhor Presidente da Assembleia, Sra. Vice-Presidente, estimados vereadores, deputados, setubalenses, senhoras e senhores que aqui estão e que nos escutam lá em casa. Não sei Sr. Presidente se possa já fazer uma declaração de voto ou se é só no final?

Presidente da Mesa – Os deputados só têm direito a declaração de voto se votarem de vencido, portanto, como eu não sei qual é o seu sentido de voto, nem qual vai ser o resultado, pode fazer uma intervenção, a declaração de voto só no fim se tiver direito a ela.

Bartolomeu Pereira (CH) – Então será uma intervenção. O grupo municipal do CHEGA irá votar contra esta moção apresentada pela CDU e fazemo-lo com uma convicção profunda, alicerçada na defesa dos interesses dos setubalenses e dos portugueses.

E é necessário começar por deixar aqui uma premissa clara, é que ninguém nesta sala tem o monopólio da defesa do desenvolvimento regional, do combate às assimetrias ou do amor por Setúbal.

Todos nós, independente das nossas cores e opções políticas, desejamos, certamente, um concelho e um país mais próspero, no entanto, a nossa divergência com esta proposta apresentada pela CDU não é sobre o destino onde queremos chegar, mas sim sobre o caminho que podemos fazer para lá chegar, e o documento que a CDU hoje nos apresenta defende a regionalização como um imperativo democrático, assim, uma espécie de aspirina mágica para os males do país.

Nós no CHEGA, pelo contrário, vemos a criação das regiões administrativas como um crasso erro histórico e explicamos porquê. É que a regionalização não significa mais médicos, mais professores, mais polícias e mais oportunidades como expressou aquele jovem que aqui falou no início e que bem precisam.

A Regionalização significa, sim, a criação de uma nova e pesada máquina burocrática, mais parlamentos, mais deputados novos, governos regionais, diretores, assessores, mais gordura estatal e, portanto, toda esta nova engrenagem política terá de ser paga pelo bolso dos mesmos, que somos todos nós e são os nossos impostos e o Estado Português que já é obeso e já é lento. Portanto, nós não vamos apoiar e acrescentar ainda mais peso, mais impostos e mais gastos aos cidadãos, nem torná-lo mais caro para as famílias.

O CHEGA acredita no verdadeiro Poder Local e se o objetivo é aproximar a decisão das populações, então é muito simples, o que o Estado Central deve fazer é reforçar as competências e os orçamentos das Câmaras Municipais, das Assembleias, das Juntas de Freguesia. Até porque são os autarcas que estão na linha da frente, são os autarcas que vivem nas nossas ruas, que vivem nos nossos bairros e conhecem os problemas reais das pessoas e é escusado inventar um novo Poder Local.

Por fim, Sr. Presidente da Assembleia, dizer também que o CHEGA lamenta que esta Assembleia seja utilizada assim como uma espécie de câmara de eco que a CDU está a tentar usar para prolongar os debates que já foram encerrados na Assembleia da República. Da nossa parte, também, não poderíamos trazer aqui uma vela para fazer o culto fúnebre ao chumbo que esta proposta teve na Assembleia da República, mas estamos solidários convosco na dor.



Manuel Fernandes (PS) – O Partido Socialista revê-se completamente nestes considerando da moção apresentada pela CDU.

Aliás, o objetivo da regionalização, ao contrário daquilo que foi dito na intervenção anterior, não é um problema paralelo às situações e às questões que devem ser resolvidas nas Assembleias Municipais, antes pelo contrário, devem estar na ordem do dia e devem estar constantemente na ordem do dia, porque estamos a falar de uma organização estrutural do território e sim respeita um imperativo democrático, uma vez que ele depende diretamente da Constituição da República Portuguesa.

Sei que isso faz confusão a alguns partidos, mas efetivamente é assim, a Constituição da República Portuguesa assim o determina.

Atualmente nós temos, efetivamente, a mesma, eu diria talvez, uma ideia paralela relativamente à regionalização, porventura o caminho para lá chegar é que poderá ser efetivamente diferente, será a forma que é diferente e, por isso, o Partido Socialista não vote a favor, ir-se-á abster, mas o Partido Socialista já fez caminho relativamente à regionalização.

Nós não entendemos que deve ser um programa já datado e com vínculo obrigatório como foi apresentado na Assembleia da República pela CDU, em que já nas próximas autarquias deveria de ser votada em exéquo com as eleições autárquicas, em que devia também ser já votada um projeto de regionalização.

O Partido Socialista defende que ele deve ser amplamente discutido na sociedade, deve de ser considerado um consenso alargado e deve ser feito um referendo à semelhança daquilo que aconteceu em 1998, para que seja mais legitimada a decisão do projeto de regionalização. E, como tal, sendo que os objetivos sejam iguais, a forma de lá chegar é que é diferente, por esse motivo o Partido Socialista se irá abster.

Ilídio Ferreira (DNI) – Votarei contra esta moção, penso que somos um país pequeno com as CCDR e agora as Comunidades Intermunicipais, mais as autarquias, câmaras e juntas de freguesia, não se justifica a regionalização, haverá um aumento de custos e um acréscimo de dificuldade no próprio processo decisório.

Miguel Tiago (CDU) – A última intervenção mostra bem, se calhar, porque é que a posição do PS ao longo do tempo foi tão dúbia, apesar de já não ser membro do PS, pelos vistos dentro do PS também nunca houve assim muito entendimento, é que o PS é a favor de todas as regionalizações menos as que são propostas.

Ilídio Ferreira (DNI) – É que no PS há liberdade.

Miguel Tiago (CDU) – No PCP e na CDU também há. Todas as regionalizações para o PS são boas, menos as que podem começar.

Quanto às questões que foram aqui colocadas, eu rejeitaria alguns dos argumentos, até porque sobre a dimensão do país, nós temos até aqui na União Europeia países mais pequenos que Portugal, com menos habitantes que Portugal e com regiões administrativas diretamente eleitas.

Sobre o peso, a gordura do Estado que nós pensávamos que era até mais uma preocupação da IL e que o CHEGA já estaria a abandonar essa ladainha, é engraçado que para o CHEGA todos os tachos são bons, desde que não sejam eleitos. Porque os tachos das CCDR, os tachos das nomeações regionais, sobre esses não falou, se forem eleitos pela população passam a ser um problema.

É um critério que não acompanhamos, pelo contrário, entendemos que os diversos níveis de responsabilidade nacional devem ser tanto quanto possível eleitos pelas populações e devem responder perante elas e não pelo Governo.

Entendemos que os níveis intermédios de direção devem representar os interesses das populações e não os interesses dos governos junto das populações, e é por isso que defendemos a Constituição da República nesta matéria, tal como ela prevê a regionalização.

A intervenção do Partido Socialista, algumas dúvidas, porque aquilo que o PCP aqui propõe não é nenhuma regionalização concreta, não dizemos como é que vai ser feita, dizemos que deve ser retomado este processo, apelamos à Assembleia da República para que esse processo seja retomado.



Evidentemente, que terá de haver auscultação das populações sobre a composição das regiões, sobre as suas limitações, terá de haver, eventualmente, até um referendo, tendo em conta a forma como está plasmado na Constituição a regionalização, acho que por uma alteração até combinada entre o PSD e o PS, na altura, que introduziram o referendo obrigatório para a regionalização que não constava na versão original.

Também registamos que o Poder Local é muito importante para o CHEGA, menos para debater questões nacionais. Quando é para debater questões nacionais, o CHEGA acha que o PCP se está a aproveitar de um espaço que é um espaço político, onde somos eleitos para debater os problemas, independentemente, do facto de eles já terem sido debatidos em algum outro espaço.

Aliás, consta mesmo na nossa moção, que é uma moção de rejeição pelo facto de a Assembleia da República ter rechaçado a regionalização uma vez mais e para que o processo retome e, portanto, achamos não apenas que é necessário, como dignifica as assembleias municipais falar dos temas nacionais, quer isso agrade ao CHEGA ou não agrade ao CHEGA.

Bartolomeu Pereira (CH) – Só dar aqui uma nota. Os temas debatidos sim, os vivos, os abatidos não.

De repente, fiquei com a sensação que estava a ouvir a bancada da CDU no Algarve, porque, como diz o adágio popular *“O algarvio depois de morto ainda rasteja 50 metros.”*.

Presidente da Mesa – Dizer que já aqui várias vezes, até pela bancada do CHEGA, se falou sobre a pertinência de certos temas em moções, etc., etc. Como é óbvio, os temas são à consideração e responsabilidade de cada bancada que apresenta, sendo que a regionalização é mesmo um dos temas, independentemente, de ter sido votado de uma forma ou de outra na Assembleia da República, e que impacta no nosso território.

Achar que um tema foi chumbado uma vez, o tema está morto, é não perceber que em política e quem luta por convicções nenhum tema é morto.

A vossa opinião está, mas não pode impedir e nem dizer que não deve ser discutido aqui. Não é impedir, não devia ser discutido e isso foi dito.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, dois Deputados Municipais, um do PS e um do SET-V 25.

Não havendo mais intervenções, foi a moção reprovada por maioria e em minuta, com 15 votos contra, 6 do SET-V 25, 7 do CH, 1 da IL e 1 do DNI, 8 votos a favor, 1 do SET-V 25, 6 da CDU e 1 do LIVRE, e 12 abstenções, 10 do PS e 2 do SET-V 25.

José Canavarro (SET-V 25) – Como votei contra, irei apresentar uma declaração de voto, estava a pensar fazê-lo verbalmente, mas vou respeitar o tempo e apresento por escrito.

Ilídio Ferreira (DNI) – Senhor Presidente, uma interpolação, qual foi o resultado da votação?

Presidente da Mesa – A moção foi reprovada, portanto, o Sr. José Canavarro irá apresentar por escrito uma...

Ilídio Ferreira (DNI) – Senhor Presidente, se foi reprovada, não tem direito a apresentar declaração de voto.

Presidente da Mesa – Tem razão senhor deputado, é verdade.

Ilídio Ferreira (DNI) – Eu também gostava de apresentar declaração de voto.

Presidente da Mesa – Tem razão senhor deputado. Tem razão e ainda bem que alertou, porque o que ficou definido em sede de Comissão Permanente, e aceito e é essa a nossa prática, é que se pode ter direito a declaração de voto, quem tem voto de vencido.



Ilídio Ferreira (DNI) – Estava a ver se conseguia perder a votação para não gastar os meus poucos segundos que ainda tenho.

Presidente da Mesa – O problema foi mesmo esse, é que no passado usavam-se as declarações de voto para poupar segundos e depois as declarações de voto tornavam-se intervenções, como o senhor sabe, e teve que se normalizar.

5. Resolução “Criação da Comissão Eventual para o Acompanhamento e Salvaguarda da Arrábida (CEASA)” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Esta é uma resolução para que se crie uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Serra da Arrábida, eu acho que nós já todos percebemos que a Arrábida é um Património Natural de Setúbal, e que faz parte da identidade de todos os setubalenses.

Nós temos vindo a discutir as praias, os trilhos, os acessos, a mobilidade, a proteção ambiental, a segurança, é um conjunto de temas alargado, e que ultrapassa o âmbito específico de uma comissão.

E é nesse sentido que nós propomos aqui a criação desta nova Comissão Eventual.

Miguel Tiago (CDU) – Até estranhámos, nós às vezes na CDU, temos de nos desdobrar para participar em tantas comissões, que um grupo só com um deputado para tantas comissões e subcomissões, quando ainda por cima, já existe uma comissão aqui na Assembleia Municipal, que trata precisamente disto, é estranho, que a Comissão de Ambiente, Higiene Urbana, Proteção Civil e Bem-Estar Animal, trate da Serra da Arrábida, mas pronto, mas é assim mesmo, já trata e já acompanha, portanto, é profundamente desnecessário uma “gordura”, que a IL tanto odeia, criar uma “gordura” a mais na Assembleia Municipal.

Ilídio Ferreira (DNI) – Os meus 33 segundos para dizer o seguinte, concordo com a proposta, penso que uma Comissão Eventual tem uma forma de resolver problemas e de acompanhar melhor, viu-se isso no anterior mandato, só acrescentaria o seguinte, relativamente à questão da Comenda.

Que esta comissão também acompanhasse todo o dossier da Comenda, e não apenas o Parque da Comenda, todas as outras questões, que eu em 10 segundos, não vou ter tempo para as dizer, mas enfim, o Flávio sabe quais são, porque falámos disso no anterior mandato.

Óscar Santos (PS) – O nosso argumento é bastante similar ao da CDU, no mandato anterior, e nós tivemos de facto, uma comissão eventual sobre o acompanhamento da situação da Comenda, e esta comissão teve o seu decurso, chegou às suas conclusões, apresentou um relatório e cessou funções.

Na altura, creio que ficou então definido que, caso se justificasse no futuro voltar a abordar o tema da Comenda, esta devia ocorrer no âmbito da Comissão de Ambiente, e então nós fazendo jus àquilo que foi decidido no mandato anterior, também achamos que seria mais pertinente acompanhar esta situação na Comissão de Ambiente.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a resolução reprovada por maioria e em minuta, com 16 votos contra, 10 do PS e 6 da CDU, 13 votos a favor, 10 do SET-V 25, 1 da IL, 1 do LIVRE e 1 do DNI, e 7 abstenções do CH.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE CONDENAÇÃO, DE REPÚDIO E DE PESAR

- 1. Saudação “Pela candidatura de Setúbal a Capital Portuguesa da Cultura 2028” (SET-V 25)** (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa - Já agora, quero apenas juntar aqui uma informação, ficou decidido na proposta que foi a reunião de câmara e aprovada, que o Presidente da Assembleia Municipal, faria parte de uma Comissão, a qual também já reuniu e da qual eu já participei, e quando houver matéria de facto, partilharei também com os restantes deputados municipais, aquilo que vai ser o Plano de Auscultação, Estratégia, etc., que está a ser preparado.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

- 2. Saudação “Pela realização de mais uma edição das Marchas Populares de Setúbal” (SET-V 25)** (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal da CDU.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

- 3. Saudação “À luta dos trabalhadores e à derrota do Pacote Laboral” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – O CHEGA, votará favoravelmente esta saudação e fá-lo por uma razão simples.

Sempre que estão em causa os direitos dos trabalhadores, a valorização dos salários, o combate à precariedade, o respeito por quem trabalha, estamos ao lado dos trabalhadores.

E dito isto, não podemos deixar de assinalar que este texto é profundamente ideológico, a CDU tenta transformar uma matéria laboral numa peça de propaganda partidária, como se apenas uma força política tivesse legitimidade para defender os trabalhadores.

Os trabalhadores não pertencem à CDU, não pertencem à CGTP, não pertencem a qualquer Partido, pertencem apenas a si próprios, são eles que diariamente criam riqueza, pagam impostos e sustentam o País. Defender os trabalhadores não pode significar bloqueios permanentes à economia, nem ignorar que milhares de pequenas e médias empresas também lutam diariamente para sobreviver, criar emprego e pagar salários.

O verdadeiro desafio encontra-se em encontrar o equilíbrio, proteger quem trabalha, combater a precariedade, promover salários dignos e ao mesmo tempo criar condições para que as empresas invistam, cresçam e gerem emprego.

O CHEGA, não aceita que a “Esquerda”, se arrogue no monopólio da defesa dos trabalhadores, a dignidade do trabalho não tem cor política.

Votamos favoravelmente, porque respeitamos os trabalhadores, mas rejeitamos a tentativa de transformar esta Assembleia Municipal numa tribuna de propaganda ideológica.

Os trabalhadores merecem mais que slogans, merecem soluções concretas, melhores salários, menos carga fiscal e uma economia forte que lhes dê futuro.

Esta intervenção permite justificar o voto favorável do CHEGA, ao mesmo tempo que confronta politicamente a narrativa da CDU, de forma firme e argumentativa.

Miguel Augusto (SET-V 25) - Esta votação, e a próxima, digamos, demonstra que o Movimento Setúbal de Volta, é um movimento plural, livre de amarras, onde cada um de nós decide em consciência, porque sabemos que no essencial, que é o futuro da nossa cidade, estamos juntos, e juntos somos mais fortes.

Manuel Fernandes (PS) – Todos nós achamos hilariante a intervenção do senhor deputado do CHEGA, e queria dizer apenas duas coisas, a primeira é que o Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista irá acompanhar esta saudação, como é óbvio.

Desde a primeira hora que o Partido Socialista se opôs, àquele que se chama um “monstro”, muitos deputados que estavam na Assembleia da República apelidaram e rotularam o documento de “monstro”, para os trabalhadores, para a economia e para a sociedade portuguesa, a curiosidade é que o CHEGA, nunca esteve nesse debate, nunca esteve no debate do Pacote Laboral, nunca sequer quis refletir acerca daquilo que era o conteúdo que estava a ser proposto no Pacote Laboral.

Na véspera, o CHEGA esteve na véspera da votação na Assembleia da República, o CHEGA esteve ao lado da AD, do Governo, da senhora Ministra, em troca de meia dúzia de meses na redução da idade da reforma.

Este Pacote Laboral, que o CHEGA, aqui agora considera que era uma exploração, e que se mostra ao lado dos trabalhadores, naquela altura ignorava tudo isto, em troca de meia dúzia de redução de meses na idade da reforma.

Portanto, o CHEGA, é tudo e o seu contrário, é aquilo que, para onde sopra o vento, é aquilo que é a maior instabilidade, e é aquilo onde os trabalhadores do País e aqueles que trabalham por conta de outrem nunca podem confiar, porque a insegurança nunca esteve do lado da “Esquerda”, a insegurança da aprovação do Pacote Laboral esteve sempre nas mãos do CHEGA, e só mesmo na hora da votação é que o CHEGA deve ter metido o dedo ao ar e viu que o vento soprava contra o Pacote Laboral e optou por rejeitar.

Não foi o CHEGA que rejeitou, foram todos aqueles que não se revêm no Pacote Laboral, que rejeitaram o Pacote Laboral, o CHEGA disse tudo e o seu contrário, não se revê em nada e revê-se em tudo, desde que seja popular.

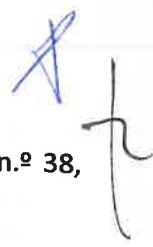
Bartolomeu Pereira (CH) – Só para fazer aqui um recorde de memória sobre a defesa aos trabalhadores por parte do CHEGA, aos professores, médicos, enfermeiros, desde a primeira hora, lembrando as grandes greves de 2022 e 2023, em que o CHEGA apoiou fortemente a recuperação integral do tempo de serviço, os famosos 6 anos, 6 meses e 23 dias dos educadores.

Simão Calixto (CDU) – Bem, eu disse em aparte, mas quero que fique registado que, de facto, não é uma saudação ao CHEGA, é uma saudação aos trabalhadores, aos que lutaram, aos que fizeram greves, aos que perderam um dia de salário quando fizeram greve, aos que perderam horas, dias em plenários, de facto, foram capazes de derrotar este Pacote Laboral, porque, de facto, os trabalhadores souberam tocar a música, à qual o CHEGA dançou tão bem na Assembleia da República, e que levou, naturalmente, à derrota do Pacote Laboral.

E não podia deixar de dizer também que, a CDU fará sempre questão, e temos o feito sempre, trazendo a esta casa as lutas dos trabalhadores, porque isto, de facto, também é a vida real, e esta Assembleia, também se deve saber pronunciar sobre o mundo do trabalho, sobre as questões que também aqui estão ligadas, que são profundamente ideológicas, sim, mas, naturalmente agora, saudar uma grande vitória dos trabalhadores na derrota deste Pacote, que de facto, só ia trazer mais dificuldades, com os despedimentos, com o aumento da precariedade, e que foi muito bem derrotado.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, dois Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 9 do PS, 1 do SET-V 25, 7 do CH, 6 da CDU, 1 do LIVRE e 1 do DNI, 6 votos contra, 5 do SET-V 25 e 1 da IL, e 4 abstenções do SET-V 25.



José Canavarro (SET-V 25) – Entregou a declaração de voto, conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata.

4. Voto de Pesar “Pelas vítimas dos sismos na República Bolivariana da Venezuela” (MAM) (conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa - Deu entrada hoje, um voto de pesar pela mão de um deputado da bancada da CDU, mas, falei com o deputado Simão Calixto, que entendeu e bem, que fosse apresentado um voto de pesar pelas vítimas dos sismos na República Bolivariana da Venezuela, eu penso que isto é uma calamidade que nos une a todos, eu vou ler, pela importância do facto e pela tristeza e a dimensão, do facto, eu vou ler o voto de pesar.

“Dois violentos sismos atingiram a República Bolivariana da Venezuela, no dia 24 de junho de 2026, os sismos provocaram destruição, vítimas mortais, feridos, desalojados e elevados danos materiais num balanço ainda provisório.

Perante este trágico acontecimento a Assembleia Municipal, expressa a sua solidariedade à República Bolivariana da Venezuela, ao povo venezuelano e à comunidade portuguesa e lusodescendente residente na Venezuela, endereçando as suas mais sentidas condolências às famílias das vítimas.

Valorizando a pronta iniciativa de ajuda às populações afetadas por esta calamidade e manifesta-se o desejo de que os efeitos provocados pelos sismos sejam rapidamente superados.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2026 delibera, manifestar profundo pesar pelas vítimas dos sismos na Venezuela, endereçar sentidas condolências às famílias das vítimas, endereçar solidariedade à República Bolivariana da Venezuela, ao povo venezuelano e à comunidade portuguesa e luso-descendente da Venezuela, valorizar a pronta ajuda às populações afetadas, guardar um minuto de silêncio em memória das vítimas e remeter o presente voto, à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela, em Portugal.”

Não havendo mais intervenções, foram os dois votos de pesar aprovados por unanimidade e em minuta.

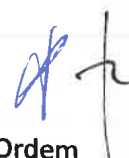
Fez-se um minuto de silêncio em honra dos falecidos.

José Canavarro (SET-V 25) - Como é evidente, é completamente inaudito e de mau gosto acrescentar o que quer que seja a um voto de pesar, mas nós gostaríamos, não é um acrescento ao voto de pesar, é sublinhar o facto, de um número elevado de portugueses, técnicos de emergência médica, médicos, enfermeiros, técnicos de proteção civil, GNR, que se estão a deslocar para a República Bolivariana da Venezuela, para prestar assistência às pessoas neste trágico acontecimento, e, portanto, é uma saudação a essas pessoas, e que tudo lhes corra bem e que possam fazer o melhor possível, pelas populações afetadas.

Presidente da Mesa - Eu penso que, no próprio voto de pesar, está lá, naquele ponto “valorizar a pronta ajuda às populações afetadas”, é a nossa ajuda...

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa - Vamos entrar no Período da Ordem do Dia, antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia, eu vou pôr à votação a inclusão de uma proposta, que foi discutida na Comissão Permanente, uma proposta que foi votada na última reunião de câmara e, portanto, não tinha o prazo suficiente para poder ir no Edital e na nossa Convocatória, que é a “*2ª alteração modificativa ao orçamento da despesa de 2026 dos Serviços Municipalizados de Setúbal*”.



O que vamos votar é apenas a inclusão, depois a votação da proposta será feita no último ponto da Ordem do Dia, e cada um terá a sua intervenção. Aprovada a inclusão por unanimidade, foi incluída na ordem do dia esta proposta.

1. Apreciação da Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de março, abril e maio de 2026 (conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Caldeirinha (SET-V 25) – O nosso Movimento, reconhece e valoriza o trabalho deste Executivo, expresso neste documento.

Setúbal, tem hoje uma Câmara Municipal, próxima, ativa e focada em resolver os problemas das pessoas, sabemos que há desafios herdados do passado, mas a prioridade é o futuro. Importa agora garantir a estabilidade necessária para continuar a modernizar o concelho e executar os projetos que Setúbal precisa e, portanto, só importa também manifestar o apoio ao Executivo para construir o futuro de Setúbal.

Ilídio Ferreira (DNI) – Em primeiro lugar, gostaria de referir que a estrutura do relatório que temos aqui, em minha opinião, aproxima-se muito daquilo que me parece ajustado para uma Assembleia Municipal, diz o essencial de uma forma concisa e permite, de facto, ter conhecimento daquilo que foi a atividade do Município, no trimestre.

Depois, passando aqui a algumas questões, primeiro a execução orçamental, de registar a boa cobrança de receita fiscal e de taxas neste período, mais 12% que o ano passado na receita fiscal e 57% nas taxas, nas despesas, acho que é preocupante o grande aumento na aquisição de bens e serviços, é uma questão que eu já me referi aqui, e são mais 30% do que no ano passado, e receio bem que a tendência seja para aumentar, e daí criar dificuldades financeiras à Câmara.

A dívida a fornecedores continua a um nível muito alto, a dívida pronta a pagar é de 22 milhões de euros, da qual 19,1 milhões acima dos 60 dias, deixo à consideração da Câmara Municipal, sobre a eventual possibilidade de se reduzir muito esta dívida, nomeadamente através de um empréstimo bancário de médio a longo prazo, se ainda tivermos margem para isso, porque, de facto, podemos estar, a Câmara pode estar, a dificultar a vida de algumas pequenas e médias empresas que estão com dificuldades em receber.

Relativamente ao urbanismo, pergunto, para quando está prevista, se é que está, as alterações ao PDM, as pequenas alterações ao PDM.

E, finalmente, na reunião de 17, sobre mobilidade, na reunião de 17 de abril, referi que havia enviado em 25 de março, uma proposta para a melhoria de circulação de trânsito na entrada de Setúbal, de quem vem de Azeitão, e que iria enviar mais duas propostas relativas à Avenida da Europa e à Praça do Brasil, também sobre fluidez de trânsito, o que fiz no dia 18 de maio, para essas duas zonas.

Posteriormente, porque não tinha resposta da Câmara, no dia 2 de junho, enviei o assunto, para o senhor Presidente da AM, que nesse mesmo dia, enviou para a senhora Presidente da Câmara, até hoje não tive resposta, disse-me à pouco o adjunto da senhora Presidente, ou chefe de gabinete, que teria já havido a resposta dos técnicos, não tive resposta nenhuma, quando eu manifestei disponibilidade para poder trocar impressões, e total à disposição dos técnicos para trocarmos impressões sobre as propostas que fiz.

Eu próprio referi que uma delas foi-me sugerida por uma pessoa que foi responsável da PSP de Trânsito de Setúbal.

Deixo um único recado que é, parece-me incompreensível e inaceitável que propostas de trabalho que devem ser em minha opinião, avaliadas, passam-se dois, três meses, e os serviços técnicos da Câmara não digam nada.

Fátima Pereira (LIVRE) – Em relação a este relatório, eu quero falar sobre o CROAC, que é algo que acompanho desde o primeiro relatório e noto que os dados que lá estão são inconsistentes, e fico com bastantes dúvidas, em relação ao que se passa, e que tem a ver com o bem-estar animal, obviamente.

Primeiro, que meios têm hoje o CROAC?

Qual a sua capacidade de alojamento, qual a taxa de ocupação atual, com que recursos humanos e veterinários conta, e qual é a taxa de eutanásia praticada, um dado que o relatório não apresenta.

Segundo, está o Município a pensar reforçar um programa estruturado de esterilização de colónias?

A esterilização, designadamente através do modelo, capturar, esterilizar, devolver, é um instrumento legalmente previsto e cientificamente reconhecido, para o controlo das populações de animais errantes.

Sessenta esterilizações por trimestre, parece-nos manifestamente insuficiente!

Existe uma meta? Existe uma dotação orçamental específica?

Terceiro, existe um mapa atualizado das colónias de gatos e dos cuidadores reconhecidos pelo CROAC no concelho de Setúbal?

Quais são os apoios que a Câmara, que o Município dá esses cuidadores? Quantas colónias estão identificadas?

Em que freguesias? E quantos gatos integram essas colónias?

Existe um registo formal desses cuidadores, que asseguram a alimentação e acompanhamento destes animais?

Por fim, pergunto ainda, qual é a percentagem de animais em Colónia já esterilizados?

É uma altura em que, os gatos normalmente têm a propensão para procriar, portanto, nas próximas semanas com o calor vamos começar a ver muitas ninhadas na rua, e não deveria estar a acontecer, não deveria já ser algo comum em Setúbal, porque o bem-estar animal é hoje um indicador de qualidade das nossas políticas públicas, e da nossa relação com o território e deveria ser uma preocupação e uma prioridade.

Elisabete Cavaleiro (PS) – Se no último relatório fui crítica em relação à apresentação do mesmo, neste tenho que dizer que efetivamente houve um esforço na apresentação deste novo relatório, e que efetivamente os serviços estão de parabéns, que houve uma melhoria significativamente no cuidado e na forma como a atividade municipal foi aqui apresentada.

Mas, porque há sempre um mas, gostaria de continuar a ver explanado neste relatório, nomeadamente, no Departamento de Cultura, Desporto e Direitos Sociais, os números que no último pedi, e que continuam aqui por identificar, portanto, a Divisão de Direitos Sociais, continua sem nos dizer, sem quantificar os atendimentos que faz e não apresenta dados em relação à sua atividade em termos numéricos.

Portanto, logo abaixo, temos o Departamento de Cultura, que apresenta, e acaba por esmiuçar de forma fina até, os seus dados, e em todo o relatório há todo um cuidado em comprovar em termos quer de estatística, quer nominais, a quantidade de atendimentos, de encaminhamentos, de processos, aqui parece que há um vazio e era importante também sabermos quem são as famílias, que número de atendimentos é que fazemos a essas famílias, e acho que estes dados continuam por esclarecer.

Em relação ao CROAC, também tenho aqui algumas dúvidas que foram levantadas no último relatório e que continuam por esclarecer, em relação à questão colocada, na Praceta do Finuras, que a população continua a pedir-me soluções. Eu própria, enviei um e-mail nessa altura, portanto, há três meses, ao qual não obtive resposta, a ninhada de gatos, as gatas que acabaram por parir, portanto, andam gatos, pequenos animais errantes pela rua, e o CROAC não responde ao email, o que acho que deve ter algum cuidado da parte, quer dos dirigentes ou dos técnicos que têm responsabilidade nessa área, até porque há uma necessidade de cumprir o CPA, para além da questão, como disse a colega do LIVRE, da questão do bem-estar animal e da salubridade e até mesmo da saúde pública.

Raquel Assembleia (PS) – Gostaria de colocar duas questões a propósito deste relatório e da atividade da Câmara nestes últimos meses.

A primeira questão prende-se com o arrastar das diversas obras no concelho e os graves impactos que estas causam no dia a dia da população, dou como exemplo, as obras na Avenida de Moçambique e na Avenida 5 de Outubro, basta ouvir os moradores e comerciantes das zonas afetadas e são constantes as queixas relativamente ao pó, ruído prolongado, às dificuldades relativas à circulação pedonal, supressão de lugares de estacionamento e aos obstáculos criados a pessoas com mobilidade reduzida.

São várias as publicações nas redes sociais que reportam quedas, algumas das quais com consequências graves, o comércio local e serviços enfrentam diariamente dificuldades no acesso de clientes e fornecedores, o que afeta o seu negócio, por isso urge perguntar:

Os prazos das empreitadas estão a ser cumpridos?

Quantas obras municipais apresentam atualmente derrapagens temporais relativamente ao calendário inicialmente previsto?

Existe um plano de monitorização das reclamações dos moradores, acidentes ou quedas ocorridas nas zonas de intervenção?

A segunda questão que tenho a colocar prende-se com o estado das passadeiras em Setúbal, a preocupação com a falta de pintura e a degradação das inúmeras passadeiras em Setúbal, que é visível, quem percorre diariamente a cidade constata que a pintura destes locais está praticamente desaparecida, em muitos locais são praticamente invisíveis, estamos a falar de uma infraestrutura básica de Segurança Rodoviária, as passadeiras são pontes de proteção dos peões e também dos condutores, no fundo, esta situação é particularmente preocupante junto de escolas, centros de saúde e equipamentos desportivos, basta ir ao Bonfim e na zona circundante, quase todas as passadeiras não se veem, tem ali escolas, é uma situação realmente muito preocupante, por isso importa questionar:

Qual é o plano de manutenção desta sinalização no concelho?

Quantas passadeiras se encontram atualmente identificadas como necessitando de repintura urgente?

Qual o calendário previsto para a esta intervenção, e se existem prioridades definidas para zonas escolares e áreas de maior risco?

Óscar Santos (PS) – Gostaria nesta minha intervenção de fazer apenas dois reparos, para os quais gostaria de obter uma resposta do executivo.

Primeiro reparo, chegaram ontem à nossa bancada, alguns relatos relativos à falta de zelo e cuidado a que tem estado vetado o Cemitério de Algeruz, com abundante crescimento de ervas e mato em algumas zonas do mesmo, e inclusivamente, junto a algumas campas.

Por outro lado, no Cemitério antigo continua a saga do elevador fora de serviço, tem estado fora de serviço há mais de um ano, impedindo que alguns munícipes, com mobilidade reduzida, de visitar as campas dos seus entes queridos, gostaríamos de ouvir uma palavra por parte do executivo, relativamente a estas duas situações que nos foram reportadas pelos munícipes.

O segundo reparo, prende-se com o estado lastimável em que se encontra a Estrada da Graça, particularmente no troço entre a Avenida Dom Manuel I e a passagem de nível da Cachofarra, é uma estrada com bastante tráfego que serve não só os moradores de Vila Maria e da Cachofarra, mas também muitos trabalhadores do Porto de Setúbal, das várias indústrias da zona da Mitrena e etc., e que tem estado ao abandono há vários anos, tem imensos buracos, remendos em cima de remendos, desníveis, quando chove inunda e fica intransitável, e há vários casos de pessoas que já rebentaram pneus e jantes nos vários buracos que se abrem no asfalto desta via.

Portanto, pergunto para quando uma intervenção de fundo nesta via, tão importante para os munícipes?

E só um pequeno alerta, na mesma zona, mas na Avenida Baía de Setúbal, mais propriamente entre os Ferries e a ligação com a Nacional 10-8, também já começa a haver sinais de desgaste, sendo que esta via tem ainda mais tráfego que a Estrada da Graça.

Portanto, existe algum plano de intervenção para estas vias?

Manuel Fernandes (PS) – A minha intervenção é muito rápida, prende-se com o seguinte, sei que está no relatório mencionado o facto do combate às pragas ter sido uma constante, vem um parágrafo relativo a essa matéria, mas simplesmente, há alguma coisa que terá que ser feita em maior quantidade, ou com maior dimensão, porque as pragas de baratas têm efetivamente causado o pandemónio em muitos locais do concelho, nomeadamente na nossa cidade.

Na periferia já eram conhecidas, porque são zonas junto à mata, e há uma incidência maior nessa zona, porque a mata traz esse tipo de animal, agora o problema é que, quando chega o Verão, obviamente, ele alastra-se por vários sítios do concelho, mas há sítios como, por exemplo, e vou-lhe dar um indicação, muitas pessoas me têm relatado, mesmo ao longo do ano, na zona da Sociedade Praceta Arqueológica Lusitana, que é ali junto da Escola da Camarinha, essa zona, esse aglomerado de edifícios, já me dizem que têm baratas ao longo de todo o ano, e quando chega esta altura do ano, há pessoas que já me vieram dizer, “se eu soubesse que aquilo estava assim nem sequer tinha comprado o apartamento”. Portanto, urge uma intervenção neste sentido, não sei se a Câmara tem a real noção da dimensão do problema, ou o que é que poderá fazer para tentar mitigar, ou resolver o problema.

Vice-Presidente da Câmara – Sobre a questão do senhor deputado Ilídio Ferreira, relativamente à alteração do PDM, estamos a preparar tudo, recebemos imensas sugestões, cento e tal sugestões, tem levado algum tempo a responder. Vai à reunião de dia 8 da Câmara, e depois à de dia 17, aqui na Assembleia.

Relativamente àquelas questões que sugeriu, eu sei que o Eng.º Madeira, tem estado a ver e eu até lhe falei para falar consigo, portanto, se ele ainda não o fez, de facto, tem andado com imenso trabalho até por causa destas questões da mobilidade que se falou agora da Arrábida, dos planos, tem andado com imensas coisas para fazer, mas eu vou lembrar, da sugestão que fez, porque claro que estamos sempre disponíveis para ouvir as opiniões, mais a mais opiniões de pessoas que sabem.

Obras no concelho, a Avenida de Moçambique, a obra está atrasada, já várias vezes notificámos o empreiteiro, quer por escrito, quer presencialmente em reuniões, sabemos que está atrasada, andamos em cima do acontecimento porque causa muitos constrangimentos, acho que foi há duas semanas que o Vereador Bruno Russo, foi lá, porque estavam pessoas a criar obstáculos, estava lá uma esplanada a criar obstáculos, aquilo já está problemático, e depois ainda estava com umas mesas e umas cadeiras onde não deviam estar, e temos andado em cima do acontecimento, infelizmente, o atraso nas obras é uma situação recorrente.

Relativamente à da 5 de Outubro, ela começou agora, portanto, não me parece que esteja atrasada, mas também não consigo dizer qual é o prazo, mas posso ver, como o Vereador não pode estar cá, porque teve que ir a outro evento, eu depois posso ver aqui, em relação à 5 de Outubro.

Relativamente às passadeiras, nós temos consciência disso, já começaram a ser pintadas, não conseguimos pintá-las todas ao mesmo tempo, mas vou tentar perceber qual a previsão para a totalidade...

Intervenção inaudível...

Vice-Presidente da Câmara – O senhor Vereador Paulo Maia está a dizer que a previsão é o mês de julho.

Relativamente à Estrada da Graça, que está uma “desgraça”, nós já estamos a tratar do assunto, em princípio, não vai ser aquela alteração profunda que ela está a precisar, porque vai haver ali umas intervenções urbanísticas de edifícios de rendas acessíveis do IHRU, e também da Câmara, e também de privados, e, portanto, no âmbito dessas intervenções, terão de fazer-se outra vez buracos para meter as infraestruturas, e então o que estamos a fazer agora é mitigar o problema que está ali criado, e eu presumo, também não lhe sei dizer o prazo correto, mas julho, agosto, durante o Verão nós vamos fazer aquilo, que já está a avançar.

A questão do Cemitério e a questão das pragas, vou passar ao Vereador, Paulo Maia.

Vereador Paulo Maia – Dar aqui duas notas, registar com bom agrado o reparo feito ao esforço de trazer um relatório consentâneo com aquilo que é preconizado pela Assembleia, registamos com agrado, este vosso olhar também pelo esforço dos nossos trabalhadores em terem esta questão que nos tinha sido solicitada e trazê-la cá e a intenção é sempre poder melhorar mais.

Relativamente à senhora-deputada, Fátima Pereira e sobre o CROAC, o relatório é um relatório de atividades, por aquilo que eu percebi, também queria um relatório da própria estrutura do CROAC, que não cabe aqui, é feito em outra ocasião.



No relatório de atividades eu vi na página 36, referimos aqui a quantidade de animais esterilizados, referimos a quantidade de animais capturados, as entregas de cadáveres que foram lá feitas, tem o relatório das atividades do CROAC, portanto, relativamente à outra parte, penso eu, vai ter que ser fora do relatório de atividades, mas na parte estrutural.

Depois, relativamente à senhora deputada, Elisabete Cavaleiro, efetivamente, nota-se que falta esses registos relativamente à área social, no próximo relatório iremos fazer um maior esforço para que venham estruturados e que venham descritos, para que sejam também aqui vistos e visíveis, nomeadamente ao nível dos atendimentos, da qualidade dos mesmos, como é que foi feito, o que foi feito, porque é que foi feito, que origem é que tiveram e que fim é que tiveram, percebemos perfeitamente e fica a recomendação.

Relativamente também ao CROAC, dou aqui nota que existem já aqui alguns dos dados, pode haver uma comunidade, ou outra, que não esteja vista ou que esteja em tratamento e que possa vir no relatório do próximo trimestre.

Relativamente ao elevador do Cemitério, quero aqui dar nota ao senhor deputado Óscar Santos, que ou a nota que lhe chegou, chegou-lhe tardiamente, ou então, há duas semanas, duas semanas que o elevador do Cemitério está a funcionar em pleno, houve várias tentativas de o pôr a funcionar, ele esteve parado, não foi um ano, esteve parado mais de dois anos.

E o que aconteceu foi que, o facto de o elevador estar parado também não ajuda os componentes, havia componente avariados, havia componentes que não estavam, quando foram colocados componentes novos foi novamente avariado, há duas semanas que está a funcionar e, portanto, relativamente ao elevador, era efetivamente um problema para o acesso ao topo do cemitério, também dar nota de que, também relativamente à limpeza, ainda hoje mesmo falámos com o responsável dos cemitérios, e também já não está consentâneo com a informação que lhe transmitiram.

Relativamente à questão da praga das baratas, naturalmente, que nós estamos atentos, nem sempre é possível porque a praga é isso mesmo, pode-se combater num lado, mas registamos o reparo, fica registado, vamos olhar para o espaço e para aquilo que pode ser feito de maneira a mitigar muito essa questão.

Senhor deputado Ilídio Ferreira, tinha falado na questão dos fornecedores e da questão de um potencial empréstimo, eu volto a recordar que a Câmara Municipal de Setúbal, tem uma notação de risco no Banco de Portugal, que advém do processo AMARSUL, portanto, essa questão ainda não está resolvida, o processo AMARSUL, tem uma parte resolvida de 1 de julho para a frente, com a cedência de posição aos Serviços Municipalizados, têm o cumprimento pela Câmara Municipal de junho de 2025 a dezembro de 2025, e o que está a anterior a dezembro de 2025, como a senhora Vice-Presidente já aqui teve oportunidade de esclarecer, é a dívida, nada tem a ver com a tarifa, foi cedida a um Banco, daí vem um aponte negativo, um registo negativo no Banco de Portugal, o que dificulta como se bem sabe, o acesso a qualquer tipo de empréstimo bancário.

Contudo, quero registar que, em termos de valor é elevado, mas em termos de prazo de pagamentos já houve uma notação na redução desse prazo de pagamento, como bem sabe, terminámos o ano com 174 dias e o nosso objetivo para o ano 2026 é ter pelo menos um dia do que no ano anterior, ou seja, 130 dias, é o nosso objetivo para o final de 2026, penso que respondemos a tudo.

2. Deliberação n.º 24/2026/AM – Proposta 01/2026/MAM – Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal – Mandato 2025-2029

Presidente da Mesa – Não havendo mais intervenções, então vamos continuar para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, e que é a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

Como eu disse no início da sessão, o Regimento teve que ser alterado especialmente ao nível da tabela de tempos, para englobar a nova condição de um deputado, que passou a deputado não inscrito e, por isso, teve-se de fazer aqui algum “arranjo”.

Tentámos ao máximo, e esticamos o limite do limite, para que mantivéssemos o mesmo conceito em termos de tempo, ou seja, que os deputados eleitos pelos partidos que só têm um deputado, tivessem um tempo mínimo de intervenção. Temos noção que se algo mais surgir para a frente, vai ser impossível manter este conceito, e temos que fazer uma reviravolta grande na tabela de tempos, mas mesmo assim, eu penso que o resultado final encontrado ainda mantém esta discriminação positiva, que está no limite, e eu vou dar um exemplo, um deputado eleito tem no Período de Antes da Ordem do Dia, um deputado eleito sozinho por um Partido tem 4 minutos, o Setúbal de Volta tem 10 deputados tem 10 vezes mais o maior número de deputados, mas tem 12 minutos, portanto, a desproporção é tremenda. E nós também não podemos arranjar aqui um sistema que depois a proporcionalidade aqui dentro, depois não se reveja também nos tempos, portanto, tem que haver aqui equilíbrios que não são fáceis.

A proposta é apresentada pela Mesa, deixo à consideração dos senhores deputados.

Ilídio Ferreira (DNI) – Como eu disse na Comissão Permanente, nas reuniões que existiram, eu aceito qualquer tempo que a Assembleia Municipal me atribua até ao limite do tempo que cabe aos deputados municipais a dividir pelo número de deputados municipais, ou seja, o tempo a dividir por 38, o que dá um 1 minuto e 41 segundos, para o PAOD, Período de Antes da Ordem do Dia, e 1 minuto e 8 segundos, para o Período da Ordem do Dia.

O que eu disse que não aceito, e não aceitarei, é ter menos tempo que um deputado único eleito por um Partido, que foi uma proposta feita por uma força política e apoiada por outras forças políticas, em que os deputados eleitos por um único Partido e que são o único deputado, continuavam com 4 minutos no PAOD e 3 minutos no Período da Ordem do Dia, e eu, como independente, ficava com 2 minutos ou à volta disso.

É discutível, que um deputado único de um Partido possa constituir, para além disso, é discutível que um deputado único de um Partido possa constituir um Grupo Municipal, face ao texto do art.º 46 b) da Lei 5A/2002, há um parecer da CCDD Centro de 2018, que diz: “...que o único membro não pode constituir um Grupo Municipal”, e a própria letra da Lei fala no plural.

Por outro lado, não me parece feliz, a designação do deputado, embora não dou relevância a isso, é meramente um aspeto de pormenor, do deputado que saiu de um Grupo Municipal como não escrito, acho que deveria ser independente o termo utilizado e, aliás, esse é o termo que é utilizado no n.º 4 da Lei que já referi, que diz e passo a citar: “...os membros que não integrem qualquer Grupo Municipal comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o mandato como independentes”, de qualquer forma para mim seja deputado independente ou DNI, é exatamente a mesma coisa.

Nos 57 minutos que me faltam, não gostaria senhor Presidente de dizer o seguinte, as forças políticas que queriam quase calar-me, foram aquelas que, no Período de Antes da Ordem do Dia, de hoje, ultrapassaram largamente o tempo que o senhor lhe deu, o senhor conhece-me há vinte e tal anos, sabe que eu sou rigoroso relativamente aos prazos, cumprimento de prazos e cumprimento de horários e não tenha dúvida que eu vou chateá-lo o tempo todo por causa disto, vai-me aturar o final do mandato, porque, por exemplo, a CDU queria calar-me, teria no Período de Antes da Ordem do Dia, mais 6 minutos para os Presidentes de Junta, porque aos Presidentes de Junta foi-lhes dado tempo não foi para o Partido, foi para os Presidentes de Junta, foi isso que eu entendi na Comissão Permanente, e a CDU utilizou 12,01 minutos, mais do dobro, e o mesmo se passou com as outras forças políticas, curiosamente, que achavam que eu deveria ter menos tempo.

Presidente da Mesa – Há mais intervenções? Não havendo, eu queria apenas dizer o seguinte, efetivamente houve várias propostas em cima da Mesa, para se discutir, umas dividindo o número de deputados pelos 60 minutos, descontando o tempo para o Executivo, que daria no limite, penso que nem 1 minuto daria, ou daria 1 minuto só para um deputado, e como também transmiti no início, o objetivo foi manter o conceito, que é dar para cada 1.º eleito um tempo mínimo para se poder ter uma intervenção séria que dignifique também a Assembleia, e daí os deputados eleitos únicos terem 3 ou 4 minutos, porque um minuto não dá para dizer nada, nem dá para ter intervenção, é só vir aqui levantar o braço e baixar o braço e, portanto, nós queremos valorizar o trabalho dos deputados.

Agora, também existem diferenças, como é óbvio, foi dito que um deputado que é eleito por um Partido e que sai, tem os mesmos direitos e deveres sem dúvida alguma, mas à imagem daquilo que sucede na Assembleia da República e a denominação “Deputado Não Inscrito”, veio daí do Regimento da Assembleia da República, não é uma invenção, porque independente, pode haver pessoas numa bancada do Partido Socialista que são independentes, não serem militantes, neste caso, até há um Movimento de Independentes, que tem militantes e independentes e, portanto, pode gerar uma certa confusão e, portanto, adotámos a terminologia da Assembleia da República, que deve ser o Regimento mais revisto e levado até à exaustão pelos vários Partidos de haver ali consensos.

Em relação ao tempo, houve esta ideia de não discriminar tão fortemente, nem penalizar o deputado que sai de uma bancada, para ter apenas 1 minuto, também não satisfaz alguns Partidos, é um facto, que queriam menos, penso que no geral a proposta é equilibrada e é capaz de gerar consensos de ser aqui aprovada, penso que é isto.

Simão Calixto (CDU) - Apesar de eu não ter participado nas reuniões da Comissão Permanente, que levaram aqui a esta proposta do Regimento, ainda assim, merecia uma resposta por parte da CDU.

De facto, nós não tentamos calar ninguém, apenas entendemos que esta alteração desequilibra bastante os tempos das bancadas, aliás, como se viu à bocado, até pela reação do Luís Maurício, quando se apercebeu que a CDU tinha mais tempo que o CHEGA.

De facto, nós entendemos que isto desequilibrava, era uma questão que estava consensualizada já a alguns mandatos na distribuição dos tempos, certo que é uma situação nova, não pretendemos que nenhum deputado fique sem tempo para falar, mas a verdade é que somos eleitos num Grupo, somos eleitos num Partido e, portanto, temos que partilhar o tempo com esses, e não nos parece correto que um deputado que deixe de estar eleito por um Partido, por opção, tenha tempos iguais, nesse contexto, às outras forças políticas, não tirando legitimidade a nenhum eleito naturalmente, e foi por isso que nos manifestámos contra esta distribuição dos tempos e, aliás, nos levará a votar contra esta proposta de alteração, mas apenas por esta questão de desequilibrar a distribuição dos tempos no geral pelos Grupos.

Ilídio Ferreira (DNI) - Não me contem tempo, porque é uma interpelação!

Presidente da Mesa - Não se preocupe com isso, vamos ter o mandato todo, já percebi!

Ilídio Ferreira (DNI) - Penso que era importante, para não andarmos o resto do mandato aqui, ou então eu interpretei mal na Comissão Permanente, que o senhor Presidente dissesse que aquele tempo que foi acrescentado, é para os Presidentes de Junta, porque senão, então aqui passa-se o seguinte a CDU que têm menos representação, passa a ter mais tempo que o CHEGA, por exemplo!

O que foi discutido na Comissão permanente foi que o tempo que foi acrescentado, era para os Presidentes, três do PS e dois da CDU, terem tempo para falar, agora o que não pode acontecer no resto do mandato é, os Presidentes de Junta não falam e o Partido aproveita “a coisa”, estão a inverter toda a lógica que estava subjacente.

Presidente da Mesa – Senhor deputado, os Presidentes de Junta têm inerência na Assembleia e foram eleitos por forças políticas, objetivamente o tempo que compete aos Presidentes de Junta, são somados ao tempo dos Partidos por onde eles foram eleitos, isto é normal, porque senão tínhamos que ter ali 2 minutos, para um Presidente de Junta, e depois cortava a palavra, mas ele foi eleito por um Partido, pode ir buscar tempo de um lado e vice-versa, e pode até o Presidente de Junta, ceder o tempo para o Partido, tal como já aconteceu aqui no passado, em que um Partido até deu tempo a outro, até deu tempo ao Executivo, etc., portanto, são coisas perfeitamente normais, e na minha opinião, o senhor deputado não tem maneira de vir aqui dizer que um Presidente de Junta não pode fazer ceder o seu tempo a um Partido, claro que pode, claro que pode! Era o que mais faltava!

Ilídio Ferreira (DNI) – Admite uma interpelação?

Presidente da Mesa- Claro que sim!

José Canavarro (SET-V 25) – Senhor Presidente nós cedemos 1 minuto ou 2, ao senhor deputado Ilídio.

Presidente da Mesa – Está a ver, está a acabar de dar o exemplo daquilo que eu estou a falar!

Ilídio Ferreira (DNI) – Não, é uma interpelação...

Presidente da Mesa - Sim, sim!

Ilídio Ferreira (DNI) - Eu já disse ao senhor deputado, já lhe agradeci, já lhe disse que dispenso, eu procurarei no meu mandato manter-me dentro daquilo que for aprovado na Assembleia, mas agradeço-lhe e já lhe disse.

Agora o que eu queria dizer é o seguinte, perante esta intervenção, agora do senhor Presidente, o que é que nós temos, temos que a CDU tem quatro eleitos, mais os dois Presidentes, seis..., vai ter no PAOD e no tempo de intervenção do Público, vai ter mais tempo do que o Setúbal de Volta, que tem mais, e do CHEGA que tem mais, é só isto!

Presidente da Mesa – Exatamente e foi isso que ...

Ilídio Ferreira (DNI) – Mas está mal...

Presidente da Mesa – Mas por isso vamos depois expressar quem discorda na votação, senhor deputado.

Ilídio Ferreira (DNI) – Aquilo que eu entendi na Comissão Permanente, foi que o tempo, era um tempo para eventualmente ser utilizado pelos Presidente de Junta e só por eles, porque senão distorce toda a realidade da lógica.

Presidente da Mesa - Então é assim, não é tempo eventualmente, foi decidido na Comissão consensualizar esta proposta, senão não vinha aqui, como é óbvio, foi votado na Comissão e ganhou maioria, que os tempos seriam para os Presidentes de Junta, Presidentes de junta que pertencem a um Partido, como é óbvio se os Presidentes de Junta não gastarem o tempo, podem ceder a quem quiser, seja do mesmo Partido ou de outro e, portanto, isto é o conceito, aquilo que acabou aqui o senhor deputado José Manuel Canavarro, de fazer, é o exemplo disso, um Partido até pode ceder tempo a outro, para poder falar e poder ter tempo de intervenção.

Há partidos que têm mais tempo e têm menos deputados, porque ganharam Presidências de Junta e nós decidimos valorizar os Presidentes de Junta, dando-lhes um tempo adicional aqui, e quando é que foi feita a intervenção com esse tempo adicional, não foi para a discussão das propostas, foi para discussão no Período do Público, porque, como aqui já hoje presenciámos, há pessoas que vêm aqui para falar até de casos concretos das Juntas, do território onde elas habitam, e no Período de Antes da Ordem do Dia, porque também é onde existe a maior interpelação ao Executivo, sobre temas mais genéricos, e que os Presidentes de Junta, e as Juntas podem fazê-lo, portanto, este foi o critério, o critério foi aceite, se entretanto houver alterações, olhe, vai-se refletir agora aqui na votação.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, dois Deputados Municipais, um da CDU e um do LIVRE.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 11 do PS, 7 do CH e 1 da IL, 6 votos contra, 5 da CDU e 1 do DNI, e 10 abstenções do SET-V 25, conforme documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Handwritten signature and initials.

Ilídio Ferreira (DNI) – Este é o email que eu fiz seguir para o Presidente da Assembleia Municipal, e que foi distribuído aos membros da Comissão Permanente, para discutir esta matéria. Fez a seguinte declaração de voto:

“O Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal para o mandato 2025/2029 prevê, no que diz respeito aos tempos de intervenção, que os deputados da IL e Livre tenham um tempo de intervenção significativamente superior ao tempo que decorreria de uma relação direta entre o tempo de cada período e o número de deputados.

A decisão da Assembleia Municipal, teve por base, princípios de valorização da participação política, atribuindo aos deputados únicos, tempo razoável para as suas intervenções.

Facto superveniente, a passagem de um deputado eleito pelo PS a deputado independente veio obrigar a Assembleia Municipal a reavaliar as grelhas da atribuição de tempos de intervenção.

Qualquer proposta deve obedecer aos princípios constitucionais, legais e democráticos.

Um deputado que sai de um partido e passa a independente continua a deter todos os direitos que tinha anteriormente, não podendo ser privado, ou prejudicado, no exercício desses direitos por esse facto.

Nos termos da Lei Eleitoral, o direito a ser eleito recai sobre os cidadãos e quem é eleito é o cidadão e não o partido político de cuja lista fez parte. Ao ser eleito o cidadão adquire o direito ao exercício do respetivo mandato.

O artigo 51.º da CRP consagra que ninguém pode ser privado do exercício de qualquer direito por estar ou deixar de estar inscrito em algum partido legalmente constituído.

A proposta da CDU não respeita o princípio constitucional da igualdade que consagra tratar do mesmo modo quem está em igualdade de circunstâncias e não respeita os artigos 46.º e 51.º da CRP.

Se existem Assembleias Municipais que penalizaram deputados municipais que passaram a independentes, atribuindo-lhes tempo de intervenção inferiores ao atribuído a deputados únicos de partidos, isso é inaceitável do ponto de vista político e penso que ilegal e mesmo inconstitucional.

Cinquenta anos após a institucionalização do poder democrático local, o exercício de qualquer tipo de pressão, intimidação ou penalização sobre membros democraticamente eleitos é um mau serviço à democracia e ao poder local.

Espero que a Assembleia Municipal de Setúbal cumpra a Constituição da República Portuguesa e a Legislação em vigor e decida no sentido de que qualquer deputado independente, seja ele qual for, e de que partido se tenha desfilado, tenha direitos iguais aos deputados únicos eleitos por um Partido.

E lembro que, no Regimento que agora foi aprovado, no PAOD, o deputado independente ou não escrito, continua a ter tempo inferior aos deputados únicos eleitos pelo LIVRE e pela Iniciativa Liberal.”

3. Deliberação nº 25/2026/AM – Proposta 02/2026/MAM - Relatório das Comissões de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência e de Ambiente, Higiene Urbana, Proteção Civil e Bem Estar Animal referente à Petição Pública “Pela Revisão Urgente dos Aumentos Abusivos e Pela Redução das Tarifas de Saneamento e Resíduos em Setúbal”

Presidente da Mesa – Antes de passar a palavra à Coordenadora da Comissão de Ambiente que, basicamente, também uniu e juntou a Comissão de Finanças, e acabou por fazer um pouco, com um “agreement”, do Coordenador da Comissão de Finanças, a coordenação de todo o processo, eu queria aqui dizer que, a Petição deu entrada no dia 14 de maio de 2026, foi subscrita por 917 cidadãos, o representante do Movimento que apresentou a Petição, é o senhor Igor Pereira, que já esteve aqui hoje, depois dos serviços terem visto e analisado, digamos, o enquadramento da Petição, e ver se estava em condições de passar ao passo seguinte, houve uma deliberação da Comissão Permanente, para entregar à Comissão de Finanças e à Comissão de Ambiente, esta Petição para fazer um Relatório, a ser apresentado segundo o Regimento, na primeira Assembleia Municipal, que foi hoje, portanto, houve um período de instrução deste processo de 25 de maio a 23 de junho são 22 dias úteis, portanto, isto foi um trabalho “hercúleo”.



Eu queria aqui saudar todos os deputados municipais envolvidos, que tiveram cerca de oito reuniões realizadas, onde participaram quase duas dezenas de deputados, houve seis audições solicitadas e cinco realizadas, houve catorze pedidos de esclarecimento enviados e recebemos cinco respostas, houve nove entidades que não responderam dentro do prazo de instrução, mas que algumas responderam mais tarde.

Houve diligências externas, houve audições realizadas com o representante dos Peticionários, com a SIMARSUL no dia 8 de junho, dia 19 de junho a Amarsul, no dia 22 de Junho, a Comissão esteve a reunir com os Serviços Municipalizados e a Câmara Municipal, houve uma audiência que ficou sem resposta que foi a ERSAR, houve vários pedidos de informação técnica e de esclarecimento, houve várias entidades que responderam, aqui a ERSAR, a Entidade Reguladora, respondeu por escrito, a Deco, a AHRESP, o YMCA de Setúbal, a APPACDM, a Cáritas, a LATI, a Associação Batista Shalom, houve várias Associações que foram interpeladas para falarem sobre a sua experiência, daquilo que foi a diferença do pagamento das faturas da água.

Houve algumas entidades que não responderam, ou responderam fora do prazo, ou seja, houve aqui uma convicção muito grande de fazer um trabalho sério, honesto, um trabalho que envolve, enfim, muitas entidades, muitas pessoas, um trabalho que não se pactuava pelos interesses partidários, mas pelo interesse da população, e tendo em conta o tempo, como eu disse 22 dias úteis, 30 dias seguidos, para fazer todo este trabalho, era quase humanamente impossível conciliar o relatório final com conclusões, que depois também tem que ser discutidas dentro da própria comissão, e que não vai ser fácil, essa é a parte se calhar que também vai originar maior discussão.

Era quase impossível ter aqui o relatório, mas a Comissão tentou e trabalhou nesse sentido e, portanto, eu quero aqui expressar o maior agradecimento a todos as pessoas envolvidas, vai ser na pessoa da Coordenadora, mas é extensível a todos os deputados, mas realmente não foi possível e no dia 25, a Comissão enviou para a Mesa, um pedido de prorrogação do prazo para a entrega do relatório final, que é isso que eu vou pôr também aqui à votação, para ser entregue na próxima Assembleia Municipal que ocorrer.

A próxima Assembleia Municipal, vai ocorrer previsivelmente uma extraordinária no dia 17 de junho, há uma antes, mas é para discutir o Estado do Município, que não permite ter pontos da Ordem do dia diferenciados e, em princípio, digo em princípio, porque ainda não está fechado, mas com 99%, de certeza, vai ser no dia 17 de julho.

Eu quero reforçar o trabalho sério, e eu acho que nós não devemos ter pressa e apresentar um documento atabalhoado, um documento que vá para os interesses do A, do B, ou do C, mas que discute e leve..., porque, independentemente daquilo que seja o resultado final, todos nós já percebemos que a nível dos resíduos sólidos tem que haver uma alteração profunda naquilo que é o sistema existente, seja em cima, o geral, seja também em baixo, portanto, todos nós já percebemos que continuar este galopar de taxas torna-se inviável, ou as pessoas vão passar a ter contas no futuro próximo, muito, muito elevadas, e vai sair do bolso de todos nós, como é óbvio.

Portanto, eu vou pedir à Coordenadora, o tempo não é do Partido Socialista, porque vai estar aqui a fazer uma intervenção na qualidade de Coordenadora, para expor também um pouco, eu aqui já se calhar, avancei um bocadinho com o trabalho, mas depois abriremos a discussão.

José Manuel Canavarro (SET-V 25) – Não vai colocar à votação a prorrogação?

Presidente da Mesa – No fim faremos a votação, porque eu acho que é bom ouvirmos o que cada um tem para dizer, depois no fim fazemos a votação da prorrogação do prazo.

M.ª João Palma (PS) – Efetivamente algumas das coisas que eu tinha aqui elencadas que gostaria de partilhar convosco, nomeadamente a forma como nós organizamos, e o resultado que obtivemos, sem qualquer tipo de manifestação de sensibilidade política, que não é nessa qualidade que aqui vou fazer esta apresentação. Este relatório preliminar já tem um grande mérito, transforma a preocupação de centenas de cidadãos num debate político que esta Assembleia não pode ignorar.



E a primeira conclusão é evidente, as preocupações expressas pelos peticionários, expressam um exercício, que depois das audições realizadas à Câmara Municipal de Setúbal, aos Serviços Municipalizados, à SIMARSUL, à AMARSUL, a todas as outras instituições que já foram aqui elencadas pelo senhor Presidente da Mesa, este relatório obriga-nos a fazer uma pergunta, como foi possível chegarmos até aqui e que, de forma pragmática tentámos reunir todos os documentos para podermos esclarecer relativamente a esta questão. Como foi possível chegarmos até aqui?

Porque efetivamente importa começar por esclarecer que estamos perante um relatório preliminar, uma vez que as comissões deliberaram solicitar a prorrogação do prazo, para a conclusão dos trabalhos, de forma a permitir a continuação da análise efetuada e a apreciação da proposta de deliberação apresentada.

Posso-vos transmitir para conhecimento de todos, que já chegaram, entretanto, mais três documentos e que, obviamente, faremos como que um segundo capítulo a este relatório, que é preliminar, a partir do dia 23 às 17:30h, que é hora do fecho de expediente dos serviços administrativos de apoio à Assembleia Municipal, e que estes documentos já fazem neste momento parte do relatório final e que tem que ser obviamente analisados.

Queria ainda dar parte que, ao longo dos trabalhos, foram identificadas preocupações relacionadas não só com o impacto dos aumentos do tarifário sobre famílias, pequenas empresas e instituições sociais, mas também com a própria sustentabilidade financeira dos sistemas, as necessidades de investimentos futuras, a proteção dos consumidores mais vulneráveis ou a transparência da informação disponibilizada aos utilizadores, e desafios associados ao cumprimento de metas ambientais nacionais e europeias, às quais estamos obrigados.

O relatório preliminar que hoje apresentamos não pretende antecipar as conclusões políticas, que cabem legitimamente a cada força política retirar, sem substituir o debate que esta Assembleia deverá realizar sobre esta matéria.

Estou aqui a saltar alguns pontos, uma vez que já foram abordados pelo senhor Presidente, e para terminar digo que, estamos convictos de que o aprofundamento dos trabalhos permitirá a esta Assembleia Municipal, pronunciar-se com o rigor, a responsabilidade e a fundamentação que uma matéria desta relevância nos exige.

É esta a síntese do relatório preliminar que submetemos à apreciação da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – Muito bem, eu vou seguir o conselho do senhor deputado, vou pôr à votação a prorrogação do prazo.

Aprovado por unanimidade a prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da próxima Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – Agora, a discussão genérica da proposta.

José Canavarro (SET-V 25) – Nós praticamente secundamos aquilo que o senhor Presidente disse, e o que a senhora deputada, coordenadora e relatora Maria João Palma também referiu, mas queríamos deixar aqui duas notas, e gostaríamos que não interpretassem nenhuma delas com uma crítica, pela crítica, não é isso, não é a nossa forma de estar, e não entendam dessa forma o que eu agora acabei de referir.

Eu acho que a metodologia de trabalho adotada pelas Comissões de Finanças e Ambiente, foi evidentemente apoiada por nós, não apenas porque este trabalho era original, pelo menos no que esta sessão legislativa, não sei se este é o nome correto, mas é o nome que eu utilizava na Assembleia da República, portanto, este ano era original, era a primeira vez que se estava a fazer, e a senhora relatora optou, e bem, pela metodologia participativa, e isso é rigoroso, foi exatamente essa a opção e foi secundada nessa opção, e longe de nós pensar que seríamos oposição a um trabalho bem feito, questionando e ouvindo, até quase no sentido “*Papa!*”, “*Todos, Todos, Todos*”.

Efetivamente um trabalho deste tipo podia também ser mais atinente aos pontos da Petição, não o foi, e eu acho que pela positiva, porque permitiu a quem participou aumentar claramente a sua literacia ambiental e essa é uma vantagem, e essa vantagem deve ser anotada.



Mas, eu acho que essa vantagem comprometeu o prazo de execução, “*não há bela, sem senão*”, costuma dizer-se, mas enfim, há necessariamente um ganho e concordamos agora todos, na prorrogação do prazo e também, enfim, ficou adiado para outras “*núpcias*”, o julho é um bom mês para casamentos e, portanto, se for no dia 17, também não virá seguramente mal ao mundo.

Agora, há aqui uma situação que nós gostaríamos de chamar a atenção, não querendo ser com isto demasiadamente “*picuinhas*”, desculpem-me a expressão muito curial, que é o seguinte, o documento que nos foi enviado à cerca de 24 horas, dizem-me os deputados, porque eu não estava nessa reunião, os deputados do nosso Movimento, que não era o mesmo, que esse documento era desconhecido, nesta forma, neste formato, até esse envio “*urbi et orbi*” à 24 horas atrás, mais ou menos, não era esse documento, que foi previamente votado, ou previamente apreciado e aprovado em sede de comissões e, portanto, aquele documento que recebemos, segundo os deputados do meu Movimento, e eu tenho que os secundar, embora não estando lá, não foi exatamente esse que foi apresentado, o que foi apresentado era mais descritivo, remetia atas para anexo e, portanto, já há aqui um trabalho de reelaboração que foi feito à posteriori.

E eu quero dizer-vos o seguinte, nós não gostamos mesmo nada da crítica, pela crítica, nem queremos aqui formalizar o quer que seja, até porque não há nenhuma ferida regimental, longe disso, agora, até porque a senhora relatora friso, desde que com a anuência do coordenador da Comissão de Finanças, podia ter apresentado uma proposta de texto final da sua própria autoria e sujeitar o mesma a votação ponto por ponto ou votação global, a senhora coordenadora procurou sempre uma metodologia participativa, que isso fique claro, mas estaria totalmente legitimada para apresentar um texto final e ele ser votado.

O que nós estranhamos, e temos que manifestar essa estranheza, é que este relatório que aqui está não foi a última versão que os nossos deputados tiveram acesso às 23:50 horas de terça-feira, percebemos os prazos, percebemos a correria, percebemos que alguma coisa deveria ter vindo aqui, mas efetivamente não foi aquele documento que os deputados do nosso Movimento, que estiveram presentes nessa reunião tiveram oportunidade de apreciar.

É só esta a nota, não é para complicar, nós aceitamos a prorrogação, o nosso interesse é que o relatório seja discutido, debatido, e que dele se retirem conclusões, e senhora deputada, Maria João Palma não retire daqui nenhuma crítica pessoal, longe disso, anote realmente esta estranheza da nossa parte, que seguramente terá explicação, apenas e só isso.

Fátima Pereira (LIVRE) – Eu agora fiquei um bocadinho confusa, deve ser o adiantado da hora, é para comentar o relatório e aquilo que nós descobrimos com relatório, ou é para comentar a metodologia do relatório.

Presidente da Mesa – É para comentar aquilo que a senhora deputada entender!

Fátima Pereira (LIVRE) – Então quantas horas tenho para comentar!

Presidente da Mesa - O relatório final vai ser comentado e votado na próxima Assembleia Municipal, aqui, porque estava agendado no período da ordem do dia, houve esta prorrogação do prazo que entrou, foi aprovada, portanto, houve uma apresentação do trabalho feito até ao momento.

O Movimento Setúbal de Volta, decidiu também dar um *input*, a senhora deputada agora saberá o que é que querará falar.

Fátima Pereira (LIVRE) - Só uma nota então em relação, eu inicialmente fui defensora de se juntar as duas comissões, acho que a inexperiência e a quantidade de pessoas envolvidas, não facilitou o processo.

Hoje, sabendo o que eu sei, e contra mim falo, porque teria que estar em dois sítios, em duas comissões, mas torna-se muito mais complicado, gerir tanta gente e deixar espaço para que todos possam intervir.

Mas é assim, nós estamos a começar, não estamos acabados.

O LIVRE, não compreende como é que se continua a insistir no modelo de gestão de resíduos urbanos pensado ano a ano. Aquilo que trouxemos da Comissão confirma o que já suspeitávamos, o que nos é apresentado, não é uma estratégia, é um exercício de tesouraria, estima-se o custo, indexa-se à água e fecha-se a conta, que é paga pelos munícipes, no ano seguinte repete-se.

Já todos tivemos oportunidade de analisar faturas dos Serviços Municipalizados e onde não se encontram padrões, mas tenho mais um caso, por acaso apareceu-me ontem, um apartamento devoluto que está a ser renovado, não tem canalização a funcionar, só tem uma torneira de água que raramente é usada, foram comprados dois “big bags”, para quem não sabe, são aquelas “coisas grandes” que se compram para a construção quando se está mandar coisas fora, e custa quase 40 euros cada um, para a recolha, portanto, foi quase 80 euros, e chegou a fatura com um total de 8,20 euros para pagar, referente a 42 dias, com um consumo 0 metros cúbicos, não mediu nada, mas como é que aparecem estes 8 euros, aparecem nas tarifas fixas, que ficámos a saber na Comissão, pelo menos eu fiquei, fiquei a saber através da Comissão e das audições que fizemos, que não tem nada a ver com a Amarsul, que estão ligados só apenas aos custos dos SMS e portanto, foram em 42 dias um consumo, que não foi consumo, portanto, foram em taxas, 1 euro de água, 2,50 euros de saneamento e 4,43 euros de resíduos, vê-se aqui um padrão, é mais fácil às vezes identificarmos um padrão em contas pequeninas, do que em contas grandes.

Se eu for aos Serviços Municipalizados fazer a reclamação, obviamente que não tenho nada a reclamar, porque eu aceitei o serviço e tenho taxas fixas e a minha questão é esta, nestas contas não entram as taxas da AMARSUL, portanto, a decisão é do Executivo, se os SMS terminarem em 2026 com um saldo positivo de alguns milhões, teremos de olhar para a gestão, para os investimentos, para a execução orçamental e depois verificar, se afinal os SMS não anda a fazer mal as contas ao custo da sua operação, a faturar em excesso a todos os munícipes.

E só tenho a dizer que não se brinca assim com a vida das pessoas, é um problema estrutural, indexar o custo dos resíduos ao volume de água consumida não tem qualquer racional ambiental, e é urgente investir num novo sistema.

Os custos da AMARSUL não vão parar de subir, não por ser vocacionada para o lucro e distribuição de dividendos, mas porque os municípios continuam a aumentar as toneladas de lixo que vão para o aterro, em vez de, aumentarem os biorresíduos que estão isentos de taxas e rendendo dinheiro através do Fundo do Ambiente.

E para terminar, foi-nos dito pelo Dr. José Alexandre, no âmbito das comissões, responsável dos SMS, que implementar um sistema moderno e mais justo custa 7 milhões de euros, para o LIVRE e para os munícipes de Setúbal são 7 milhões investidos para o bem comum, e só assim teremos faturas justas e transparentes.

Dá trabalho abandonar o que se faz hoje?

Sim, sem dúvida, mas continuar a anexar custos à fatura da água é escolher a via mais fácil.

Simão Calixto (CDU) – Eu não ia intervir, mas permita-me que faça aqui um esclarecimento, porque, de facto, nós entendemos, no âmbito da Comissão de Ambiente, só fazer as apreciações políticas, mas agora a senhora deputada do LIVRE, fez aqui uma afirmação, que acho que ainda assim importa dizer, é que, de facto, a “gente” quando abre a torneira e está lá água, isso tem um custo, e mesmo que a “gente” não abra a torneira nunca durante um mês, tem um custo também estar lá cheia de água, é chamada a tarifa de disponibilidade. No âmbito da CDU, nós entendemos que o que está a aplicado não está correto, mas entendemos que a tarifa cobrada aos munícipes deve acompanhar tendencialmente os custos e, portanto, naturalmente, que se nós queremos ter água na torneira, isso tem um custo e isso deve-se pagar.

Certamente que poderemos fazer apreciações mais profundas, na próxima sessão da Assembleia, com o relatório final, mas não queria deixar de dizer isto, porque acho que temos que também aprender a separar as coisas neste âmbito, porque, de facto, os resíduos, e que são hoje a componente mais pesada da fatura, estão associados a um modelo que só cobra e que depois presta pouco à população e, portanto, de facto, temos que refletir a questão do sistema dos resíduos, provavelmente também o da água, mas certamente não será essa a parte que está mal aplicada aqui no Município, hoje.

M.ª João Palma (PS) – Em resposta àquilo que foi a chamada de atenção do senhor deputado José Canavarro, efetivamente o relatório que foi enviado para os serviços foi aquele que foi aprovado em reunião de comissão no dia 23 à noite, aquilo que foi acrescentado...

Intervenção inaudível

M.ª João Palma (PS) – Foi, foi! E tenho aí o senhor deputado Flávio Lança que o redigiu e que acabou de confirmar. Se os senhores não têm esse exemplar nós teremos que aferir que pode ter havido uma falha no envio, não da minha parte, mas alguma falha de comunicação.-

O relatório que aqui consta, foi relatório que nós lemos, que nós construímos juntos e que foi votado no dia 23, em sede de reunião conjunta das duas comissões, aquilo que foi acrescentado foi um índice, que nós não possuímos um índice, e foi a ficha técnica que obviamente tem que fazer parte do relatório para que ele fique vinculativo e com os dados todos.

Para além disso, nós fechamos a parte do encerramento destes trabalhos, e depois tudo o que vem a seguir, são apêndices, são anexos, é toda a documentação que ao longo da instrução do trabalho em função da análise da Petição, que fomos recebendo através dos serviços, ou seja, a ERSAR, por exemplo, foi convocada para uma audição, não respondeu a esse chamamento, a essa convocatória, e nós antecipamo-nos e endossamos um elenco grande de questões, eles responderam às questões, e está aqui aquilo que a ERSAR nos endossou, portanto, eu não consigo perceber, sinceramente, e se vocês quiserem e, se assim o entenderem, que me esclareçam ou que nos esclareçam a todos, uma vez que foi tão participado, fizemos todos parte do processo.

Não me sinto particularmente visada nesta circunstância, uma vez que ela foi tão amplamente partilhada entre todos nós, todos os representantes nas duas comissões.

Presidente da Mesa – Eu propunha, porque se vai haver mais reuniões, já fizemos a prorrogação do prazo e, portanto, que em sede de Comissão de Ambiente se aferisse exatamente, quais são as diferenças dos dois relatórios, e ver o que é que falhou, penso que estar aqui a discutir isso hoje, até pelo adiantado da hora, e temos ainda oito propostas para votar, e são 23:30h...

Intervenção inaudível...

Presidente da Mesa – Eu já lhe dou a palavra senhora deputada, deixe-me só terminar...

Eu acho que não merece a pena discutirmos isto aqui, concretamente, isso é trabalho para a Comissão, penso eu, portanto, era só isso que eu queria apelar, para que não “caíssemos” nessa discussão hoje, aqui na Assembleia.

Helena Murta (SET-V 25) – Isto tem sido um trabalho que, tal como disse, “brutal”, e realmente eu quero dar os parabéns à coordenadora, não está aqui sequer em causa o que nós temos feito todos, e as reuniões que temos tido, e o que temos debatido e que tem dado bons frutos.

O que eu e a deputada Vanda sentimos foi que, ficámos surpresas com o relatório, porque este não foi o relatório que nós votámos, não foi!

Pode ter havido realmente aqui qualquer coisa, e depois, nós vamos olhar para os dois que temos, eu só recebi, nós só recebemos este relatório à 24 horas atrás e, por isso é que ficámos surpreendidos com os conteúdos, porque o relatório que nós tínhamos era basicamente a parte 1 e a parte 2, depois já não tinha muito mais, não tinha os conteúdos, pode ter havido, isto foi muito difícil, e eu acredito que pode ter havido alguma falha de comunicação entre nós, não estamos aqui para julgar ninguém, antes pelo contrário, os trabalhos têm dado muitos frutos e, portanto, não é essa a nossa intenção, mas realmente ficámos surpreendidos com os conteúdos, é só isso.

Flávio Lança (IL) – Já agora, porque também foi referido aqui o meu nome, só para dar aqui algum esclarecimento, eu acho que pode ter havido efetivamente aqui algum tema, nós na Comissão olhamos primeiro para um *Draft* de relatório que simplesmente tinha basicamente a estrutura, a estrutura do relatório e meia dúzia de conteúdos, e durante o decorrer dos trabalhos, o que nós fizemos foi consolidar tudo o que era a informação recebida até ao momento, que depois chegou entretanto mais informação, e nesse relatório inicial, se colocou mais informação que é esta que eu reconheço que está neste relatório, depois imprimiu-se e voltou-se a partilhar, eu aí já não consigo aferir se toda a gente recebeu a folha e se toda a gente viu o relatório final, mas na realidade aquilo que nós fizemos, e eu acho que há várias pessoas, pelo menos, as pessoas que estavam mais ao lado, e nós como já disseram, éramos muitos e estávamos todos a tentar trabalhar, é possível que nem toda a informação fluísse da melhor forma, aquilo que eu entendi foi isso que aconteceu, foi depois na versão final do relatório, já se tinha incluído aquilo que eu revejo hoje no relatório.

Presidente da Mesa - Muito bem! Eu tenho aqui um pedido de intervenção da senhora Vice-Presidente, não havendo mais intervenções dos senhores deputados!
Senhora Vice-Presidente tem a palavra.

Vice-Presidente da Câmara – Eu vou fazer uma intervenção a propósito da Petição Pública sobre a epígrafe “Pela revisão urgente dos aumentos abusivos e pela redução das tarifas de saneamento e resíduos em Setúbal”.

Permitam-me dizer que há uma palavra nesta Petição que tenho o dever de levar a sério, a palavra é “abusivos”, está no título, está no apelo, e é a palavra que devemos ter em conta, porque uma acusação tão grave merece uma resposta esclarecedora.

A resposta de quem governa e não pode ser populista, tem de ser verdadeira!

Começo por onde se deve começar, pelo respeito, o direito de Petição é um direito democrático e saúdo o direito de qualquer cidadão ser livre de o fazer, a preocupação que move a sua assinatura merece o nosso cuidado, as famílias vivem um tempo difícil, a habitação, a alimentação, a energia, tudo pesa no fim do mês, eu compreendo esta preocupação, não a desvalorizo, e ninguém aqui o deve fazer, mas a preocupação é uma coisa, a explicação que vos deram é outra, e é sobre a explicação que vos peço a atenção dos próximos minutos, porque a indignação pode ser sincera e ainda assim estar a apontar para o sítio errado, vou ser muito clara sobre o que aconteceu, e vou dizê-lo numa frase, não escolhemos a atualização do tarifário, somos obrigados a cumprir a lei e dentro dessa obrigação escolhemos proteger as famílias, o que faz a fatura de ambiente subir, tem um nome, e o nome não é a Câmara Municipal de Setúbal, é o custo que a AMARSUL nos impõem, para tratar os resíduos.

Tratar uma tonelada de resíduos custa hoje cerca de 110 euros entre o custo cobrado pela Amarsul e a Taxa de Gestão de Resíduos que é do Estado, e este custo não parou de subir, não sou eu que o digo, são os nove Municípios da Península de Setúbal juntos, num documento entregue ao Regulador.

O custo que a Amarsul impõe aos Municípios subiu mais de 300% desde 2017, sem que o serviço tenha melhorado na mesma medida, 300%, esta é a raiz, o resto são as consequências, e há um segundo aspeto a apertar a mesma fatura.

A Lei sobre a Taxa de Gestão de Resíduos, ouçam bem, porque isto importa, essa taxa não inventou a Câmara, nem inventaram os Serviços Municipalizados, foi criada pelo Estado, está hoje no Regime Geral da Gestão de Resíduos, e o seu valor para os próximos 5 anos foi fixado por Despacho do Governo, subiu de 11 euros por tonelada em 2020, para 35 euros em 2025, e em 2026, outra vez.

O Município é obrigado a cobrar essa taxa e entrega ao Estado cêntimo por cêntimo, não fica com nada dela, a raiz disto vem de longe.

Em 2014, um Decreto-Lei privatizou a empresa que está na origem deste sistema, à época contra a vontade da Associação Nacional de Municípios, desde aí os lucros da empresa sobem e as tarifas que nos cobra sobem com eles.

Isto não é uma fatalidade de Setúbal, é um problema de todos os Municípios, e os Autarcas da Península de Setúbal dizem-no há anos, sem distinção de cor política, e o mesmo na Área Metropolitana de Lisboa, que engloba dezoito Municípios.

E a Lei? A Lei não nos deixa fugir, e tem nomes, e números vou citar o Parecer da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal, sobre os tarifários dos Serviços Municipalizados do ano de 25: *"A aplicação de tarifas que recuperem os gastos direta e indiretamente suportados pela prestação dos serviços, constitui uma violação do disposto no artigo 21.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e do artigo 82.º da Lei da Água, bem como o artigo 107.º do Regime Geral da Gestão de Resíduos"*, por palavras simples, *"o que se cobra por um serviço não pode ser abaixo do que esse serviço custa"*, não é uma frase minha, também não é da Entidade Reguladora, é a Lei, é o que a Lei manda refletir na fatura, é o custo do serviço de hoje, não é a dívida de ontem, por isso vos digo sem medo de ser desmentida, nenhuma família de Setúbal paga dívidas na sua fatura, o que está na fatura é o serviço de hoje, apenas isso, a Lei não permite outra coisa.

Posto isto, chego à acusação *"abusivos"*, vamos confrontá-la com os números, porque os números não votam, não se manifestam, e não tem Partido.

Em Setúbal, uma em cada três famílias paga menos 17 euros por mês de fatura do Ambiente, água, saneamento e resíduos, tudo incluído.

Sete em cada dez famílias pagam menos de 32 euros por mês, e nove em cada dez famílias tiveram com esta atualização um aumento mensal até 2,60 euros, para um terço das famílias, o aumento ficou abaixo de 1 euro, ouçam por favor o que isto significa, porque é o coração desta questão.

As famílias com tarifa social e baixo consumo não viram subir a fatura, viram-na descer, pagam hoje cerca de um 1,25 euro a menos do que pagavam, as que mais precisam de proteção foram precisamente as que ficaram mais protegidas.

Então pergunto com todo o respeito a esta Assembleia e a quem nos ouve em casa!

É correto chamar *"abusivo"* a uma atualização de menos de 2,60 euros, para nove em cada dez famílias?

Quem diz isso está a defender as famílias, ou está a confundi-las?

E quem teve a verdadeira atualização então?

Quem teve uma atualização a sério foram os grandes consumidores, as grandes superfícies, a indústria, os grandes produtores, que têm maior capacidade de acolher a atualização da tarifa, tiveram um aumento médio de 56%, foi uma escolha.

Tínhamos diante de nós duas portas face à obrigação de cumprir a Lei, proteger as famílias ou proteger as grandes empresas.

Escolhemos as famílias!

Esta Petição diz defender as famílias, os números mostram que as famílias foram defendidas e mostram quem é que de facto suportou a atualização.

Certamente ouviram falar de uma subida de 37%, pois, quando se brinca com os números dá nessas frases sem contexto.

Essa percentagem de atualização dos resíduos é calculada sobre uma base, não é no abstrato, em euros para a esmagadora maioria das famílias, o valor é residual.

Mas porque existe uma atualização?

Pela mesma razão de sempre, porque estamos amarrados ao preço que a AMARSUL nos impõe e à taxa que o Estado nos cobra.

A percentagem dita sem contexto, é pouco honesta intelectualmente, quem quer assustar as pessoas, dá a percentagem sem o valor em euros ao lado.

Agora, permitam-me fazer aquilo, que esta Petição com toda a consideração nos merece, respondendo ponto por ponto.

Esta petição faz várias exigências, eu quero que esta Assembleia ouça com atenção, porque o que vou dizer talvez surpreenda.



A Petição pede transparência total sobre os fundamentos do aumento, estamos de acordo, a informação está disponível e é pública, a origem do custo, o peso de cada componente, o impacto em cada escalão de consumo.

Quem quiser ver, vê! A transparência, não é uma exigência que nos seja feita, é um princípio que já cumprimos.

A Petição pede uma auditoria independente às contas dos Serviços Municipalizados, e aqui sou eu ainda mais clara, se esta Assembleia a quiser determinar, que a determine, que a verdadeira financeira destes Serviços seja conhecida por todos, sem exceção, e que venha de onde tiver de vir, não temos receio nenhum daquilo que a auditoria irá mostrar, muito pelo contrário, mas que fique claro que uma auditoria às SMS, será apontar para o sítio errado, apenas implicará mais um custo, mais desfoque dos funcionários, e não resolve a questão de fundo, que é a tarifa que nos é imposta pela AMARSUL.

A Petição pede o reforço da proteção social, o alargamento dos tarifários para famílias vulneráveis, pensionistas, famílias numerosas, pequenos comerciantes, estamos de acordo, a tarifa social existe, e o atual tarifário até baixou o seu valor, por isso, protege quem dela precisa, também existe um tarifário diferenciado para as famílias numerosas para as proteger.

E há mais, no dia 2 de junho, respeitando um compromisso que assumimos em janeiro, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade, uma alteração ao Regulamento, para criar escalões para distinguir o pequeno comércio e os serviços dos grandes produtores não domésticos, aprovou por unanimidade, o que esta Petição pede como bandeira, ou já existia, ou no que ainda faltava foi aprovada recentemente com o voto a favor de todas as forças políticas.

Esta alteração ao regulamento está em consulta pública e a aguardar parecer do Regulador, com a entrada em vigor prevista para outubro.

A proteção do pequeno comércio, dos serviços da restauração e dos outros pequenos consumidores não domésticos, não é uma promessa por cumprir, é uma decisão já tomada!

A Petição pede um plano de correção financeira responsável que não penaliza as famílias, é exatamente o que estamos a fazer, as famílias foram protegidas, o peso recaiu sobre quem mais consome, e sobre as grandes empresas, e os Serviços Municipalizados passaram a cumprir o que a Lei exige.

A Petição pede auscultação pública e participação cidadã.

Estamos de acordo! A alteração ao regulamento está neste momento em consulta pública, a participação não é uma porta que esta Petição teve de arrombar, estava aberta!

Repararam!

As cinco, das sete exigências desta Petição, este Executivo responde com uma só palavra!

Sim! E responde sim!

Não porque vai passar a fazer, responde sim, porque já está feito, ou já está em marcha!

Esta Petição no essencial está a empurrar uma porta que já estava aberta!

Restam duas exigências, revogar o aumento e reduzir os valores.

E é aqui que vos devo dizer, a única coisa que um governante nunca pode poupar, a verdade desagradável, não se pode prometer aquilo que não é possível, aquelas Leis que vos li, citando o Parecer da ERSAR, proíbem-nos de cobrar abaixo do que o serviço custa, e reduzir a fatura, sem reduzir o custo que a AMARSUL nos impõe, seria mentir-vos hoje, para vos enganar amanhã, não à tesoura nenhuma na Câmara que corte um custo decidido fora da Câmara, a tesoura está noutro lado, está no preço da Amarsul e na Taxa de Gestão de Resíduos, e é contra esse preço que temos todos de lutar.

E há uma pergunta que falta, a mais difícil de todas, e quero ser eu a fazê-la antes que me a façam.

Então, e se a Câmara Municipal metesse dinheiro do seu próprio orçamento para baixar a fatura?

Respondo nas duas partes que esta pergunta merece, não podemos, e não devemos, não podemos porque é ilegal e a Lei é clara, não permite cobrar abaixo do custo, baixar a tarifa com dinheiro do Orçamento Municipal, é precisamente cobrar abaixo do custo, seria ilegal, e quem governa não pede a esta Assembleia que delibere uma ilegalidade.

Mas há mecanismos para subsidiar parte com o orçamento, há!

É o que permite o tarifário social e que já está implementado, mas mesmo que a Lei permitisse simplesmente subsidiar as tarifas seriam um caminho perigoso.

E peço-vos atenção, porque esta é a parte que ninguém vos contou, o Orçamento do Município, é o dinheiro de todos nós, é antes de mais o dinheiro das famílias, e as famílias já estão protegidas, nove em cada dez pagam menos de 2,60 euros a mais, quem teve a atualização a sério foram os grandes consumidores, logo, pegar no Orçamento de todos para baixar essa fatura, seria usar o dinheiro das famílias para dar um desconto aos grandes consumidores não domésticos, e esse dinheiro não cai do céu, cada euro que se fosse subsidiar o consumo de água de uma grande empresa, seria o euro que não ia para uma escola, para uma IPSS, ou para o apoio social de quem mais precisa.

E reparem na ironia, esta Petição diz, e diz bem, que os Municípios não podem ser transformados num mecanismo de compensação financeira.

Concordo! Concordo inteiramente! E é exatamente por concordarmos que recuso pôr os munícipes a compensar do seu bolso o consumo dos grandes!

Proteger as famílias não se faz a tirar-lhes o dinheiro por uma via, para o entregar aos grandes consumidores por outra, então o que se faz?

Faz-se aquilo que já estamos a fazer!

Exigir do Governo a revisão da Taxa de Gestão de Resíduos, exigir a redução das tarifas impostas pela Amarsul aos Municípios, estamos juntamente com os outros oito Municípios da Península de Setúbal, todos, sem distinção de cor política, a pedir ao Regulador uma revisão extraordinária.

Simultaneamente a Câmara Municipal pediu e já realizámos uma reunião urgente com o Ministro do Ambiente e com o Secretário de Estado do Ambiente, entenderam e acolheram bem as nossas preocupações e propostas, e comprometeram-se a ajudar a encontrar soluções.

Quer a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, da qual fazem parte nove Municípios da região, quer a Área Metropolitana de Lisboa, da qual fazem parte dezoito Municípios, têm realizado reuniões para discutir a questão da gestão de resíduos e apontar soluções e, entre tantos Municípios e com governações tão distintas, tem-se verificado um extraordinário consenso, defendemos todos que este modelo e preços são inoportunos, e defendemos a construção de uma central de tratamento e valorização de resíduos no território da Península de Setúbal.

Esta é que é a luta que baixa a fatura, não há outra!

E é por isso que vos faço um pedido, não vos peço que não estejam descontentes, o descontentamento é legítimo quando uma conta sobe sem que se perceba porquê, o que vos peço é que apontem esse descontentamento no sítio certo.

Quem tem outros interesses, irá dizer-vos que isto é responsabilidade da Câmara, não é!

A Câmara está ao lado da população, contra um custo que nos é imposto de fora!

Vão dizer-lhes para gritar contra a Câmara, eu peço-vos o contrário, gritem connosco e gritemos juntos contra quem nos cobre os 300% de aumento.

Divididos perdemos todos, juntos e a apontar para a AMARSUL, Setúbal ganha!

É tão simples como isto!

Uma última palavra, que me cabe dizê-la com clareza, quero deixar registado o meu apoio total à senhora Presidente e a este Executivo, fomos sempre claros sobre a origem deste problema e o que o Executivo fez no seu terceiro mês de mandato e perante uma herança que não escolheu, foi olhar para a conta mais difícil e decidir do lado certo, o das famílias.

Termino onde esta Petição termina, o texto da Petição diz: *“Setúbal merece serviços públicos sustentáveis, não aumentos abusivos”*, eu respondo, Setúbal merece serviços públicos sustentáveis!

Concordamos! Concordamos tanto, que é por isso mesmo que não vos mentimos hoje, para vos enganar amanhã, é por isso que protegemos quem mais precisa, e é por isso que vamos continuar a lutar convosco, contra quem impõe este custo, a AMARSUL.

Setúbal não precisa de quem lhe diga o que quer ouvir, precisa de quem lhe diga a verdade e fique do seu lado, é o que este Executivo está a fazer, é o que vai continuar a fazer!

Handwritten marks: a blue signature and a vertical line with a hook.

Presidente da Mesa – Muito obrigado, senhora Vice-Presidente! Não sei se há mais alguma intervenção, se não podemos passar ao ponto de ordem seguinte.

Eu, entretanto, fui alertado pelo secretário da Mesa que, segundo o Regimento, e tendo atingido já às 23:30h, já ultrapassámos, tem que ser decidido pela Assembleia, se continuamos, ou se suspendemos os trabalhos e continuamos no outro dia.

Eu proponho que continuemos, até porque no dia 10, estamos cá novamente, e depois em princípio, dia 17, faltam sete pontos da ordem de trabalhos e, portanto, aquilo que eu peço é alguma contenção nos tempos e na argumentação.

Portanto, podemos continuar?

Alguém se opõe?

Não! Muito bem!

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi o pedido de prorrogação do prazo, aprovado por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 42, arquivado em pasta anexa à presente ata.

4. Deliberação nº 26/2026/AM – Proposta 01/2026/CDU - Pelo usufruto público do território, contra a apropriação privada das praias e outros espaços

Simão Calixto (CDU) – A CDU entendeu apresentar esta proposta na ordem do dia, semelhante também à que apresentámos na Câmara Municipal, e que já foi “chumbada” pelos Vereadores do CHEGA e do Setúbal de Volta, porque entendemos que esta Assembleia também precisava de tomar uma posição, um bocadinho mais aprofundada e formal sobre esta questão do usufruto público do território e contra a apropriação privada das praias e outros espaços.

E por ser, precisamente um problema complexo, é que precisa de soluções mais alargadas, temos sido acusados de criar confusão, mas a verdade é que não é seguro circular na estrada, como muitos também têm dito, para a Arrábida, nomeadamente a EN 10-4 e a Rua Círio da Arrábida, e então nós entendemos que, de facto, devem-se criar alternativas e não colocar a segurança de ninguém em risco.

E, portanto, também nos parece que, de facto, uma boa alternativa, e está aqui vertida numa das deliberações e numa outra moção que já tínhamos trazido à Assembleia em abril, mais aprofundada sobre este tema, a inclusão de Troia no Passe Navegante, e colocamos esta questão aqui precisamente, porque em Troia, que se saiba, não há problemas de segurança no acesso, são quilómetros e quilómetros de praias que dão para milhares de pessoas, e que certamente poderiam aliviar a pressão que se faz sentir sobre as praias da Arrábida, e que neste ano estão particularmente difíceis de aceder.

Apresentamos também esta proposta, porque de facto esta versão deste ano do Programa “Arrábida sem Carros”, não tem nada a ver com as edições anteriores, porque se nos oito anos anteriores a este, o Programa “Arrábida sem Carros” foi aplicado com o reforço de transportes públicos, com limitação à circulação automóvel, é verdade que esta só se fazia no troço entre a Figueirinha e o Creiro, e não em toda a estrada, desde a Saboaria até ao Creiro, e com limites também no acesso por via da Secil e do Vale da Rasca. Todas estas questões suscitam aqui um conjunto de medidas que são precisas reforçar, nomeadamente os transportes públicos, também já foi aqui dito pelo Executivo, hoje, que de facto, aquilo que nós temos alertado e a população também tem alertado, é que os autocarros não estão a circular mais agora, só a partir de julho, e neste início de época balnear tem-se feito sentir de forma particular, na dificuldade de se aceder às praias.

A outra questão, e porque entendemos também que a Câmara e a Assembleia, e, portanto, o Município se deve afirmar, nesta questão que é a defesa do interesse público das praias, e que devem de forma inequívoca dizer, independentemente daquilo que venha a ser as decisões do Tribunal, dizer que as praias e os seus acessos são públicos, tal como o garante a Constituição e a Lei.

X f

Por fim, ainda introduzimos aqui mais uma questão, que entendemos ser fundamental, é que de facto, o Governo tem de investir na reparação daquelas estradas que dão acesso às praias da Arrábida, mas também das suas vertentes, até porque aqueles que diziam que iam resolver tudo em outubro, não resolveram, houve tempestades no Inverno, estamos bem piores agora em junho e, portanto, está na hora de exigir a quem pode, que resolva o problema no acesso à Arrábida e às praias que são todos.

Miguel Reis (CH) – A nossa declaração de voto é contra, relativamente a esta moção, o CHEGA vota contra, ressalvando que concordamos totalmente com o princípio de defesa do acesso público às praias, aos caminhos e ao território, o que é público deve continuar ao serviço das pessoas e nenhum interesse privado deve poder fechar aquilo que pertence à comunidade.

Mas mais uma vez não acompanhamos a forma como a CDU apresenta esta proposta, a moção mistura demasiados assuntos e acaba por transformar um tema sério numa peça de propaganda política.

É pena! Porque o objetivo em concreto merecia uma proposta mais clara, mais objetiva e mais útil.

Fátima Pereira (LIVRE) – Todos os Partidos que por aqui passaram nesta Assembleia Municipal nestes últimos 20 anos, tiveram oportunidade de defender a Arrábida e os seus acessos com mais força do que defenderam.

Todos!

A Arrábida, é Parque Natural, é um tesouro ecológico para todos os portugueses, os setubalenses não estão sozinhos na defesa deste Património natural.

A pergunta que deixo, para todos respondermos!

O que podemos fazer?

A que recursos podemos recorrer?

Que instituições internacionais estão dispostas a ajudar nesta luta?

Hoje, o LIVRE, deixa aqui o compromisso de dar prioridade para proteger o nosso Património natural, que não se limita aos litígios da Herdade da Comenda e todas as sugestões são bem recebidas, mesmo que esta proposta peque pelo excesso, que seja o indício de se pensar que, a CDU começa a olhar para hoje e o amanhã, e em consonância com outros Partidos, não podemos ficar presos aos velhos argumentos, de quem fez o quê e quando!

E nesse sentido, nós vamos apoiar!

Manuel Fernandes (PS) – A bancada do Partido Socialista vai acompanhar esta proposta, no sentido de que ela vem também acompanhar aquilo que tem sido a posição do Partido Socialista ao longo dos anos e dos últimos mandatos, já quando esta questão se colocou das vedações e dos muros e das restrições ao acesso às praias, e ao acesso e as acessibilidades aos passeios e aos caminhos públicos, a restrição foi colocada e o Partido Socialista apresentou moções e recomendações aqui nesta mesma Assembleia Municipal, no mandato anterior.

É certo que a força política era outra, muito embora a mesma Presidente, mas nessa altura, o Partido Socialista já chamava a si a responsabilidade e chamava a responsabilidade do Executivo sobre esta matéria. Houve alguma posição política até dúbia na altura do Executivo, o Executivo na altura liderado pela CDU, não era tão claro como está a ser hoje nesta proposta que apresenta à Assembleia Municipal, mas o Partido Socialista, sim, desde a primeira hora sempre apresentou esta preocupação e sempre manteve com clareza esta posição.

Para nós é um direito fundamental, que é a defesa do direito democrático e defender o domínio público marítimo e os acessos públicos, os caminhos e os trilhos públicos, é a defesa do direito democrático.

Portanto, nós acompanhamos esta proposta como sempre fizemos, e hoje não somos diferentes do passado.

Flávio Lança (IL) – Sobre este documento, esta proposta, aquilo que eu tenho a dizer é que este título é politicamente apelativo, mas não pode condicionar o sentido de voto desta Assembleia.

A Iniciativa Liberal não vai votar títulos, vota conteúdos, e por isso mesmo, vamos votar contra esta proposta.

Quero por isso deixar absolutamente claro, que a Iniciativa Liberal defende o acesso público às praias e o respeito pelo domínio público marítimo, se houver ocupações ilegais ou restrições ilegítimas ao acesso, devem ser combatidas pelos meios previstos na Lei.

O problema desta moção não é objetivo que proclama, o problema é a forma como o faz, confunde factos com conclusões, antecipa juízos que cabem aos Tribunais, mistura matérias sem relação entre si, e procura transformar uma questão jurídica e administrativa numa declaração política e ideológica.

Expressões como “luta popular” e “apropriação privada”, revelam que a moção pretende fazer mais um manifesto político do que produzir uma deliberação útil.

Helena Murta (SET-V 25) – Nós, o nosso Movimento, até gostaria de ter ouvido mesmo a leitura do documento, por concordamos com o nosso deputado da Iniciativa Liberal, realmente há um título *“Pelo usufruto público do território contra a apropriação privada das praias e outros espaços”*, estamos todos de acordo, mas sobre a proposta de moção apresentada, o conteúdo dessa proposta, parece-nos que pretende sobretudo marcar uma posição política sobre um assunto e não construir caminhos para a sua resolução, misturando diversas questões diferentes numa grande confusão, fazendo também afirmações que não correspondem à verdade.

A Câmara Municipal através da sua Presidente e também da Vice-Presidente, tem afirmado publicamente variadíssimas vezes o seguinte: *“As praias são públicas e vão continuar a ser públicas, não há Lei que retire à população o acesso, o usufruto das praias”*.

O Movimento Independente Setúbal de Volta, tomou também posição clara e inequívoca sobre o assunto no mesmo sentido.

Quanto aos processos, a Câmara Municipal é litigante em diversos processos da Arrábida, nomeadamente relativos à Comenda, os Tribunais farão o seu papel de aplicar a Lei e fazer justiça, no que respeita ao Programa “Arrábida sem Carros”, curiosamente criado pela CDU, foram reforçados os meios de transporte públicos e outros meios coletivos, e a Câmara está a monitorizar as medidas adotadas em conjunto com as autoridades de segurança, GNR, PSP, Capitania, Porto de Setúbal, ICNF, APA, com a Proteção Civil e com os Concessionários, tal como aqui já foi falado.

Simultaneamente está a tratar da encosta da Arrábida, onde se inclui o bloco rochoso, com vista a que se realizem as intervenções necessárias para melhorar segurança.

Há dias, segundo informação que é pública, a Câmara reuniu com a Ministra do Ambiente e com o Secretário de Estado, para entre outros, tratar deste assunto que é para a Câmara uma prioridade.

No que respeita à travessia para Troia, e a necessidade de criar condições para que a população possa fazer a travessia a preços compatíveis com o nosso custo de vida, lembramos que a senhora Presidente da Câmara informou numa reunião pública da Câmara ainda no primeiro mês do mandato, em novembro de 2025, que reuniu com o Ministro das Infraestruturas, que tutela os Portos, e colocou as preocupações sobre a travessia fluvial para Troia, posteriormente foram também discutidos com a Administração do Porto de Setúbal, e ainda há dias, o Governo divulgou estar a avaliar estas questões.

Concluindo, senhores membros da Assembleia, o Setúbal de Volta defende a natureza pública das praias e a Câmara Municipal está a trabalhar com diversas entidades, para os acessos e usufruto da Arrábida, e que seja cada vez mais seguro, hoje e no futuro, assim como tem defendido também, a revisão dos valores da travessia para Troia, mas não nos revemos nas afirmações que faltam à verdade e nas acusações desta moção que a CDU apresenta, por estas razões, vamos votar contra.

Ilídio Ferreira (DNI) – Esta proposta se fosse apresentada por outra força política, nomeadamente se fosse o Partido Socialista, com algum amenizar de linguagem aqui, eu votaria favoravelmente, estaria de acordo.

Sendo uma moção da CDU, não o farei, até porque não o reconheço à CDU, por aquilo que foi o passado recente relativamente ao processo da Comenda, em que mostrou passividade e distanciamento durante vários tempos e que ficou demonstrado no relatório que foi produzido pela Comissão.

Parecia que a CDU e o seu Presidente, a única questão que tinha a ver com a Herdade da Comenda, era o Parque de Merendas, e não era, eu disse várias vezes que em meu entendimento e da Comissão, havia situações de ilegalidade muito mais graves do que a questão do Parque da Comenda, nomeadamente do caminho municipal, linhas de água e valas que foram desviadas, vedações e construções ilegais na Praia da Esguelha, vedações na Rua do Farol da Amêijoia, e a Câmara Municipal e o ICNF, que querem que uma pessoa que faz um tanque numa aldeia perdida do PNA, proceda à sua demolição, e eu tenho um caso concreto, na semana passada na minha Aldeia, uma pessoa que foi instada a demolir um tanque onde eu tomei banho há 50 anos atrás, e assistiram praticamente, eu não diria de forma pacífica, mas com algum distanciamento e sem grande empenho na resolução do problema, e parecia que o único problema da Herdade da Comenda era apenas o Parque de Merendas.

E, portanto, com pena minha, apesar de apoiar muito do que aqui se diz, não poderei aprovar esta proposta.

Simão Calixto (CDU) – Só para responder aqui a alguns deputados e as forças políticas, e algumas questões que foram sendo colocadas. Na parte de lições de moral, sobre a defesa da Arrábida, creio que da parte da CDU não aceitamos nenhuma, até porque se houve momento nesta cidade, neste concelho, em que a gestão autárquica foi mais comprometida com a defesa da Arrábida, do acesso público e da natureza, foi com a CDU. Todos nos lembramos do que é que foi a coincineração, e das grandes lutas populares que se moveram, das quais a CDU fez parte, e depois, à medida, quando ganhou a Câmara, também foi uma parte muito ativa, na questão da Comenda também, relembro ao senhor deputado Ilídio Ferreira, que os vários processos em Tribunal que já aqui foram enunciados, foram lá postos durante a gestão da CDU, ou isso não conta, ou quando a Câmara fez todos os trâmites legais para poder arrancar as vedações do Parque de Merendas, isso também foi passividade, senhor Ilídio Ferreira.

Houve várias manifestações populares, também nunca lá vi o senhor deputado Ilídio Ferreira e outros também aqui presentes.

Em relação às questões que estão na deliberação, eu vou ler porque, de facto, houve aqui esse apelo e quero que também fique claro para todos, e já agora também faço o repto, que depois me digam qual destes pontos é que estão contra, porque também estamos disponíveis para fazer alterações, se for caso disso.

1. Mandatar a Comissão de Ambiente, Higiene Urbana, Proteção Civil e Bem Estar Animal, a avaliar e a produzir um relatório sobre as questões enunciadas;
2. Repudiar formalmente a tentativa de apropriação privada das praias e acessos públicos da Herdade da Comenda, reafirmando o princípio do usufruto público de todo o espaço costeiro do concelho;
3. Exigir ao Governo e às entidades competentes (APSS, ICNF, APA, entre outras) que assumam as suas responsabilidades legais e políticas na defesa do domínio público marítimo e na garantia de acessos livres às praias;
4. Recomendar que os serviços municipais avaliem, no prazo de 30 dias, todas as vias legais e administrativas ao alcance do Município para impedir a privatização de praias e a vedação ilegal de acessos, incluindo constituírem-se como contraparte nos processos judiciais movidos pelos proprietários da Herdade da Comenda;
5. Recuperar a posição firme de defesa do usufruto público, que o Município assumiu, nomeadamente através da reposição do Parque de Merendas da Comenda e da remoção de vedações ilegais;
6. Exigir ao Governo a tomada de medidas urgentes vista à integração da travessia do Rio Sado para Tróia no Passe Navegante;
7. Solicitar ao Governo o investimento necessário na reparação da EN 10-4 e no saneamento das vertentes em perigo de derrocada, garantindo condições de segurança para o acesso às praias e ao Parque Natural da Arrábida;
8. Apoiar e incentivar a luta popular e as ações legais contra a pretensão de apropriação das praias e acessos públicos;
9. Dar conhecimento da presente deliberação ao Governo, à Assembleia da República, à União das Freguesias de Setúbal, ao ICNF, à APA, à APSS e aos Movimentos de Cidadãos e Ambientalistas que intervêm no território Arrábida.



É isto que estamos a votar hoje, são nove deliberações, agora gostava que os senhores deputados também pudessem dizer que alterações é que pretendem fazer, porque naturalmente da parte do proponente, da CDU, estamos abertos a fazê-las.

Ilídio Ferreira (DNI) – Duas notas rápidas, em primeiro lugar para dizer ao senhor deputado que me antecedeu, que se no anterior mandato tivesse acompanhado os trabalhos da Comissão Eventual, tivesse ido às reuniões de trabalho que fizemos nos serviços técnicos, se tivesse lido as resenhas que foram enviadas, as súmulas enviadas periodicamente pela Câmara, teria visto que, em muitos casos e em muitos processos houve morosidade, processos que se arrastaram durante meses...

Intervenção inaudível...

Ilídio Ferreira (DNI) – E ICNF também! Mas eu fui sempre crítico com o ICNF!
Mas estamos a falar sobre a Câmara!

Eu estou a falar sobre a Câmara, portanto, os processos estão em Tribunais, mas eles levaram tempos e tempos e tempos, e houve algumas ações que a Câmara tinha a possibilidade de intervir de uma forma mais célere e não o fez!

Segundo ponto, manifestações populares, já participei em muitas, estou disponível para participar também em muitas, não estou disponível para participar aquelas que estão instrumentalizadas pelo Partido Comunista, isso nunca farei!

David Martins (SET-V 25) – Apenas para manifestar aqui uma interrogação muito grande, que é esta! Depois do que nossa colega Helena Murta esclareceu, tão claramente, eu até digo que, peço desculpa de pôr em causa até esta moção, digamos, esta deliberação, porquê?

Há aqui dois pontos então fundamentais, eu só vou pôr uma alínea, “*O município, enquanto entidade com responsabilidade na defesa do interesse público local, não pode manter-se omissa perante esta tentativa de apropriação privada de bens comuns*”, isto é caricato!

Mais caricato, quando desde o início do mandato deste Executivo, a nossa Presidente, a Vice-Presidente, todo o Executivo tem defendido completamente a solução deste problema, até junto das entidades governativas, referindo que vão...

Intervenção inaudível...

David Martins (SET-V 25) – Sim... Não meu caro amigo, então vamos ver!
Estamos cá para ver!

Então eu desafio o seguinte, estamos cá para ver daqui a um ano ou dois, se este Executivo não resolveu esses problemas!

Manuel Fernandes (PS) – Apenas para referir, e dando continuidade àquilo que já foi dito pelo que foi na altura o Coordenador da Comissão Eventual de acompanhamento, devo dizer que uma das recomendações do relatório era precisamente, “Instar o Executivo da Câmara para ser mais ágil e ser mais efetivo nas diligências a tomar”, andou-se, e a expressão foi essa, penso que até consta no relatório, a marcar passo e a empurrar com a barriga para a frente um problema que estava à vista de toda a gente.

O problema nunca mais se resolvia e a Câmara nunca mais tomava diligências, o problema foi que a reboque da população, a Câmara foi instada a ter que tomar diligências, a mesma Câmara que tinha Vereadores que, na mesma altura tinha vereadores que passeava em barcos com a família Mirpuri, que tinham à data comprado o Parque da Comenda.

Simão Calixto (CDU) – Só duas notas, a primeira é que temos aqui uma oportunidade, para de facto, a Assembleia, enquanto Órgão Deliberativo do Município, assumir uma posição formal pela defesa das questões da Arrábida, e registar que nenhuma força política, ou deputado, quis propor alterações às deliberações, portanto, estamos conversados sobre esse assunto.

Presidente da Mesa – Antes de passar à votação, só queria dizer o seguinte, eu acho que sou nesta sala, o único que era Vereador quando este problema foi levantado, e fui eu que o levantei na primeira vez na reunião de câmara, porque recebi, estava na própria reunião de câmara, e recebi um vídeo de alguém que estava na praia mesmo por baixo da Comenda, com seguranças, com cães rottweilers ou pitbulls, a afastar as pessoas de ao pé do Palácio da Comenda.

E levantei aqui a questão, aparentemente ninguém sabia de nada, e aqui eu tenho que dar razão ao senhor deputado Ilídio Ferreira, que todas as entidades funcionaram mal, todas!

O ICNF deixou fazer tudo acontecer, e a Câmara deixou tudo acontecer também, e passou-se meses e meses, aliás, isto está bem documentado e bem estruturado num documento, que até foi o deputado Ilídio Ferreira, que foi o Coordenador dessa Comissão Eventual, que se fez só para esse tema, da inércia no mandato anterior, da inércia das várias instituições, especialmente do ICNF, que são, enfim, altamente persecutórios para quem faz uma capoeira em qualquer sítio, e depois deixaram fazer tudo ali.

E, portanto, eu acho que todas as posições que sejam tomadas contra alguém que, inclusivamente, na altura em que a Câmara decidiu agir, estava a negociar o Parque de Estacionamento de Albarquel, foi lá com um trator e lavrou o Parque de Estacionamento de Albarquel!

Vocês já se esqueceram disso?

É que não estamos a falar com pessoas de bem, digo eu!

E portanto, ou se toma uma posição musculada, e foi no mandato anterior que se conseguiu algumas posições, com a ajuda da Associação dos Cidadãos Pela Arrábida, até o acesso à Capela de São Luís, que sempre foi público o acesso, puseram um portão com cadeado, agiram de forma impune com a responsabilidade de todas as entidades, e depois começaram a atirar para um lado e para o outro, quando a gestão do território é da Câmara também, do ICNF e afins, portanto, não há aqui “virgens”, porque eu acho que todas as pessoas tiveram responsabilidade, olharam para o lado.

Porquê? Isso depois cada um fará a sua intervenção.

Peço desculpa pelo desabafo, mas eu acho que há coisas também que todos nós sentimos na pele e, portanto, vamos passar à votação.

Presidente da Mesa – A favor os deputados do Partido Socialista, os deputados da CDU e a senhora deputada do LIVRE. E, portanto, a proposta foi recusada com 18 votos contra e 17 votos a favor.

Intervenção inaudível....

Presidente da Mesa – 18 contra e 17 a favor, foi por isso que foi “chumbada” ...

Intervenção inaudível...

Presidente da Mesa – Se calhar, para não haver dúvidas, vamos repetir a votação, é melhor repetir a votação até pela forma como foi discutido, 18 contra, a favor são 11, mais 6, mais 1, 18 votos.

Votos a favor, 18 a favor, quem desempata é o voto de qualidade do Presidente.

Então houve aqui uma reviravolta aos 97 minutos de jogo, e, portanto, a proposta foi aprovada.

Intervenção inaudível...

Presidente da Mesa – Não são 11? São 11...

Senhor Vereador, 11 do Partido Socialista, 6 da CDU e 1 do LIVRE, 18, 18, “golo do Cristino Ronaldo”, a proposta foi aprovada, falta um elemento do CHEGA, temos pena!

Está aprovada a proposta, peço desculpa ainda bem que houve a recontagem.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com o voto de qualidade do Presidente da Mesa, uma vez que houve 18 votos a favor, 11 do PS, 6 da CDU e 1 do LIVRE, e 18 votos contra, 10 do SET-V 25, 6 do CH, 1 da IL e 1 do DNI, conforme documento registado sob o n.º 43, arquivado em pasta anexa à presente ata.

José Canavarro (SET-V 25) – Entregou a declaração de voto, conforme documento registado sob o n.º 44, arquivado em pasta anexa à presente ata.

5. Deliberação n.º 27/2026/AM – Delib. CM n.º 259/2026 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidados Relativos ao Exercício de 2025

Cláudia Vicente (CH) – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor do SET-V 25 e as abstenções do CH, da CDU, da IL e do LIVRE, e o voto contra do PS, conforme documento registado sob o n.º 45, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Vítor Caldeirinha (SET-V 25) – Viabilizar estas contas é um ato de responsabilidade, lembramos que o ano de 2025 foi um ano de transição, este Executivo só assumiu funções no final do ano, mas já está a colocar a casa em ordem, a trazer rigor à gestão e a garantir transparência financeira.

O nosso voto será favorável, é um voto de confiança, para garantir que a Câmara tem condições necessárias para estabilizar as contas, pagar a fornecedores e investir na qualidade de vida das pessoas.

Connosco o Executivo conta com estabilidade, apoio, foco no futuro de Setúbal.

Raquel Assembleia (PS) – Relativamente ao documento em apreço, a consolidação de contas do Município de Setúbal e dos Serviços Municipalizados, importa referir que esta análise não altera substancialmente a posição que assumimos, aquando da apreciação das contas individuais de cada entidade.

Assim, mantemos as reservas já expressas relativamente ao Relatório de Contas da Câmara Municipal de Setúbal, que motivaram o nosso voto contra, bem como a posição de abstenção relativamente ao Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados.

A consolidação das contas evidencia uma realidade estrutural que há muito identificamos, o peso esmagador da Câmara Municipal, no conjunto do Grupo Municipal.

Esta situação resulta em nossa opinião de uma organização institucional ultrapassada e pouco adaptada aos desafios atuais.

Setúbal deveria dispor de uma estrutura mais moderna e especializada, recorrendo a entidades empresariais municipais em áreas estratégicas, tais como a habitação, a outras atividades suscetíveis de gerar valor económico e melhorar a capacidade de resposta do Município.

Os números agora apresentados confirmam igualmente uma excessiva dependência da receita fiscal.

Uma parte significativa das receitas municipais continua assente em impostos, alguns dos quais apresentam elevada volatilidade, como é o caso do IMT. Esta dependência constitui um fator de risco, para a sustentabilidade financeira futura, sobretudo quando confrontada com uma estrutura de despesa fortemente rígida, dominada por custos fixos, designadamente despesas com pessoal e fornecimentos de serviços externos.

Importa sublinhar que em 2025, o Grupo Municipal registou um aumento muito significativo das receitas, estamos a falar de um acréscimo superior a 18 milhões de euros, atingindo um volume global de receitas superior a 148 milhões de euros, perante estes valores seria legítimo esperar uma melhoria substancial dos serviços prestados aos cidadãos e das condições estruturais do concelho.

Contudo, os resultados visíveis não acompanham a dimensão dos recursos arrecadados, não assistimos a avanços significativos na recolha seletiva de bio resíduos, não verificámos investimentos relevantes na resolução dos problemas associados às águas pluviais, não houve uma redução dos prazos de resposta dos processos de licenciamento, não foi reforçada de forma significativa a oferta de habitação pública municipal. Em suma, apesar do aumento muito expressivo das receitas municipais e tarifárias, os setubalenses não sentiram melhorias proporcionais na qualidade dos serviços públicos, nem no investimento estratégico para o futuro do concelho.

Mais preocupante ainda, é a análise de impacto patrimonial gerado por este volume de recursos, o verdadeiro legado que uma gestão municipal deixa a gerações futuras, mede-se pela valorização do património coletivo, habitação pública, espaços verdes, parques empresariais, infraestruturas ambientais modernas, sistemas eficientes de gestão de resíduos, redes separativas de águas pluviais ou investimentos na eficiência energética.

Ora, perante receitas superiores a 148 milhões de euros, a evolução do património líquido consolidado ficou praticamente estagnada, registando um crescimento de apenas 0,22%, correspondente a cerca de 640 mil euros. Este é um dado que merece reflexão profunda, significa que a esmagadora maioria dos recursos arrecadados, foi absorvida pela estrutura corrente, sem que se traduzisse numa valorização patrimonial relevante para o Município e para os setubalenses.

Os números falam por si, confirmam uma realidade que já vínhamos assinalando, o modelo de gestão seguido ao longo das últimas décadas, encontra-se esgotado, Setúbal continua sem resolver os problemas estruturais fundamentais e sem afirmar uma estratégia capaz de promover maior dinamismo económico, maior atratividade para o investimento e melhores oportunidades para os seus cidadãos, foi mais um ano perdido para os setubalenses.

Por estas razões e mantendo a coerência com as posições anteriormente assumidas, relativamente às contas individuais que integram esta consolidação, não acompanharemos favoravelmente este documento.

Ilídio Ferreira (DNI) – Ao longo dos anos, tenho assistido e participado em discussões sobre se um documento de prestação de contas e relatório de gestão de um órgão autárquico, deve ser considerado um documento técnico ou um documento político ou simultaneamente um documento técnico e político.

A última vez de resto que assisti a uma opinião e uma troca de impressões sobre isso, foi creio eu na discussão em Comissão da última prestação de contas da Câmara, em que o senhor Vereador, Paulo Maia, deu a sua opinião de que, era essencialmente para ele um documento técnico.

Eu entendo que ele é obviamente um documento técnico, mas não pode, em minha opinião, deixar de ser por estarmos no Órgão Autárquico político de ser também um documento de apreciação política.

Enquanto numa empresa é claramente um documento técnico, uma prestação de contas, na Autarquia, penso que é a oportunidade de haver uma apreciação política relativamente ao trabalho que foi desenvolvido durante o ano, e simultaneamente, uma apreciação técnica do documento, e por essa razão, eu votei na prestação de contas da Câmara que veio de 2025, que veio creio que em abril à Assembleia Municipal, votei contra, porque entendi que, na minha opinião, o mandato da CDU em 2025, e foi a CDU que esteve à frente da Câmara a maior parte do tempo, tinha sido um mau desempenho e, portanto, o voto contra era o voto de manifestação de desacordo relativamente à política seguida e à forma como os recursos da Câmara foram utilizados.

Este documento é diferente, em minha opinião, porque aqui já não está uma apreciação em minha opinião, política, ela já foi feita quando foram aprovados, ou não, ou quando foram discutidos os de Prestação de Contas da Câmara e a Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados e, portanto, o que temos aqui é uma consolidação técnica dos dois documentos nos termos da Lei.

Portanto, em minha opinião, nesta fase já não se justifica uma apreciação política, mas apenas técnica, e essa é a razão por que eu irei aprovar, e ao aprovar não estou a ir contra a posição que tive de votar contra na altura em que veio cá a Prestação de Contas e o Relatório da Câmara, e abster-me no Relatório dos Serviços Municipalizados, é por entender que este documento, é um documento apenas de natureza técnica.

Simão Calixto (CDU) – Eu creio que a discussão política já foi feita quando apreciamos os Relatórios de Gestão da Câmara e dos Serviços Municipalizados, isto agora é mesmo um documento técnico de consolidação de contas, nem sequer traz grande apreciação sobre as questões políticas.

Portanto, da parte da CDU votaremos a favor como, aliás, o fizemos nos outros, porque, de facto, isto corresponder a um ano de grande investimento, a um ano de grande desenvolvimento da nossa cidade, ao contrário das opiniões aqui expressadas pela maioria.

De registar, que aqui a bancada do Partido Socialista, acha que menos Câmara, é melhor Câmara, talvez quando daqui a um ano apreciarmos o relatório de 2026 já consigam votar a favor.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões seis Deputados Municipais, três do SET-V 25, 1 do CH e 2 da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 12 votos a favor, 7 do SET-V 25, 4 da CDU e 1 do DNI, 11 votos contra do PS e 8 abstenções, 6 do CH, 1 da IL e 1 do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 46, arquivado em pasta anexa à presente ata.

6. Deliberação n.º 28/2026/AM – Delib. CM n.º 233/2026 – Concurso Público n.º 24/2026/DEFIRT/DICONP/SC para Concessão de Direito de Exploração da Cafeteria e Loja de Produtos Regionais na Casa da Baía – Abertura

Cláudia Vicente (CH) – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor do PS, do SET-V 25 e do CH e as abstenções, da CDU, da IL e do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 45, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Bartolomeu Pereira (CH) - Só uma sugestão, como são dois concursos públicos, e dada a hora, será que não quer juntar?

Ilídio Ferreira – (DNI) – Eu secundo a proposta do CHEGA, porque parece-me que...

Presidente da Mesa – Mas a votação pode ser diferente...

Ilídio Ferreira (DNI) – A votação diferente, mas a discussão conjunta, porque os documentos são iguais, ou praticamente iguais, eu creio que os programas de concurso e o caderno de encargos são praticamente iguais...

Presidente da Mesa – Muito bem! Eu vou fazer a pergunta se há intervenções para proposta? Então podemos juntar a discussão das duas propostas?
Sim, muito bem!

Manuel Fernandes (PS) – Só para clarificar, as duas propostas que está a falar é a da Casa da Baía e da Casa do Turismo...

Presidente da Mesa – As propostas são a da Casa da Baía e da Casa do Turismo, a discussão conjunta, mas a votação em separado.

Fátima Pereira (LIVRE) – Então considerando as duas propostas, que são muito parecidas.

Esta deliberação tem uma aparência inofensiva, abrir concurso para explorar uma cafetaria e uma loja de produtos regionais, mas há aqui um conjunto de riscos, que eu quero deixar registado.

Primeiro a duração, estamos a falar de uma concessão de dez anos, renovável automaticamente por períodos de cinco anos até trinta anos.

Trinta anos, ou seja até 2056, fica um espaço público gerido por privados, a renovação automática depois é muito rápida, o tempo é muito pouco, limita o escrutínio público.

Existem riscos, não é!

Segundo, o gestor do contrato aparece simultaneamente como vogal do júri do procedimento e como gestor do contrato que vai acompanhar a execução durante a concessão.

Quem ajuda a escolher, passa a fiscalizar a própria escolha durante dez a trinta anos, não é legal, mas concentra funções de forma que enfraquece o controlo independente, mais um risco!

Terceiro, a exigência dos produtos regionais, o caderno de encargos impõe que mais de 80% da oferta sejam produtos regionais de Setúbal, é a salvaguarda que dá sentido público a esta concessão.

A pergunta é!

Como se fiscaliza esse limiar ao longo de trinta anos e que sanção concreta existe se for incumprido?

E por fim, se a Câmara não tem jeito para gerir um estabelecimento destes, como justifica manter o espaço do Moinho da Mourisca com gestão autárquica.

Ilídio Ferreira (DNI) – Em primeiro lugar, gostaria de transmitir desde já que estou de acordo com a concessão, acho que é uma solução mais favorável para a Câmara Municipal.

Depois, relativamente a alguns aspetos da proposta, o primeiro deles é que, já foi referido pela Fátima, embora não haja do ponto de vista legal do Código a proibição, mas eu julgo que as boas práticas de prevenção de conflitos de interesses, e não está em causa a pessoa, eu devo dizer que não conheço a pessoa, está aqui o nome, mas não sei quem é, nem qual é a função na Câmara, mas que o júri do concurso seja simultaneamente a pessoa que vai depois acompanhar a execução, pessoalmente não concordo, acho que deviam ser pessoas diferentes, não pondo em causa a pessoa, nem a seriedade, obviamente, mas faz parte das boas práticas, digamos assim, recomendadas nomeadamente por organismos do Estado que zelam por estas questões, que sejam pessoas diferentes.

Portanto, a minha sugestão era que se fosse possível, fosse alterado.

A cláusula quanto ao prazo, são 20 dias após a ida para publicação no Diário das Comunidades, o que significa que, se o Diário das Comunidades levar alguns dias a publicar, o concorrente eventualmente que tome conhecimento dessa forma tem pouquíssimo tempo.

O artigo 63.º do Código dos Contratos, diz que o prazo é fixado livremente, mas devem ser respeitados os limites mínimos estabelecidos no Código, e na fixação do prazo deve ser tido em conta o tempo necessário à sua elaboração, bem como à necessidade de prévia inspeção e visita ao local, ou seja, o prazo mínimo está cumprido, os vinte dias a contar da data do envio para publicação, mas eu receio que seja pouco tempo, acho que a Câmara deveria alargar mais este prazo, porque uma pessoa que tome conhecimento, dificilmente em vinte dias ou quinze dias, consegue fazer uma proposta nos termos em que é exigido no caderno de encargos, com estudos de viabilidade, com integrações de espaços, com diversidade de qualidade da oferta, com planos de manutenção, portanto, há aqui um conjunto de documentos que têm de ser elaborados, que eu acho que vinte dias são insuficientes, e se mantiverem estes prazos, a minha sugestão é que a Câmara, através dos meios que a Câmara dispõe, quer a Câmara, quer os jornais locais, com maior antecedência faça à divulgação pública disso.

Finalmente, porque os quinze segundos não dão para mais, em relação aos critérios de adjudicação, acho que o peso da remuneração, 30% é pouco, e é dado um peso grande a fatores que a Câmara não vai ter possibilidade de controlar depois durante a execução.

A viabilidade económica, a integração no espaço, sim é visto, mas depois a qualidade da oferta, podem escrever uma coisa e depois fazer diferente, estamos fartos de ver isso, não é, e depois, quem é que vai voltar atrás, não, já está adjudicado, o plano de manutenção e conservação, eles podem fazer um plano muito bom e depois não manter nem conservar, o que é que Câmara vai fazer, nada!
Portanto, eu acho que deveria haver um peso maior do valor que é oferecido.

Manuel Fernandes (PS) – O Partido Socialista distingue as duas, e por isso é que a pergunta que se impunha era a discussão ao mesmo tempo. Estamos a falar de dois espaços diferentes, enquanto que a Casa da Baía é um espaço que serve para promover e fornecer tudo o que torna única a nossa região, combinando a história, a cultura, os vinhos e os sabores tradicionais, faz sentido uma cafetaria, até porque o conceito que foi ali criado, é um conceito que apela a que as pessoas, os visitantes, os turistas, tenham um momento relaxante e que possam tomar uma bebida, possam tomar uma pequena refeição, ou um snack da região, portanto, uma cafetaria não choca.

Já não é a mesma coisa, quando nós falamos da Casa do Turismo, quando falamos da Casa do Turismo, a proposta de criar ali, criar não, dar continuidade ao fim ao cabo a um espaço de cafetaria e bar, há três ordens de razões que o Partido Socialista já o invocou na vereação, e que aqui eu vou repetir.

Portanto, uma concorrência desleal, o espaço não é a mesma coisa que estamos a falar da Casa da Baía, estamos a falar de um espaço, no meio do centro da cidade, rodeado de outros agentes económicos da mesma igualha.

O Partido Socialista considerou que, a concessão destes moldes, funciona como uma forma de concorrência direta aos restantes negócios locais de restauração e cafetaria, que já operam na Praça do Bocage.

O segundo, é a falta de foco cultural, o Partido Socialista defende que tratando-se de um edifício municipal reabilitado com dinheiros públicos, um investimento de cerca de 1 milhão de euros, o espaço deveria ser aproveitado, para a criação de um equipamento predominantemente cultural e museológico, e não focado na exploração de um café/bar comercial.

E por último, a rejeição de pedidos de revisão, o Partido Socialista já tinha até sugerido a retirada do documento numa reunião anterior, a saber a 18 de maio, para que o uso do espaço fosse reavaliado, mas infelizmente, a proposta final avançou na mesma forma e nos mesmo moldes, e o Partido Socialista até agora, foi o único Partido a votar contra esta proposta.

Portanto, quanto à Casa da Baía, o Partido Socialista acompanha, quanto à Casa do Turismo, o Partido Socialista vota contra.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 11 do PS, 10 do SET-V 25, 6 do CH, 1 do LIVRE e 1 do DNI, e 7 abstenções, 6 da CDU e 1 da IL, conforme documento registado sob o n.º 47, arquivado em pasta anexa à presente ata.

7. Deliberação n.º 29/2026/AM – Delib. CM n.º 263/2026 – Concurso Público n.º 23/2026/DEFIRT/DICONP/SC para Concessão de Direito de Exploração da Cafetaria/Bar com terraço e Loja de Produtos Regionais na Casa do Turismo – Abertura

Cláudia Vicente (CH) – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor do SET-V 25 e do CH, e as abstenções da CDU, da IL e do LIVRE e o voto contra do PS, conforme documento registado sob o n.º 45, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 10 do SET-V 25, 6 do CH, 1 da IL e 1 do DNI, 10 votos contra do PS e 7 abstenções, 6 da CDU e 1 do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 48, arquivado em pasta anexa à presente ata.

8. Deliberação n.º 30/2026/AM – Delib. CM n.º 260/2026 – Abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de, 2.º e 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

Cláudia Vicente (CH) – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento registado sob o n.º 45, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 11 do PS, 10 do SET-V 25, 6 do CH, 6 da CDU, 1 da IL e 1 do LIVRE, e uma abstenção do DNI, conforme documento registado sob o n.º 49, arquivado em pasta anexa à presente ata.

9. Deliberação n.º 31/2026/AM – Delib. CM 207/2026 – Constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2025-2029

Bartolomeu Pereira (CH) – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor do PS, do SET-V 25, do CH, da CDU, da IL e do DNI, e a abstenção do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 50, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Fátima Pereira (LIVRE) – Obviamente que o Livre não está contra o Conselho Municipal de Educação, mas não podemos concordar com o processo, em que nos surge uma proposta onde faltam várias nomeações, inclusive do representante da Comissão Municipal da Juventude, que é então da responsabilidade do Executivo.

Na reunião da Comissão de Educação, foi-nos dito que em Setúbal se cumpre apenas o que está no Decreto-Lei.

Ora, pelo Decreto-Lei, o Conselho Municipal de Educação tem competência para analisar o funcionamento dos estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino;

Refletir sobre as causas das situações analisadas e propor ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo;

Também estabelece como mínimo obrigatório duas reuniões ordinárias, o Conselho Municipal de Educação reúne ordinariamente no início e no final do ano letivo, esse é o piso mínimo, não é o teto!

E o que diz a Lei sobre o prazo para a sua constituição?

Estabelece que os membros do CME, são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico, isso significa que com a tomada de posse do novo Executivo em outubro de 2025, o CME anterior ficou formalmente caduco, e devia ter sido reconstituído em tempo útil, para um novo mandato.

É problemático? Sim!

Por várias razões, primeiro, o CME tem competências que não podem ficar suspensas, nomeadamente a emissão de pareceres obrigatórios sobre a abertura e o encerramento de estabelecimentos de ensino e o acompanhamento de decisões que impactam o ano letivo ainda a decorrer, 2025/2026.

O Conselho Municipal de Educação é um órgão consultivo e de participação cívica no domínio de educação a nível local, limitar-se a emitir pareceres vinculativos, é meter mais uma vez a educação em segundo lugar, um CME que só reúne duas vezes por ano, dificilmente exerce o seu papel de acompanhamento ativo, que o Diploma lhe atribui, e mais uma vez, a Câmara Municipal de Setúbal fica pelos serviços mínimos exigidos na Lei.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 10 do PS, 10 do SET-V 25, 6 do CH, 6 da CDU, 1 da IL e 1 do DNI, e 1 voto contra do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 51, arquivado em pasta anexa à presente ata.

10. Deliberação n.º 32/2026/AM – Delib. CM n.º 264/2026 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa de 2026 - SMS

Presidente da Mesa – Passamos para a última proposta, aquela que foi votada a admissão no início do Período da Ordem do Dia, a 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa de 2026, eu aqui vou adiantar um bocadinho, e vou explicar o que é que é esta proposta, porque ela foi aprovada à admissão hoje, portanto, é uma alteração modificativa, que decorre da necessidade de proceder à criação no orçamento da despesa de 2026, uma nova rubrica de transferências para os municípios, destinada a assegurar as transferências financeiras a realizar pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, para o Município de Setúbal, basicamente, e aquilo que foi explicado é que esta nova rubrica é necessária para transferir o dinheiro que os Serviços Municipalizados receberam para o Município, para que o Município pague a taxa à AMARSUL, do 1º semestre de 2026.

É isto, não é, Dr. Nuno Marques, foi isto que me explicou sucintamente!

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 52, arquivado em pasta anexa à presente ata.

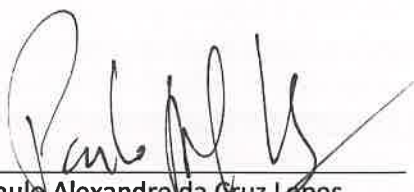
Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta e nove minutos do dia 27 de junho, de dois mil e vinte e seis.

12

Esta ata foi aprovada por UNANIMIDADE, na sessão ordinária de 25 de setembro de dois mil e vinte e seis, contém setenta folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Paulo Alexandre da Cruz Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Tiago Manuel Rodrigues Pereira

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa.